

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LUCIANE KULEK

**SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO COMUNITÁRIO E ALTERNATIVAS  
METODOLÓGICAS**

PONTA GROSSA  
2011

LUCIANE KULEK

**SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO COMUNITÁRIO E ALTERNATIVAS  
METODOLÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Setor de Ciências Sociais Aplicadas sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Danuta Estrufika Cantoia Luiz.

PONTA GROSSA  
2011

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**  
**SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

**ATA DE AVALIAÇÃO DE TCC**

Aos, \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2011, nas dependências do Campus Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa, reuni-se a banca examinadora composta pelos professores: concluinte Danuta Estrufika Cantóia Luiz (presidente - orientador), Edna Schimanski e Reidy Rolim de Moura (membros), para análise do trabalho de conclusão de curso sob o título: “Serviço Social, Trabalho Comunitário e Alternativas Metodológicas”, elaborado por Luciane Kulek, do curso de Serviço Social. Aberta a sessão, a autora teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, arguida pelos integrantes da Banca. Após os procedimentos de avaliação, chegou-se aos seguintes resultados:

Danuta Estrufika Cantóia Luiz (Presidente)      Nota: \_\_\_\_\_

Edna Schimanski (Membro)                              Nota: \_\_\_\_\_

Reidy Rolim de Moura (Membro)                      Nota: \_\_\_\_\_

O trabalho foi considerado \_\_\_\_\_, com nota final \_\_\_\_\_. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Ponta Grossa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
MEMBRO

\_\_\_\_\_  
MEMBRO

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida e por ter-me guiado nesta caminhada.

Aos meus pais, João e Lucia Kulek, pelos ensinamentos, paciência, apoio e por ter acreditado em mim. Minha gratidão a vocês que demonstraram a cada amanhecer, o amor, a luta e a fé na vida.

Aos meus irmãos Maria de Lurdes, João Paulo e Lucélia pelo carinho, incentivo, amizade e pela alegria de saber que sempre posso contar com vocês.

À Prof. Dra. Danuta E. C. Luiz, que através das orientações me acompanhou durante esses meses, com muita paciência, dedicação, profissionalismo, e contribuição em todos os momentos da construção desta pesquisa. A você o meu mais sincero agradecimento.

Aos colegas e amigos que conquistei durante a graduação, em especial a Caroline, Silvana pelos momentos de descontração, conversas e risos. Vocês serão sempre lembradas com muito carinho.

À minhas eternas amigas, Ana, Teofania e Ana Maria, com as quais pude compartilhar momentos de alegrias e tristeza e que sempre estiveram me transmitindo força para seguir em frente.

A todas as professoras do Departamento do Serviço Social que pelas reflexões e ensinamentos contribuíram para a minha formação profissional.

Finalmente, o meu sincero obrigado a todas as pessoas que contribuíram para que eu chegasse até aqui.

*[...] 'ao viver nossas vidas de um modo ou de outro, ao fazer opções, ao eleger uma ou outra profissão, ao dedicar-se a uma coisa ao invés da outra, ao viver com determinada pessoa e não com outra, excluimos da realização certas possibilidades, ao tempo que realizamos outras'. "E quando nos damos conta de que não desejávamos ter feito outra escolha senão aquilo que temos realizado, então temos desenvolvidos nossas autênticas possibilidades [...]"*  
(MULLER, 1997, p.40)

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objeto de pesquisa as alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social no trabalho comunitário, a partir de relatos de experiências publicadas em periódicos do Serviço Social. A pesquisa tem caráter qualitativo e os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão de literatura, a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo. Sistematizar as alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social no trabalho comunitário, tendo como referência suas publicações constitui-se o objetivo geral desta pesquisa. Para tal foram elencados os seguintes objetivos específicos: sistematizar referenciais históricos, teórico-metodológicos sobre a dimensão comunitária no Serviço Social; identificar alternativas metodológicas de trabalho comunitário pelo Serviço Social no material bibliográfico selecionado; elaborar quadros demonstrativos das publicações expondo como a temática da metodologia do trabalho comunitário tem sido abordada; e sistematizar os procedimentos metodológicos identificados no material selecionado. Segundo os critérios de seleção da amostra (periódicos da área do Serviço Social, com classificação Qualis A1 e A2 publicadas na região sul do Brasil e a Revista Serviço Social e Sociedade pela expressão que possui na profissão) o estudo ficou delimitado nas Revistas Textos e Contextos - PUCRS; Katálysis – UFSC; Emancipação UEPG – Paraná, e ainda a revista Serviço Social e Sociedade da Cortez Editora. A seguir foi realizada a análise de conteúdo por meio de categorias estabelecidas conforme o processo de pesquisa que possibilitaram compreender e sistematizar a respeito das alternativas metodológicas de intervenção do Serviço Social na dimensão comunitária.

**Palavras chave:** trabalho comunitário; alternativas metodológicas; Serviço Social;

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 01	Artigos que abordam (direta ou indiretamente) questões metodológicas de trabalho na dimensão comunitária na Revista Serviço Social e Sociedade na década de 1980.....	54
QUADRO 01	Artigos que abordam (direta ou indiretamente) questões metodológicas em diferentes dimensões na década 2000.....	55
QUADRO 01	Artigos que abordam alternativas metodológicas de trabalho comunitário na década de 1990 - 2000.....	57

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>CAPÍTULO I: SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO COMUNITÁRIO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS</b> .....	13
1.1 <b>Uma Aproximação à Trajetória Histórica do Serviço Social com Trabalho Comunitário</b> .....	13
1.1.1 Serviço Social e o Trabalho Comunitário nas décadas de 40 a 60.....	13
1.1.2 Serviço Social e o Trabalho Comunitário nas décadas de 60 a 70.....	22
1.1.3 Serviço Social e Trabalho Comunitário na década de 80.....	32
1.1.4 Serviço Social e Trabalho Comunitário nas décadas de 90 a 2000.....	36
<b>CAPÍTULO II ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS DE TRABALHO COMUNITÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL NAS DÉCADAS DE 1990 A 2010</b> .....	50
2.1 <b>Conceituando Metodologia</b> .....	50
2.2 <b>Alternativas Metodológicas de Trabalho na Dimensão Comunitária</b> .....	53
2.2.1 Concepção de Trabalho Comunitário.....	60
2.2.2 Referencial Teórico.....	63
2.2.3 Alternativas Metodológicas, Instrumentais e Técnicas Adotados.....	65
2.2.4 Concepção de Participação.....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	92
<b>ANEXO A – Declaração de Compromisso Ético</b> .....	

## INTRODUÇÃO

No processo de formação profissional do Curso de Serviço Social uma das atividades é a realização do Trabalho de Conclusão de Curso. Para dar conta desta atividade realizamos uma pesquisa científica, como uma etapa fundamental neste processo. Na tentativa de prosseguir, marcando uma caminhada de pesquisa na temática participação e sociedade civil, iniciado no terceiro ano (quando ainda esta pesquisadora participava do Programa de Iniciação Científica)<sup>1</sup> nos propusemos a pesquisar o Serviço Social na prática junto a segmentos da sociedade civil (comunidades) ao percebermos a lacuna existente na sistematização de relatos sobre questões metodológicas neste campo.

Ao vivenciar esta experiência nos propusemos a investigar a intervenção do Serviço Social na dimensão comunitária, a partir do interesse de responder as seguintes indagações: - qual a relação entre o Serviço Social e trabalho comunitário? - O que se tem publicado sobre trabalho comunitário em fontes Webibliográficas e bibliográficas nas duas últimas décadas? – como se configura o trabalho comunitário no Serviço Social na contemporaneidade, a partir da revisão de literatura e sistematização de referencial teórico em livros e revistas de Serviço Social? – Quais os referenciais teóricos utilizados nas publicações? e - quais as alternativas metodológicas e instrumentais identificados no levantamento bibliográfico/texto selecionados. Na busca por respostas para estes questionamentos definimos o objeto desta pesquisa: alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social no trabalho comunitário, a partir de relatos de experiências publicados em periódicos do Serviço Social.

Justificamos a importância em pesquisar esta temática pela visibilidade de novas alternativas e em considerar a relevância dos profissionais sistematizar suas práticas profissionais; pela compreensão da importância da produção teórica metodológica dos assistentes sociais na dimensão comunitária, enquanto valor significativo para complementar a carreira profissional frente à demanda de serviços em comunidade/território no momento atual (levando em consideração a dimensão

---

<sup>1</sup> A pesquisa intitulada Sociedade Civil, participação e MERCOSUL no Debate Contemporâneo foi desenvolvida no período de agosto de 2009 a julho de 2010, sob orientação da Profa Dra Danuta E C Luiz, teve como objetivo identificar e analisar a produção de textos/artigos publicados na internet sobre a Sociedade Civil no Mercosul, expondo como a temática tem sido abordada, quais suas expressões e protagonistas no contexto contemporâneo.

política, cultural, econômica e histórica). Pela atualidade com que o tema se apresenta, tanto na academia como para os profissionais atuantes nas práticas profissionais demandatárias dos ofícios do Serviço Social. Por ser um tema original, em contemplar o tema trabalho comunitário/alternativas metodológicas, enquanto uma necessidade de retroalimentação teórica- metodológica a respeito da temática devido à lacuna existente de discussões e publicações do Serviço Social no momento atual.

Sistematizar as alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social no trabalho comunitário, tendo como referência suas publicações constitui-se o objetivo geral desta pesquisa. Para tal foram elencados os seguintes objetivos específicos: sistematizar referenciais históricos, teórico-metodológicos sobre a dimensão comunitária no Serviço Social; identificar alternativas metodológicas de trabalho comunitário pelo Serviço Social no material bibliográfico selecionado; elaborar quadros demonstrativos das publicações destas revistas expondo como a temática da metodologia do trabalho comunitário tem sido abordada; sistematizar os procedimentos metodológicos identificados no material selecionado.

No sentido de alcançarmos estes objetivos estabelecemos como critérios de seleção da amostra as publicações das décadas de 1990 a 2010 em periódicos do Serviço Social, sendo: - Revistas da região Sul do Brasil, da área do Serviço Social, de classificação Qualis<sup>2</sup> A1 e A2 publicadas neste período e ainda a revista Serviço Social e Sociedade (São Paulo) por ser historicamente a maior referência de publicações na área do Serviço Social.

Através destes critérios, selecionamos a seguinte amostra: - Revista Textos e Contextos, publicação desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Katálysis produzida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Emancipação do Curso de Serviço Social e do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG – Paraná, e ainda a revista Serviço Social e Sociedade da Cortez Editora, esta última, pelas contribuições históricas ao Serviço Social brasileiro.

Na construção do presente trabalho levamos em consideração que a metodologia “deve requerer maior cuidado do pesquisador [...]” considerando que

---

<sup>2</sup> São critérios de classificação/qualificação de qualidade da Qualis CAPES. Disponível em <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>

“mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico” (MINAYO, 1994, p.42-43). A metodologia terá como função mostrar o caminho da pesquisa e principalmente conduzir a refletir e instigar um novo olhar. Um olhar indagador e criativo para o presente tema. Serão passos necessários para validar a pesquisa, e neste sentido, Rodrigues (2007) coloca que o sucesso de uma pesquisa:

[...] dependerá do procedimento seguido, do seu envolvimento com a pesquisa e de sua habilidade em escolher o caminho para atingir os objetivos da pesquisa. A pesquisa é um trabalho em processo não totalmente controlável ou previsível. Adotar uma metodologia significa escolher um caminho, um percurso global do espírito. O percurso, muitas vezes, requer ser reinventado a cada etapa. Precisamos, então, não somente de regras e sim de muita criatividade e imaginação. (RODRIGUES, 2007)

Compreendemos que os resultados obtidos estão relacionados à opção e ao aporte teórico e metodológico utilizado no percurso deste estudo. Esta pesquisa, por denominar-se qualitativa, utilizou como procedimentos metodológicos a revisão de literatura e a pesquisa bibliográfica/webbibliográfica. A compreensão da revisão de literatura está na necessidade de um aporte teórico para explicar e dar significado aos fatos ou a temática estudada, tendo em vista que a “revisão de literatura lhe permitirá familiarizar-se, em profundidade, com o assunto que lhe interessa” (TRIVIÑOS, 1987, p.99) e ainda “a revisão permitirá descobrir as ligações do assunto que lhe interessa com outros problemas, o que, sem dúvida alguma, ampliará a visão sobre o tópico que se pretende estudar”. (TRIVIÑOS, 1987, p.100)

A revisão de literatura permite uma aproximação de argumentos que ajudam no entendimento do assunto estudado por meio da revisão de publicações sistematizadas. Observamos que a revisão de literatura caminha paralelamente com a pesquisa exploratória e a respeito do processo de estudo bibliográfico, Gil (1999) aborda a definição de pesquisa exploratória no sentido de proporcionar o levantamento bibliográfico e documental além de possibilitar uma visão geral e aproximativa dos fatos que cercam o tema de pesquisa. Segundo Gil (1999) muitas vezes as pesquisas exploratórias “constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura [...]” (GIL, 1999, p.43). Assim, a pesquisa exploratória “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 1999, p. 43).

Além da revisão de literatura utilizada na sistematização dos fundamentos teórico-metodológico sobre o Serviço Social brasileiro e o trabalho comunitário, contamos também, com a pesquisa bibliográfica /webibliográfica para coletar os dados referentes ao objeto de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica e webibliográfica segundo Gil (1999, p.65), é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, ou seja, de conhecimento científico já acumulado sobre o objeto de estudo. De caráter abrangente, conforme o autor, sua vantagem reside no “fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1999, p. 65). Procedimento de pesquisa que permitiu a reconstrução do objeto de pesquisa: sistematização das concepções de trabalho comunitário, do delineamento da participação social e de alternativas e instrumentais e técnicas metodológicas construídas pelo Serviço Social nas décadas de 1990 - 2000.

Compreendemos que a coleta de dados consiste em “definir as técnicas a serem utilizadas” (MINAYO, 1994, p.43). Ou seja, através da pesquisa bibliográfica foram lidos, organizados e analisados os artigos das quatro revistas e coletados aqueles que corresponderam ao problema e objetivos desta pesquisa e num segundo momento realizamos a organização da amostra em forma de quadros demonstrativos para após analisar estes artigos que compõem a amostra de pesquisa.

Para Rizzini (1999), o procedimento básico da análise de conteúdo consiste em:

Coletar o material a ser analisado, usando um instrumento ou instrumentos adequados ao que se quer analisar;  
Fazer uma leitura geral do material;  
Depois [...], deve-se voltar aos objetivos da pesquisa e as categorias que foram estabelecidas previamente, para uma adaptação do material coletado, estabelecendo as categorias e subcategorias definitivas da análise;  
Escolhidas as categorias de análise, o texto deve ser percorrido com o objetivo de compatibilizar as falas com as categorias e subcategorias que estejam representadas no texto. (RIZZINI, 1999, p. 93)

Desta forma, os dados dos artigos selecionados foram organizados e analisados em categorias intituladas: concepção de trabalho comunitário, referencial teórico adotado, alternativas metodológicas e instrumentais e técnicas adotados e concepção de participação, conforme os objetivos desta pesquisa e o conteúdo dos artigos.

Como resultado do processo de pesquisa, este trabalho está estruturado em dois capítulos. No primeiro foi sistematizada uma fundamentação teórica sobre o Serviço Social brasileiro, o trabalho comunitário e a relação com a conjuntura histórica. No segundo capítulo sistematizamos a respeito de metodologias de intervenção do Serviço Social na dimensão comunitária, a seguir realizamos análises e reflexões por meio da categorização que emergiram no processo de pesquisa a partir da amostra.

Enfatizamos que a intenção desta pesquisa foi compreender e sistematizar a relação do Serviço Social com trabalho comunitário e destacar as alternativas metodológicas e instrumentais técnicas utilizados na intervenção profissional na dimensão comunitária.

## CAPÍTULO I

### **SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO COMUNITÁRIO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS.**

Identificar as alternativas possíveis para a atuação profissional implica o desvendamento da trajetória histórica do Serviço Social e a compreensão da conjuntura como história em movimento. [...] A inserção do Serviço Social nas expressões do cotidiano da vida e do viver sublinha com maior entonação a procedência desta reflexão. (KAMEYAMA, 1989, p.79,81)

#### **1.1 UMA APROXIMAÇÃO À TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL COM TRABALHO COMUNITÁRIO**

Para esta sistematização registramos o processo desenvolvido pelo Serviço Social junto ao trabalho comunitário, por décadas, na crença da impossibilidade da história linear, mas enquanto processo dialético que proporciona a compreensão da realidade e dos fatos históricos sempre em constantes construção e reconstrução. Este item será construído a partir do diálogo com os autores: Silva (1995), Silva (1994), Ammann (1992), Arcoverde (1994), Gohn (1994), Souza (1990), Revista Idéias (1998/1999), Koga (2003), Abreu (2010), Montañó (1999), Dagnino (2004), Ramos (2009), Pereira<sup>3</sup> (2008). A partir desta sistematização poderemos, então, compreender as perspectivas do trabalho comunitário e a sua relação com o Serviço Social no período contemporâneo.

##### **1.1.1 Serviço Social e o Trabalho Comunitário nas décadas de 40 a 60**

Através da autora SILVA (1995, p.23), compartilhamos a informação de que há “uma dimensão que atribui à atuação profissional determinação histórica. Essa dimensão condiciona e ultrapassa a própria vontade e consciência de seus agentes individuais, situando a profissão no processo das relações sociais”. Em conformidade com a autora, interpretamos a “determinação histórica” que marcou a identidade da profissão, a sua gênese que guarda conotações de identidade atribuída referente ao

---

<sup>3</sup> Utilizamos este autor porque o encontramos referenciado em muitas publicações da área de Serviço Social.

momento histórico, na qual foi concebida e através da qual a sociedade atribui e cria expectativas nos determinados contextos.

Silva (1995) ao situar que a profissão de Serviço Social insere-se no processo contraditório das relações sociais afirma que:

A compreensão dessa contradição pode ser buscada no próprio processo de institucionalização e legitimação da profissão de Serviço Social, que no Brasil, vincula-se à criação e ao desenvolvimento das grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais e autárquicas, a partir da década de 40. A criação destas instituições ocorre no bojo do aprofundamento do modelo corporativista do Estado e do desenvolvimento de uma política econômica favorecedora da industrialização, adotada a partir de 1930. (SILVA, 1995, p. 24)

Conforme Silva (1995), **na década de 30/40**, período compreendido pelo Estado Novo, assinala uma vinculação histórica entre o Serviço Social e o capitalismo que marca a sua origem quanto sua trajetória como prática social institucionalizada. Assim, o Serviço Social enquanto profissão possui identidade política, histórica que produz e se reproduz na história.

Segundo Silva (1995, p. 25), a assistência social surgiu para “atender ao imperativo da justiça e da caridade”, ou seja, relacionada e fundamentada na Doutrina Social da Igreja Católica. A partir da **década de 40**, esta profissão se institucionaliza no Brasil correspondendo aos interesses da burguesia, ao mesmo tempo em que há uma ampliação do mercado de trabalho que permite romper com “suas origens confessionais”, e se “transforma numa típica categoria profissional assalariada”, amplia e diversifica a clientela atendida pelos profissionais.

Atribuímos importância aos escritos de Souza (1990), especificamente em sua obra intitulada “Desenvolvimento de Comunidade e participação” pela abordagem dos aspectos teóricos e técnicos operativos do desenvolvimento de comunidade (DC)<sup>4</sup>. Nesta obra há várias contribuições importantes sobre comunidade, visto que o DC constituía uma prática que se efetiva neste espaço, e por isso, a comunidade tem um sentido operacional dada os objetivos desta prática para o trabalho desenvolvido junto a indivíduos, famílias e grupos. Assim, para a prática do DC a comunidade denota “aglomerações humanas situadas numa dada base territorial” e na medida da organização deste cotidiano com a “criação de canais particulares de expressão, assim como cria relações que, de modo limitado, cumprem diversas funções” (SOUZA, 1990, p. 66).

---

<sup>4</sup> Para Desenvolvimento de Comunidade será utilizado a sigla (DC), conforme os autores estudados utilizam.

Dessa forma, compreendemos a realização do trabalho comunitário inserido numa trajetória histórica que ao mesmo tempo em que influência é também influenciado pelas características que são atribuídas às comunidades. Neste sentido “a comunidade é o cotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns e, em face delas, organizam o ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria” (SOUZA, 1990, p. 66). E ainda comunidade enquanto objeto da prática do DC supõe:

Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que tem interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns. (SOUZA, 1990, p. 68).

Podemos identificar que se trata de uma realidade a ser descoberta, especificamente a área de moradia na estrutura física e social, o conjunto de relações sociais, de relações de poder com o objetivo de ampliar a participação dos que fazem parte desta realidade.

Na dinâmica histórica, o trabalho comunitário em sua gênese esteve relacionado na atuação comunitária e na cooperação social. Conforme SOUZA (1990, p. 28-30) a ação comunitária enquanto processo social espontâneo articulado nas comunidades como forma de cooperação, sendo primeiramente como ajuda mútua que se articulava nas comunidades frente as intempéries naturais e posteriormente aos embates sociais que vão se institucionalizando a medida que alguns grupos sociais em situação de confronto ante a exploração que são submetidos. Para Souza (1990, p. 21) o DC “é uma forma de cooperação social”, e distingue-se em: Ação Comunitária, Ação Social e Organização de comunidade que tem como base a ajuda mútua. São diferentes terminologias que historicamente acompanharam o processo de trabalho comunitário, sendo primeiramente para enfrentar os desafios da natureza e posteriormente os sociais, quando a comunidade deixa de ser a unidade básica do centro de produção material necessário a existência humana e surgem “novas formas de exploração da natureza e dos bens sociais” (SOUZA, 1990, p. 28). Assim podemos perceber essas diferentes terminologias, embora com significações paralelas. Em Souza (1990) a ação comunitária é:

[...] uma prática de ajuda mútua e cooperação que se articula e se opera a partir da comunidade. Enfrenta os desafios sociais a que a população comunitária é submetida, mesmo aqueles que visivelmente afetam de modo individual um ou outro membro da comunidade. A partir desses desafios é que

determinadas formas de cooperação comunitária, tipo mutirão, caixas de ajuda, etc., vão se estruturando. (SOUZA, 1990, p.28)

Portanto, sendo a ação comunitária uma organização social da população, que se estrutura a partir da solidificação do capitalismo frente à exploração da população, a organização torna-se cada vez mais necessário mediante a realidade da exploração. A ação comunitária passa a ser pensada como processo técnico-metodológico por “estimular e animar a população comunitária a refletir sua realidade além da aparência e a agir sobre ela de acordo com as exigências da realidade desvendada” (SOUZA, 1990, p. 29).

Dessa forma, com a complexidade dos problemas sociais que afetam a ordem social, “passam a requerer a presença do Estado, que assume formas de ação já existentes e cria outras tantas” (SOUZA, 1990, p. 31) e a ação social “se corporifica como um dos elementos básicos da política do Estado e tenta atingir em massa a população” (SOUZA, 1990, p. 31). Assim, a ação social de iniciativa pública dirigida às comunidades, corresponde as formas de assistência e impulso para o progresso social, um modo de agir que tem a ver com organização de comunidade.

Podemos constatar que há uma necessidade de instigar à população a cooperação a partir da comunidade em que os moradores se tornam um grupo de pessoas ou formam uma camada popular que lutam pelos mesmos objetivos e compartilham dos mesmos interesses e preocupações. Em face disto, organizam o ambiente de relações, através da dinâmica própria da cooperação, solidariedade social, trabalhos voluntários e trabalhos comunitários que vão se estruturando nas comunidades para realização das ações comunitárias na busca da solução de problemas comuns.

Assim, considera-se que

Ação Comunitária é a resultante do esforço cooperativo de uma comunidade que tenha consciência de seus próprios problemas e se organiza para resolvê-los por si mesma, desenvolvendo seus próprios recursos e potencialidades, com a colaboração das entidades existentes’. (AMMANN, 1992, p. 26).

Nas colocações das autoras percebemos que a prática decorrente desta dinâmica exige a constante preocupação com o pensar e o agir dos profissionais que atuam na mobilização e assessoramento de grupos comunitários e da população que participa desta organização popular. De maneira que este pensar e agir são resultante da organização e cooperação nas comunidades para o enfrentamento de problemas

comuns. Sendo o desenvolvimento deste trabalho a principal contribuição para ampliar os recursos sociais e potencialidades comunitárias, conforme necessidades da população de determinado espaço geográfico. Ou seja, é visível a idéia de trabalhar com os problemas e realizar ajustamento social da comunidade, neste período histórico. Vale considerar que a ação comunitária, considerada “processo pedagógico” (SOUZA, 1990, p. 13) de descobrimento da realidade social e a partir desta realidade, programar várias práticas com muitos trabalhos voluntários dirigidos as comunidades. Visto que essas definições, segundo as autoras são de conformidade com a metodologia do trabalho comunitário utilizada nessas décadas, conforme a necessidade, a cooperação e o padrão de vida das pessoas da comunidade.

A partir da descrição da ação comunitária, compreendemos que há outras formas de serviço comunitário, a partir de Souza (1990):

[...] reconhecimento da tradição e da perspectiva das ações possíveis de serem desenvolvidas nas comunidades e pelas comunidades faz com que, em um determinado momento histórico, estas ações sejam valorizadas teórica e praticamente, surgindo daí a ação comunitária, a ação social, a organização de comunidade, o desenvolvimento de comunidade, entre outras práticas que tem a comunidade como unidade de ação e cooperação. (SOUZA, 1990, p. 27).

Ao considerarmos estas informações, é possível destacar que a ação comunitária, processualmente, gesta um campo de novas expressões de trabalhos comunitários, práticas que adquiriram maior peso em termos de significação social a serem realizados nas comunidades a partir de cada período precedente.

Já a organização de comunidade significa para Souza (1990, p.35) uma “ação a ser desencadeada junto aos males do processo de industrialização” junto com a preocupação no ajustamento social das comunidades. E a organização de comunidade “[...] é o processo de provocar e manter um progressivo e mais eficiente ajustamento entre os recursos e as necessidades de bem-estar” (AMMANN, 1992, p. 26). Dessa forma comungamos com a idéia de Souza (1990, p.37) que coloca essas três dimensões, cuja base de ação é a comunidade, assim como as diretrizes de ação para responder as demandas sociais. Nestas três categorias de ações Souza (1990, p.37) elege como base de ação a comunidade. E nestas comunidades “o trabalho comunitário tem sido cada vez mais realçado como base para o desenvolvimento de várias propostas de ação social” (SOUZA, 1990, p. 63). E ainda “o desenvolvimento é objetivo a ser alcançado pelo trabalho comunitário enquanto processo pedagógico”

(SOUZA, 1990, p.69). Compreendemos que neste período, no exercício dos trabalhos comunitários, são privilegiados os mutirões e ações coletivas para sanar os problemas de ordem social e pública com planejamentos elaborados fora da comunidade, porém de execução dentro da comunidade.

Ammann (1992) apresenta **a década de 50**, no Brasil, pela introdução do Desenvolvimento de Comunidade por organismos internacionais, no contexto da Guerra Fria e no momento em que as “atenções” se voltam ao “atraso” das populações rurais pela bandeira da educação.

Dessa forma, Ammann (1992, p. 30) relata que nesta década a ideologia do DC é institucionalizada no Brasil pela Organização das Nações Unidas - (ONU) que sistematiza e divulga esta prática após a II Guerra Mundial para fazer frente ao bloco socialista e buscar estratégias de garantia do “mundo livre” das ideologias não democráticas visto que a pobreza se apresentava como uma grande ameaça. Nesse tempo a Organização dos Estados Americanos (OEA), incorpora as recomendações da ONU de “isentar o trabalho social de qualquer envolvimento político”, e “define, sistematiza e patrocina as políticas de assistência técnica a programas de desenvolvimento para as Américas”, por meio de divulgações, através de ações, programas e seminários nacionais, contando com a parceria dentre outros organismos da União dos Estados UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), da União Pan Americana, interessados na “expansão da ideologia e do modo de produção capitalista”.

Ammann (1992, p. 53), coloca que são firmados acordos internacionais com o Ministério da Educação sobre educação rural e criado a Comissão Brasileiro-Americana de educação das Populações Rurais- CBAR, através da concessão de bolsas de estudos.

Em complemento, Silva (1995, p. 26) caracteriza o desenvolvimento de comunidade “como estratégia de integrar os esforços da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento”. Uma realidade construída através de uma ideologia preponente que demandou a própria população a contribuir para construir e operacionalizar serviços e obras públicas em favor do desenvolvimento capitalista. Sendo essa população, de abrangência a classe mais pobre, dos proletariados, na execução dos trabalhos comunitários, sem, no entanto questionar a estrutura de classe social.

Segundo Ammann (1992), este foi um período de contratação de assistente social para fazer planos e trabalhar no desenvolvimento rural e comunitário. A visão destes profissionais baseava-se na concepção positivista, e de ajustamento do indivíduo. O Serviço Social brasileiro atrela-se com o movimento internacional de DC, cujo interesse maior pairava na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista. Também participam dos seminários, cujos maiores conferencistas foram assistentes sociais nos quais se discutia a fusão das disciplinas<sup>5</sup> Organização e Desenvolvimento de Comunidade (DC).

Ammann (1992, p. 34) expõe que esta década, no Brasil, ganha destaque a experiência Missão Rural de Itaperuna (RJ), que “inspirados nos princípios e nas técnicas do desenvolvimento comunitário para melhoria das condições de vida econômica e social” das regiões agrícolas. De tal modo, surgem três programas vinculados ao DC com inspiração nas experiências americanas voltadas para a modernização da agricultura. O primeiro programa de (1952- 1963) - Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), exercida pelo Programa do Ministério da Educação em nível nacional, de caráter pluridisciplinar, pautado nas técnicas do DC através da criação de Centros Sociais de Comunidade e Organização de Grupos.

O segundo programa (1955- 1959) mostra a criação do Serviço Social Rural, assim esta disciplina, a partir de 1959, com a formação do quadro profissional assume e toma frente de “diversas experiências isoladas de organização de comunidade” (AMMANN, 1992, p. 35), através das obras sociais vai gradualmente dando lugar ao trabalho com as populações, e migra das cidades para o campo, numa perspectiva de melhoria das condições de vida, sem postura crítico – reflexiva sobre as estruturas responsáveis pelo baixo nível de vida.

Ammann (1992) coloca que **em 1951** a uma difusão da literatura produzida nos Estados Unidos e importada para o Brasil, sendo utilizada como “guia de formação de técnicos e para a implementação no trabalho comunitário”, e, reporta que **em 1952** são proclamadas obras que influenciaram na formação do assistente social. A saber, nasce como fundamento da experiência em Itaperuna (RJ) e divulgado pelo Ministério da Agricultura, a primeira produção, um “ensaio de educação de base visando à recuperação e ao desenvolvimento de comunidades rurais” (Ammann 1992, p.37). Esta experiência acima mencionada, “constitui-se em primeiro passo que

---

<sup>5</sup> “A denominação do Desenvolvimento de Comunidade enquanto “disciplina” não indica que o concebemos como um ramo da ciência ou uma teoria abstrata. Ao contrario, nossa aproximação à “disciplina” pretende surpreender a unidade entre teoria e prática e a carga ideológica nela contida”. (AMMANN, 1990. p. 28).

desencadeia uma série de programas de Desenvolvimento de Comunidade no país” (AMMANN, 1992, p. 32). Tratava-se de uma experiência modelo, ainda que versasse sobre ações fragmentadas que isolaram ainda mais as comunidades, por especificar o local enquanto busca de resposta para os problemas rurais, sem repercussão nas estruturas sociais. Ou seja, não constava “reflexões e ações sobre a estrutura agrária e sobre as relações sociais de produção vigentes no meio rural brasileiro” (AMMANN, 1992, p. 39).

Em 1957, data-se um período de emergência e crise, ocasião que Ammann (1992) refere que o Serviço Social se lança em publicações para referenciar a prática de Desenvolvimento de Comunidade. Tais publicações ao mesmo tempo em que absorvem e incorporam elementos da conjuntura, trazem à profissão a proposta de sistematização e divulgação de metodologias juntamente com o ensaio da experiência de Itaperuna (RJ), o autor José Arthur Rios (1957)<sup>6</sup> que “apresenta a educação dos grupos e da comunidade como estratégia para o planejamento democrático”, entretanto, sugere “modelos que fragmentam e isolam os grupos e comunidades nas ações e processos decisórios da nação” e “descortina novas perspectivas ao trabalho comunitário” (AMMANN, 1992, p. 39), permanecendo o trabalho no âmbito local e sem instrumentalizar a participação social.

Segundo Ammann (1990) a autora Balbina Ottoni Vieira<sup>7</sup>, incorpora sugestões metodológicas da Missão Rural de Itaperuna e traz a Organização de Comunidade enquanto características dos trabalhos na década de 40. São obras que trazem a presença do Serviço Social, enquanto somatória da reprodução das características americanas da Organização social de Comunidade, visto que apresentam formas de operacionalizar a educação social, através da participação popular “sempre dentro dos limites restritos de uma localidade ou de um município” (AMMANN, 1992, p. 40).

E por fim, o terceiro programa (1956) pela – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) de extensão rural. A respeito de como as práticas eram realizadas nos programas mencionados, Ammann (1992) nos relata:

Equipes interdisciplinares constituídos por agrônomo, agente de economia doméstica, médico, assistente social, percorriam as cidades do interior, reunindo agricultores (sobretudo proprietários de terra) donas de casa e jovens, ministrando-lhes ensinamentos sobre higiene, alimentação, técnicas agrícolas, enfermagem, trabalhos manuais, etc. Contando com aparelhagem

---

<sup>6</sup> RIOS, J. A. *Educação dos Grupos*. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1957.

<sup>7</sup> VIEIRA, B. O. *Introdução à Organização Social da Comunidade*. Rio de Janeiro, Serviço Social do Comércio, 1958.

de cinema e serviço de auto-falante e projeção de filmes educativos (AMMANN, 1992, p.53)

Segundo Ammann (1992 p. 52 - 55) a prática profissional no trabalho comunitário contava com os instrumentais para organização de grupos – principalmente de mãe, jovens e crianças, cursos de corte e costura, bordados, cozinha, enfermagem, alfabetização de adultos, introdução de novas técnicas agrícolas e organização de hortas e pomares construção de obras tais como estradas, pontes, esgotos, escolas, Igrejas, praças, etc.

Também, Arcoverde (1994, p. 143), complementa este pensamento em situar a prática profissional do Serviço Social frente ao trabalho comunitário:

Na prática, era freqüente a criação de Conselhos de Moradores que deveriam ir assumindo paulatinamente as funções administrativas, de modo a se constituírem em verdadeiros governos de bairros ou, como diríamos hoje, a autogestão. Essa é, pois, a base teórica, metodológica e prática que eram transmitidas ao alunato de Serviço Social na disciplina “Desenvolvimento de Comunidade” nesse período. (ARCOVERDE, 1994, p. 143)

Evidentemente, o Desenvolvimento de Comunidade, emana propostas ao Serviço Social a trabalhar na integração dos excluídos da vida normal do bairro, ou da cidade, mediante a organização de grupos, bem como, tentar transferir para as mãos da própria população funções de “reprimir, proteger, controlar o seu próprio espaço de moradia” (ARCOVERDE, 1994, p. 143). Através destes Conselhos de moradores eram construídas regras de boa convivência, ou seja, reproduziam em nível de comunidade tarefas que o Estado colocava a sociedade.

Do mesmo modo, citamos a autora Silva (1984) que discorre sobre a reorientação da prática profissional em trabalho comunitário, **no período de 50:**

A prática profissional começa a deslocar seu eixo de preocupação do indivíduo para a comunidade, dando margem à adoção de novas técnicas como reunião e nucleação de grupos. Os valores norteadores da profissão são ainda de caráter humanista e a formação profissional passa a se pautar pela busca do avanço técnico na perspectiva do ajustamento do indivíduo numa sociedade harmônica. (Silva e Silva, 1984: 12-14 apud Silva 1995, p. 28)

Podemos afirmar que através da entrada do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, os profissionais do Serviço Social, em trabalho comunitário, buscavam apreender novas técnicas de trabalho em grupos e de casos. Portanto, o Serviço Social vai gradativamente sendo deslocada da abordagem individual para a coletiva, ou para a comunidade, mesmo que na perspectiva da filosofia do positivismo e do funcionalismo. Dessa forma o Serviço Social foi empregado para provocar o

“desenvolvimento” do país, por ações isoladas, tais como a educação, a organização, ou o desenvolvimento de comunidade.

Ainda neste período, Arcoverde (1994, p. 142/143) articula o Desenvolvimento de Comunidade enquanto disciplina difundida em todas as Escolas de Serviço Social (de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul), que possuíam em suas bases curriculares a “Organização de Comunidade”, “Serviço Social de Comunidade”, “Serviço Social de organização de comunidade e técnicas auxiliares e Desenvolvimento de Comunidade, enquanto formação dos assistentes sociais.

### **1.1.2 Serviço Social e o Trabalho Comunitário nas décadas de 60 a 70**

No **período de 60-64**, Ammann (1992, p. 57, 69) coloca que o Desenvolvimento de Comunidade se insere na Política Nacional Populista, e dentro deste estilo o governo Juscelino Kubitschek, ao priorizar a política ideológica pelo crescimento econômico, contribui ao cenário da crise dos padrões de acumulação capitalista. Assim, inclui a libertação econômica por meio da eliminação da pobreza, através da reforma educacional do país nos limites da classe dominante.

Ao assumir a presidência, em 1961, Janio Quadros, se proclama interprete da vontade do povo e enfatiza que o “modelo cujo epicentro seja o homem e não mais o crescimento econômico” (AMMANN, 1992, p. 63). Através deste lema, foram relacionados serviços de bases sociais na educação, saúde, políticas trabalhistas, “ensejando a participação do homem na solução dos seus problemas e o Serviço Social se transformou num instrumento da democracia” (AMMANN, 1992, p.65). Este pressuposto é confirmado em mensagem proferida pelo presidente da república no Congresso Nacional ao Serviço Social nesta fala: a “tarefa de incorporar o povo às decisões comunitárias e garantir que o processo de desenvolvimento” (AMMANN, 1992, p.65) ensejando a participação das pessoas.

O **período de 1960** revela uma fase marcante de preocupações que decorrem da estrutura política do país, e a partir destes anos tenta-se conferir ao DC “um caráter político, crítico e classista” (AMMANN, 1992, p. 69). Essas preocupações se revelam na expansão do Serviço Social Rural (SSR) com a incumbência de várias experiências de Desenvolvimento de Comunidade e a promoção do Seminário Nacional que polariza a discussão e reflexão sobre a prática do DC quanto ao “ensino,

pesquisa e aplicação das ciências sociais, desenvolvimento rural e pessoal técnico” (AMMANN, 1992, p. 69). Nessa perspectiva, discorrem sobre o desenvolvimento de comunidade e sobre as ciências sociais nos programas de desenvolvimento rural, que tem a definição da expositora Josephina Albano do Setor de Desenvolvimento de Comunidade do SSR, em relação ao Desenvolvimento de Comunidade:

[...] como ‘um processo de mudança cultural dirigida’ e através dele a comunidade é motivada para conhecer e analisar seus principais problemas, buscar solução e obter o apoio dos órgãos locais para seu desenvolvimento global. Imprescindível este processo da participação das lideranças e dos grupos locais e supões a mudança cultural da população que é compelida a sair da inércia para uma atitude ativa, cooperando para a concretização de uma aspiração que é comum à maioria. (ALBANO, 1961, apud AMMANN, 1992, p. 70)

Apesar do Desenvolvimento de Comunidade, ser definido nesta época como processo de mudança direcionada emerge outras concepções de DC devido à conjuntura nacional de efervescência política. Como por exemplo, a definição: “ele é um movimento que implica transformação das estruturas em todos os planos: nacional, estadual e local”, [...] “é um trabalho educativo” (ALBANO, 1961, apud AMMANN, 1992, p. 70). E ainda, neste momento complexo, **em 1961** através do II Congresso Brasileiro de Serviço Social foi aprofundado e tornado o “discurso mais eloqüente e mais agressivo no que tange a denúncia das estruturas vigentes no país” (AMMANN, 1992, p. 74).

Ou seja, este período demarca novas perspectivas do trabalho social provocada pelos movimentos sociais e políticos que se fizeram presentes, inclusive o próprio Serviço Social, também provocado e motivado por esse processo, inicia pelo Movimento de Reconceituação da profissão a buscar um viés mais crítico e condizente com a realidade brasileira.

Mesmo na tentativa do discurso de autores na perspectiva “para uma abordagem em âmbito macrossocietário objetivando a mudança das estruturas do país” (AMMANN, 1992, p.71), prosseguia a formação de técnicos na área para difusão da proposta desenvolvimentista no país, pois, deveriam promover a preparação das populações locais para a inserção contínua e progressiva no processo de desenvolvimento. A partir destas diferentes concepções, podemos entender que o trabalho comunitário, tem a comunidade como foco central nas atividades e nas possíveis soluções dos problemas conforme orientação ideológica e conjuntural dos diferentes períodos.

É neste contexto que contraditoriamente o Serviço Social, ao se deslocar para a comunidade incorpora interesses e preocupação dos segmentos populares, mesmo tendo uma racionalidade já pré elaborada das ações que deveria realizar e quais seriam seus limites. Arcoverde (1994) argumenta que para trabalhar com a comunidade a melhor metodologia de trabalho é o DC:

A comunidade como área de moradia será descoberta e posta em evidência pelas diretrizes das políticas destinadas à organização e/ou à eliminação da pobreza, dos loteamentos clandestinos etc. Planos e programas no nível global de desenvolvimento serão elaborados pela nova tecnocracia, requisitando o DC como a melhor metodologia de trabalho para implementação das políticas, em sua dimensão social. (ARCOVERDE, 1994, p. 144)

Para os **anos 60**, Ammann (1992, p. 67-68) coloca que o Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social possuem amarras pelo vínculo com a Igreja, e pela influência do novo posicionamento dos cristãos de esquerda, uma extensão da linha reivindicatória, de conscientização e politização, que tenta conferir um caráter político e crítico ao DC, num contexto nacional e de dimensão macro societária.

Nessas condições, no **ano de 1963** realiza-se no Rio o Seminário de Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC), promovida pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) que representou importante marco “no sentido de pensar a disciplina com base nas peculiaridades conjunturais e estruturais brasileiras” (AMMANN, 1992, p. 79). Uma assertiva em pensar reformas de base e preocupações com momento conjuntural brasileiro em que são questionadas a filosofia e que se denuncia o caráter conservador do Estado. E ainda teve grande importância o “Encontro de Técnicos promovido pela Secretaria de Saúde Pública e de Assistência Social do Estado de São Paulo” (AMMANN, 1992 p. 80) que dentre as conclusões e recomendações sugere a criação do Ministério de Desenvolvimento e Organização de Comunidade em âmbito estadual da Secretaria de Serviço Social focada para treinamento de técnicos.

Neste período em foco os técnicos do DC atentam para o problema da desqualificação da mão de obra, levando em consideração às necessidades do crescimento industrial brasileiro. Diante disso o Movimento de Educação de Base (MEB) (que se caracterizou como programa de Desenvolvimento de Comunidade por realizar ação abrangente nas áreas de educação, trabalho, cultura popular e, sindicalismo rural) teve repercussão nacional devido a experiência de alfabetização pelo rádio iniciada pelo Serviço de Assistência Rural (SAR). Contudo, Ammann (1992)

coloca que as mudanças culturais, ainda eram controladas e não se discutia a estrutura de classes. Existia, ainda, um duplo movimento na profissão com a reconceituação e ainda havia um segmento que seguia as orientações advindas do sistema político.

Visto a aceleração do crescimento econômico e agravamento da inflação, os salários dos trabalhadores caem, enquanto que a produtividade é elevada. Emergem no cenário político das classes populares, fortes pressão por transformação do regime populista. Até que, em **1960 a 63** no Brasil, data-se um período de gestação da consciência nacional-popular e de engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estrutura. Também, anos que se apresentam ao Serviço Social “uma perspectiva crítica” e “algumas tentativas de novas experiências de vinculação aos processos e lutas por mudanças” (Silva, 1994, p. 81). O Serviço Social é pensado em duas vertentes a “conservadora e a mudancista”, onde um pequeno grupo pautava-se na “análise crítica da sociedade, percebeu as contradições e a necessidade de mudanças radicais” (Silva, 1994, p. 83).

A respeito, destes primeiros anos, Arcoverde (1994) dispõe que

[...] apesar dos esforços e da reflexão desencadeada pelos profissionais do DC, as premissas do desenvolvimentismo permaneceram e/ou foram redirecionadas para produzir mudanças de comportamento na população presente nos centros urbanos (ARCOVERDE, 1994.p.83)

Nesse momento histórico são apresentados alguns esforços almejando mudanças, contudo o apelo para o desenvolvimento e modernização do país é mais forte neste período.

A partir de **1964**, o país é tomado pelo Golpe Militar, com a institucionalização da tortura, e relação de medo entre a população. Houve profundas mudanças político institucionais no país, mudança de rumo dos movimentos políticos emergentes durante o período populista, bem como mudanças na prática profissional do assistente social, que com o Golpe Militar também sofre conseqüências. A respeito desse assunto, Silva (1994), informa que:

o espaço de atuação profissional dos assistentes sociais a execução das políticas sociais em expansão e os programas de DC, tendo como principal função eliminar a resistência cultural às inovações enquanto obstáculo ao crescimento econômico, bem como integrar as populações aos programas de desenvolvimento. (Silva, 1994, p. 84)

Também merece destaque **na década de 60**, especificamente os anos que se estendem a partir de **1964 a 1977**<sup>8</sup>, o Serviço Social brasileiro, é bastante marcado nesta conjuntura de ditadura militar. Período de “repressão dos movimentos populares organizados e forte controle da sociedade” (Silva, 1994, p85). Nesse âmbito destaca-se uma política de arrocho salarial, e a substituição do sistema de estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e a política social passa a ser vinculada ao sistema produtivo, e “se coloca enquanto estratégia para atenuar seqüelas do desenvolvimento do capitalismo monopolista no país, marcado pela superexploração da força de trabalho e pela forte concentração de renda”. Silva (1994, p. 85). Também, nesse círculo de repressão e manipulação política, a partir de **1968** é apresentado o fenômeno do “milagre econômico” que “decorre de uma decisão política”, (SINGER1980: 61 apud SILVA 1995, p. 31) que segundo o autor esse fato só foi possível pela repressão das tensões sociais

Nessa correlação de forças, tendo em vista que o período da ditadura implantou relações e ideologias heterogêneas nos segmentos de classe, os aparatos coercitivos para controlar os grupos emergentes no período anterior (1960 – 64), instauram o Ato Institucional nº 5 que se estende nos anos de **1967 - 1968**, que “completa o cerco em torno das liberdades democráticas, conferindo poderes absolutos ao Presidente da República” e vem como “resposta mais eloqüente aos trabalhadores, bem como às dos estudantes, professores, intelectuais e artistas, que protestam contra o arrocho salarial, contra o teor da política inflacionaria e contra a repressão desenfreada” (AMMANN, 1992, p.102-103). São mutações forçadas que tornaram os anos de **1969 a 1974** os “anos mais rígidos da ditadura militar” (SILVA, 1995, p. 29). Segundo Ammann (1992, p. 164), frente à conjuntura política emerge a oposição burguesa reclamando a volta do Estado de Direito. O governo Geisel enfrenta sérias dificuldades então em abril de 1977 fecha o congresso e decreto “o Pacote de Abril” contendo ações repressivas.

Nesse contexto, Ammann (1992, p.102-107) coloca que o Estado emerge enquanto agente patrocinador de Programas Integradores e propostas de integração e prioriza a educação, através da MEB (Movimento de Educação de Base), muda os objetivos para Animação Popular e passa a se caracterizar como movimento evangelizador. O Plano Decenal de 1967/76 vem para consolidar a estrutura do capital humano no país e para acelerar o desenvolvimento econômico, bem como, é

---

<sup>8</sup> A partir de 1977 o Regime Militar mostrava sua decadência, propondo aberturas políticas neste mesmo sistema.

decretada a profissionalização do ensino de 2º grau – Lei 5.692/71. E o Plano MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado **em 1969**, para contribuir ao desenvolvimento do país através da política de ensino supletivo que visava em longo prazo a produtividade do trabalhador.

Na conjuntura da década **de 1970**, Ammann (1992, p. 108) traz que é fomentada a “participação” da população em políticas descentralizadas, regionais, e de integração nos programas e projetos como: - SUDAM; - SUDENE que adota o DC; - SUDESUL e BNH em 1969 para minorar a deficiência estrutural que ameaçava o bom funcionamento e o equilíbrio do sistema. Segundo Arcoverde (1994, p. 144) o Serviço Social trabalhava nestas políticas regionalizadas, a conduzir o processo educativo das populações e a chamar o povo para “participar no desenvolvimento da região”.

Em meio a fortes pressões são criados os Planos Nacionais de Desenvolvimento como o - I PND- **1972-74** que define sua “política social em termos de integração social’ e “articulação harmônica entre governo e setor privado” (SILVA, 1995, p.32). Segundo Ammann (1992), são instrumentos financeiros dessa política os Programas de Integração Social - PIS, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL e a abertura do capital das empresas. Já o II PND (1975 – 79) abre novas perspectivas para a Política Social, marcando um período de abertura do regime militar, pois, a população brasileira demonstrava várias manifestações de insatisfação com o regime. Para acompanhar essa nova fase do regime militar o governo Geisel questiona a concentração de renda, e através do desenvolvimento social se propõe a aumentar a renda do trabalhador, tudo em função “para consolidar o modelo brasileiro de capitalismo industrial” (AMMANN, 1992, p.111), porém, não abre perspectivas para a organização da classe trabalhadora. E ainda em 1970, o Ministério do Interior cria um órgão Nacional de coordenação de Programas de Desenvolvimento de Comunidade (CPDC) e afirma “a importância da participação das comunidades no contexto do desenvolvimento local, regional e nacional” (AMMANN, 1992, p.116). Assim, busca-se o conceito de desenvolvimento de comunidade na Comissão Econômica das Nações Unidas Para a América Latina- CEPAL, a ser adotado como “instrumento de participação popular e um sistema de trabalho destinado a facilitar a conjugação dos recursos da população e do governo, e obter a maior rentabilidade destes” (AMMANN, 1992, p. 117) ensejando maior rendimento

aos recursos do governo, através da utilização da força de trabalho local por meio da estratégia da participação popular.

Ainda na perspectiva da política de integração social, neste período, a adoção do Desenvolvimento de Comunidade acontece em larga escala, através de organismos nacionais e estaduais. Entre tantos outros, destacamos a criação dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTACs), “assumido pelas universidades brasileiras” (SILVA, 1995, p. 33), e segundo Ammann (1992, p. 118) pela Unidade Móvel de Orientação Social (UNIMOS) do SESC. Já na esfera nacional o Projeto Rondon em **1975**, nascido de uma experiência de estágio universitário promovido pela Universidade de Guanabara, com objetivo geral em “proporcionar a compreensão pela juventude da realidade nacional em toda a sua problemática e complexidade, a fim de conscientizar as futuras lideranças, criando uma mentalidade de participação comunitária favorável as mudanças” (AMMANN, 1992, p. 119). A respeito deste projeto o Ministério do Interior (MINTER) “convoca vários órgão a ele afetos, para estudar a possibilidade de recriar um organismo a nível nacional para se ocupar dos trabalhos na esfera comunitária” (AMMANN, 1992, p. 166).

E ainda o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSUs) que privilegiava a cultura e o lazer, na qualidade de programa de “integração social nas cidades, e nas periferias, através de desenvolvimento de atividades comunitárias e serviços sociais” como a “música erudita, modelagem, pintura, dança, e ginástica rítmica” através do método do Desenvolvimento Comunitário que visava “aumentar a participação do habitante das cidades no processo de desenvolvimento urbano”. (AMMANN, 1992, p, 121).

Segundo (Silva, 1995, p. 33), o campo da assistência social, assumida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e pela Fundação do Bem – Estar do Menor (FUNABEM), em nível nacional e estadual, através das Secretarias de Bem-Estar Social estava presentes em todo o país, e a área da Previdência Social ficou a cargo do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A articulação da política social, nesse contexto, foi enquanto “base para o mercado” e “estímulo para o trabalho e para o aumento da eficiência do trabalhador” (SILVA, 1995, p. 86). Assim, (Silva, 1984 apud Silva 1994) confirma nessa conjuntura sobre a operacionalização da política social pelos assistentes sociais:

A política social, assumida pela complexidade desse conjunto de entidades e programas, passa a contar com o assistente social como uma categoria profissional intensamente responsável pela sua operacionalização, o que, inevitavelmente, faz com que a profissão seja influenciada pelas características marcantes da política social, neste período, quais sejam: centralização e conseqüente burocratização, socialização dos custos e privatização dos setores mais rentáveis, como educação, saúde e habitação. Com base nessa lógica, verifica-se, também, a institucionalização da assistência, com subordinação da remanescente rede privada de assistência e de serviços sociais, passando o Estado a manter verdadeiro controle através de convênios que disciplinam as ajudas financeiras e a prestação de assistência técnica, tudo condicionado à apresentação de planos e a fiscalizações periódicas (SILVA, 1984:14 APUD SILVA 1994, p. 87).

Ressaltamos que, enquanto o Estado controlava os conflitos como meio de manter a ordem, o Serviço Social apresentava a função educativa não enquanto processo de humanização e construção cívica, mas com função individualista centrada no trabalho e na produtividade. A burocratização fazia parte da prática profissional, cujas atividades imediatas visavam à correção do indivíduo ou do grupo na vertente humanista e ajustamento do indivíduo na sociedade.

A partir dos autores utilizados para esta sistematização compreendemos que o período da metade dos anos 60 seguidos pelos anos 70 contraditoriamente, enquanto há uma expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais, começa a gerar certo incomodo quanto à forma de operacionalizar técnicas de trabalho comunitário, falta de sistematização das práticas e ausência de aporte teórico que fundamentasse as atividades e que proporcionasse a reflexão principalmente da estrutura de classe e modo de produção vigente.

**A partir de 1970** “o papel do desenvolvimento comunitário, e particularmente do Serviço Social dentro dos aparelhos do Estado, era ambivalente”, tendo em vista que “o Serviço Social, foi solicitado dentro do aparelho estatal, a ter uma nova postura, no sentido de atuar mais junto às comunidades locais” (GOHN, 1991, p. 14). Assim, esta profissão torna-se “fonte realimentadora das informações às nascentes organizações populares” (GOHN, 1991, p.14-15), que estavam a surgir e tornarem-se protagonistas do momento político na década seguinte.

Ainda, (Silva, 1995, p. 35) discorre que se inicia a perspectiva marxista no contexto do Serviço Social brasileiro, que primeiramente, representada pela vertente do estruturalismo, com influência principalmente de Althusser, o qual faz uma interpretação<sup>9</sup> errônea do marxismo e especialmente de Gramsci. Visto que manifesta

---

<sup>9</sup> Anotações de sala de aula na disciplina de Serviço Social e Sociedade Civil em 2009.

a concepção das instituições enquanto “aparelhos ideológicos do Estado”. Nesse período, o Serviço Social, (segundo a lógica de Althusser) procura a desvinculação das instituições, pois trabalhar no interior destas era servir o Estado Burguês, ocasionando certo esvaziamento de profissionais no interior das instituições.

Segundo, Silva (1994, p. 84), este cenário foi pensado em meio a um debate no meio profissional do Serviço Social, articulado ao Movimento de Reconceituação, no âmbito da América Latina, que debate questões sobre teoria e de métodos do Serviço Social. Sobre este Movimento Silva (1994), apresenta que no primeiro momento do

Movimento de Reconceituação de Serviço Social no Brasil, o Encontro de Araxá, realizado em 1967, seguindo posteriormente, em 1972, do Encontro de Teresópolis, marcam o esforço da categoria profissional em torno da sistematização teórico-prática do Serviço Social. (SILVA, 1994, p. 88)

Visto ainda, a partir de **1978**, esse movimento teve influência de Antonio Gramsci, que forneceu orientações “por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes” (SILVA, 1994, p. 92). Esta influência faz alocar a vertente crítica nessa conjuntura, e cunhar uma tendência modernizadora pelos “processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com a presença das ligas camponesas, sindicatos rurais” (SILVA, 1995, p. 27).

Nesse período o Desenvolvimento de Comunidade adquiriu nova significação, a saber, Ammann (1992) contextualiza que:

[...] uma tomada de consciência pelo indivíduo, da possibilidade e necessidade de sua participação no equacionamento de problemas e definição de objetivos que atentam para as necessidades do conjunto da população e para o crescimento harmônico do meio em que vive. (AMMANN, 1992, p. 121)

Com essa concepção percebemos que emergem novas perspectivas para o Trabalho Comunitário/DC, mas, paralelamente segundo a mesma autora, persistem as marcas da orientação e ideologia do sistema político militar.

Também identificamos que nesse período a categoria participação aparece com grande peso, junto ao desenvolvimento de comunidade, enquanto que o Estado se ausentava do compromisso das obras e serviços públicos, ou mesmo “constituiu um canal adequado para a mútua comunicação entre o governo e o povo” (AMMANN, 1992, p. 129). Bem como, a partir destes anos em diante é apresentada uma reflexão

e discussão dos intelectuais acerca do Desenvolvimento de Comunidade enquanto significância e as fases que o DC atravessou no Brasil, e, quais foram suas contribuições para a comunidade.

Sobretudo, visto a partir do Seminário de Teorização do Serviço Social ou Documento de Araxá que trouxe o “trabalho do Serviço Social com populações, ao lado dos métodos tradicionais de ação com indivíduos, grupos e comunidades” (AMMANN, 1992, p. 129). Indaga-se a instrumentalidade do DC, sua metodologia e especificamente sobre o Serviço Social a “inexistência de uma teorização adequada à realidade brasileira, em faixas de micro e macro-atuação, de maneira a proporcionar uma participação popular efetiva nos diversos níveis de classes sociais” (AMMANN, 1992, p. 132).

Além disso, o “Método Belo Horizonte - B.H” , em 1971, enquanto “parte integrante do movimento de reconceituação do Serviço Social” (AMMANN, 1992, p. 138), partiu de estudos realizados por uma equipe de professores da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais que se espelharam no Método Básico pela Universidade Católica do Chile. Disso foram organizados documentos sobre a sistematização da prática como fonte de teoria que deu surgimento a tal Método B.H. Conforme Ammann (1992, p. 238-239), esse método, veio para romper com o modelo positivista de Serviço Social em Desenvolvimento de Comunidade e tomar como base a lógica dialética, ao adotar uma concepção crítica da historicidade da prática social. Neste processo, a participação como “elemento fundamental à consecução dos objetivos e na expressão da crítica e transformação do universo em que estão inseridos os agentes sociais” (AMMANN, 1992, p. 139) e a conscientização é entendida por este grupo enquanto:

[...] processo através do qual as pessoas elevam seu nível de consciência de forma a permitir: compreender a situação concreta na qual se encontram; analisar as condições reais e atuais de sua existência; exprimir seus verdadeiros interesses e criar formas de ação para a concretização, organização e capacitação surgem como objetivo-meio (AMMANN, 1992, p. 139)

Através de Ammann (1992, p. 157), percebemos que o período de **1964 a 77** proporciona duas vertentes de análise. Sendo uma vertente, a conservadora que permanecia pelo Desenvolvimento de Comunidade a seguir a ideologia do modelo capitalista de produção e pelo desenvolvimento focalizado nas comunidades. A segunda vertente caracteriza-se pela reflexão dos intelectuais, quanto ao

enfrentamento da “problemática brasileira” e questionamentos ao modelo de desenvolvimento e ações em favor das transformações das estruturas vigentes. Em particular, lembra o período de **1978 – 79**, na qual reaparece a sociedade civil, contra as fortes repressões do regime militar, enquanto campo de lutas sociais, “por ampla atividade oposicionista e tomava corpo com grande vigor, a campanha pela anistia, reunindo as mais heterogêneas frações da sociedade civil, numa luta comum” (AMMANN, 1992, p. 164).

### **1.1.3 Serviço Social e Trabalho Comunitário na década de 80**

Conforme (Ammamm, 1992 p. 159-168), o período de **1980** é de lutas sociais pela redemocratização do país. Sendo este contexto histórico marcado pela crise de legitimação do regime militar, da crise econômica, da inflação alta e aumento da dívida externa. Com a posse do Governo General Figueiredo em 1979, inicia-se um processo de abertura política, e o povo acredita em promessas de um país democrático, contudo foi somente tática e artimanha do governo para sustentação do regime.

Segundo Gohn, (1991, p.15), os anos 80 retratam as Diretas Já, a transição democrática, e a instauração da Nova República. Um caminhar de lutas e inscrição de leis e reivindicações dos setores médios e populares, na “nova institucionalidade social”.

Segundo Arcoverde (1994, p. 146) a transição democrática também gerou mudanças nos aspectos “históricos, conceituais e metodológicos do DC”, que incorporou a dinâmica dos movimentos sociais. O Serviço Social, influenciado pelo momento, implanta um novo currículo que “em alguns cursos a incorporação da dinâmica dos movimentos sociais aparece não só no conteúdo programático, mas inclusive na sua epígrafe: “DC e práticas mobilizadoras das classes populares” (ARCOVERDE, 1994, p. 149). Ou seja, o Serviço Social, abre diferentes perspectivas de participação, e se torna juntamente com os movimentos sociais emergentes, um processo importante pela luta pela democracia e pela construção da própria política do país.

Contemplamos a colocação de Arcoverde (1994, p. 146) que reconhece que esse período de abertura democrática propiciou um:

[...] espaço para formas organizativas da população no interior das praticas do Estado, ainda que sob a determinação da ideologia dominante e de legitimação de um projeto político, abre caminhos para que as reivindicações pontuais e isoladas de parte dos setores médios e populares sejam articuladas em e por organizações e estruturas mais amplas [...] (ARCOVERDE, 1994, p. 146)

Ou seja, houve a possibilidade de abertura do Estado para a incorporação de demandas advindas do seio da sociedade, especificamente de grupos e movimentos populares que traziam a tona conflitos e demandas sociais que pleiteavam reconhecimento político.

Encontramos em Gohn (1991, p.16) a consideração que o desenvolvimento de comunidade e o Serviço Social passaram a ser espaço de “diálogo por excelência com a população organizada”. Também a autora se coloca preocupada quanto ao aporte metodológico para trabalhar com as forças sociais organizadas da população. Visto que estas “queriam respostas imediatas e careciam de projetos políticos alternativos, que indicassem rumos à ação estatal”.

Segundo Ammann (1992) o Desenvolvimento de Comunidade volta nesta década e vincula-se ao desenvolvimento nacional, enquanto ação do governo e através de uma estratégia de participação organizada, na necessidade de diminuir as desigualdades sociais e evocar a participação da população na “escolha de objetivos, dos meios de ação e execução do Desenvolvimento” (AMMANN, 1992 p.167). O governo de Sarney cria a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) com o objetivo de complementar iniciativas comunitárias de caráter assistencialista, veículo dos interesses e ideologia dominantes. A população é chamada para a prática reiterativa do mutirão que passa trabalhar gratuitamente para o poder público local, na construção e atividades nas diversas áreas de competência do Estado.

Ainda cabe mencionar tanto no plano econômico e social, são elaborados planos e políticas, nos anos 86-87, o ‘tudo pelo social de Sarney’, enquanto “política de enfrentamento dos problemas de sobrevivência”. (ARCOVERDE, 1994, p.147). Sendo os executores desta política os assistentes sociais, que ganham espaço no período.<sup>10</sup>

Conforme Ammann (1992) as lutas em prol da democratização do país, apontam também posição crítica do Serviço Social, que desde a reconceituação, mostrava-se comprometido com as classes dominadas. O DC é influenciado pela

---

<sup>10</sup> Anotações de sala de aula na disciplina de Serviço Social e Sociedade Civil em 2009.

conjuntura nacional e os intelectuais com diferentes posicionamentos uns ortodoxos<sup>11</sup> e outros adquirindo postura crítica juntamente aos Movimentos Populares.

Segundo Ammann (1992, p. 168-169) nesse período de transição democrática, passam a existir produções diversificadas dos intelectuais de Serviço Social. Alguns ainda seguiam o caráter ortodoxo e outros aderiam à vertente crítica privilegiando a atuação junto a Movimentos Populares. Assim, Ammann (1992, p. 170) apresenta a produção de caráter ortodoxo de Bravo<sup>12</sup> que “constitui-se em manual de operacionalização de Serviço Social de Comunidade’ onde as diversas etapas do processo são técnica e didaticamente esboçadas”. Segue as práticas do tradicional e ressalta a “separação entre sujeito e objeto da ação, sendo o técnico identificado com o primeiro plano (sujeito) e a população como segundo plano (objeto)”. E ainda Ammann (1992, p. 171) coloca que Bravo considera o técnico como “detentor do saber e incentiva a população “a ter uma idéia e compreender os porque da situação”.

Consideramos importante trazer o registro de Bravo interpretado por Ammann (1992) visto que tal autor foi naquele momento histórico dos anos 80, uma referência para o Serviço Social na dimensão do trabalho comunitário.

Quantos aos autores de caráter heterodoxo, Ammann (1992, p. 171) apresenta a obra de sua própria<sup>13</sup> autoria que focaliza a participação social na “perspectiva dialética, no contexto histórico das relações sociais de produção e dos processos de dominação/exploração vigentes nas sociedades capitalistas”. Visto que traz o conceito de participação social em âmbito macro-societário, como “o processo mediante o qual diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinadas” (AMMANN, 1997, apud AMMANN, 1992, p. 171). Ou seja, a participação é definida na instância da infra-estrutura e na gestão e do usufruto gerado pela sociedade.

Também, neste conjunto de autores que estabeleceram um vínculo com as classes dominadas a obra de Silva<sup>14</sup>, que segundo Ammann (1992, p. 173) é voltada

---

<sup>11</sup> Nos anos de 1960, especificamente de 1963 -64 com o Movimento de Reconceituação se desenhava produções de intelectuais da disciplina DC que seguiam tendências diversificadas. As características ortodoxas são de caráter elitista, no qual vigora as avaliações da classe dominante, mantendo a “separação entre sujeito e objeto de ação e não” [...] privilegiam os movimentos populares como instancia hegemônica nos programas de desenvolvimento local” (AMMANN, 1992, p. 169-171)

<sup>12</sup> BRAVO, Luiz. *Trabalhando com a Comunidade*. Rio de Janeiro, Distrilivros Editora, 1983

<sup>13</sup> AMMANN, Safira Bezerra, *Participação Social*. São Paulo, Cortez Editora, 1977

<sup>14</sup> SILVA, Maria Luiza Lameira da. *Serviço Social de Comunidade numa visão de práxis*. São Paulo, Cortez Editora, 1983.

para “o processo ensino aprendizagem da disciplina com base em pesquisa realizada junto a Universidade Federal do Pará e a instituição de Serviço Social de Belém”. Por Ammann (1992), compreendemos que Silva faz uma análise de práxis social e de sua aplicação no Serviço Social e defende a inserção do trabalho social nas relações de classe. Em relação à disciplina Serviço Social de Comunidade tece crítica “ao despreparo profissional, ao caráter reprodutor das instituições e ausência de praticas do Serviço Social junto aos Movimentos Sociais” (AMMANN, 1992, p. 173). São fatores que representam obstáculo para a práxis transformadora, visto que os movimentos sociais apresentam alternativas que “propiciam maior liberdade de ação, oferecendo uma prática profissional mais comprometida com as classes populares” (AMMANN, 1992, p. 173).

Quanto a obra de Souza<sup>15</sup>, Ammann (1992, p. 175) ressalta que faz uma articulação entre Desenvolvimento de Comunidade e Movimentos Sociais e demonstra preocupação quanto a instrumentalização do DC em função do ensino. Visto que o DC se encontrava no “âmbito da política social como condições importante para chegar ao desenvolvimento do país, como junto aos Movimentos Sociais, ajudando na mobilização e organização em seus enfrentamentos e suas ações”. Na visão de Ammann (1992) Souza coloca que Desenvolvimento de Comunidade e Movimentos Sociais possuem elementos em comum.

Segundo Ammann (1992, p. 176), Souza em sua obra, explora os diversos conceitos de comunidade, desenvolvimento e participação, as atribuições profissionais, os instrumentais, as técnicas e as estruturas de apoio acionadas. Ainda, enfatiza o processo pedagógico de autonomia das camadas populares na consolidação da participação na transformação social. Assim, podemos confirmar juntamente com Ammann (1992) que Souza aponta para a divisão de classes no interior da sociedade, e, portanto confere um caráter político à disciplina.

Conforme a exposição deste período é evidente que o Serviço Social buscou novos fundamentos teóricos, agora não somente sobre o DC, mas, embasamentos que contemplavam as relações entre Estado e Sociedade Civil. São referenciais novos que procuravam instrumentalizar a ação profissional de Serviço Social. Observamos a possibilidade de convivência do Serviço Social com DC e MS pautado na ação coletiva e deslocado para a população e na concepção de “cidadania social” (ARCOVERDE, 1994, p. 149).

---

<sup>15</sup> SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e participação, São Paulo, Cortez Editora, 1987.

Dessa forma, é correto afirmar que surgem novos olhares da categoria para trabalhar não somente no DC. Segundo Arcoverde (1994) surge novas alternativas no currículo, visto

[...] a necessidade de criação/construção de novos espaços de ação, de projetos e estratégias novas, novos modos de pensar as relações sociedade/Estado para tornar possível o aperfeiçoamento das práticas de DC e MS, bem como de seus conteúdos teóricos (ARCOVERDE, 1994, p.151)

Observamos que o processo dinâmico da história, na qual o Serviço Social também foi protagonista, faz surgir na sociedade novas categorias e com estas a necessidade em avançar quanto à instrumentalização. Isso também passa por uma revisão no currículo, posto que o Serviço Social, através das mudanças propiciadas por esta década, principalmente com o processo constituinte e o ponto culminante em 1988 com a Constituição Federal que demandou para os Assistentes Sociais dominar conteúdos para reorientar a metodologia no trabalho comunitário conforme garantias e direitos promulgados em Lei.

É verdade que a partir da década de 80 gesta-se o termo Sociedade Civil que vai ocupando espaços de debate, e quanto a este termo entendemos pela via expressada na revista IDEIAS (1998-1999, p.17) que

[...] o uso do termo passa a se constituir como eixo de identificação deste vasto campo de atores que se organizavam coletivamente, tornando públicas as suas carências e reivindicando mais liberdade e mais justiça social, no esboço de um projeto que, naquele contexto, unificava o quadro múltiplo e heterogêneo da organização social [...] (IDEIAS: 1998-1999, p.17)

Assim, podemos perceber que a expressão Desenvolvimento de Comunidade perde a centralidade e a expressão Sociedade Civil, que no processo gradual, precisamente a partir das determinações conjunturais da década de 80, amplia o foco do Trabalho Comunitário, não apenas localizados no espaço das comunidades, mas num enfoque de politização das relações sociais e das relações com o Estado: a sociedade Civil ocupa um espaço de decisão política, de pensar as políticas públicas. Assim a expressão participação, também ganha novos contornos, acompanhando a movimentação da sociedade civil e a exigência de novas referências e práticas para o período em questão.

#### **1.1.4 Serviço Social e Trabalho Comunitário nas décadas de 90 a 2000**

Silva (1995, p. 51,52) coloca que os **anos 90** trazem “profundas mudanças na ordem internacional” expressados pela globalização e pela lógica da regionalização dos mercados através da constituição de blocos econômicos, na organização do mercado na arena internacional como a constituição de grandes blocos, como a Comunidade Econômica Européia (CEE), o Bloco Norte denominado Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o Bloco Asiático e o MERCOSUL que congrega os países latino-americanos do Cone Sul.

Nesse contexto, há uma flexibilização da economia, liberalização econômica e política e prioridade nos novos padrões tecnológicos, priorizando o conhecimento e a informação. São pressupostos do neoliberalismo que orienta as relações entre Estado e sociedade de mercado.

Observamos, neste período no Brasil, o reordenamento das relações entre o Estado e a Sociedade Civil principalmente no que diz respeito a reestruturação da proteção social a partir da Constituição de 1988. Contraditoriamente, o Brasil atravessava o “quadro do desemprego, da miséria, baixos salários e concentração de renda no contexto de uma crise do padrão intervencionista do Estado” (SILVA, 1995, p.49), em que vigorava a Constituição Federal de 1988 com a incorporação da Proteção Social através da “ampliação dos direitos, universalização de acesso aos serviços sociais, expansão da cobertura de benefícios sociais” (SILVA, 1995, p.49). A saída encontrada foi através de ações políticas fortalecidos pela doutrina neoliberal.

As **décadas de 90 e 2000** sob a nova ordem denominada neoliberalismo tem características específicas que trazem novos desafios à categoria profissional. Vem romper com o discurso da assistência ligada a atividade voluntarista, dotada de moralismo, clientelismo expressado na cultura do favor, materializado pela revisão do Código<sup>16</sup> de Ética profissional em 1993. E manter a concepção da assistência social como direito do cidadão, uma forma inovadora de organizar as iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, de acordo com a CF/88 pela ampliação extensão dos direitos sociais e universalização do acesso.

Na lógica contraditória da ampliação dos direitos sociais, observamos a redução do setor público a partir do receituário neoliberal que:

---

<sup>16</sup> O Código de Ética de 1993, reafirma a conexão entre o projeto ético-político profissional e projetos sociestários cuja teleologia comporta uma ética de emancipação humana; sua projeção ideal é orientada na direção da construção de uma sociedade que ‘propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a intervenção e vivência de novos valores’, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação’. (BARROCO, 1993, p.130-131).

[...] repercute profundamente no Serviço Social, destacando-se, de um lado, a entrada dos movimentos sociais na cena política e, de outro, a incapacidade de o Estado absorver suas demandas, verificando-se uma crise das políticas sociais e dos serviços assistenciais e o conseqüente crescimento da massa de excluídos com demanda crescente pela sobrevivência e o crescimento vertiginoso do setor informal da economia. (SILVA, 1995, p. 50)

Notamos que os assistentes sociais, nesse contexto, consideram o desafio de encontrar meios ou novas alternativas para atender as demandas contraditórias que partem das classes dominantes via Estado, dos setores populares não organizados que recebiam atendimentos nas necessidades individuais e imediatas, das demandas dos setores populares organizados, para estes os assistentes sociais prestavam “assistência na perspectiva coletiva e política e a cidadania no âmbito da classe social” (SILVA, 1995, p.51).

Dessa forma, assinalamos que a doutrina neoliberal repercute na construção de um Estado em novas bases, a não interventiva, que acaba por gerar estruturas econômicas de financiamento, produção e exportação e inclusive com subsídios a economia privada enquanto agente do desenvolvimento econômico. Ou seja, um Estado que subordina e faz secundário o bem estar social em favor da economia.

Os **anos 90** são palco de um movimento contraditório, por um lado, a institucionalização do sistema de proteção social a ser garantido pelo Estado, e por outro, um movimento com orientação política que apregoa o enxugamento do Estado. Além disso, a indisponibilidade de recursos, mediante aos direitos sociais conquistados e a instabilidade do Estado fazia pairar um “clima de ingovernabilidade” (Silva, 1995, p. 54), que somou forças para que este sofresse uma crise quanto ao seu padrão de intervenção.

Assim, por meio da perspectiva liberal ou do neoliberalismo com à redução do setor público via privatização, e o esforço para um Estado mínimo que reconhece e incentiva o trabalho como única possibilidade de renda, percebemos que filosofia neoliberal tem:

A supremacia do individuo e dos interesses privados [...] diminuição dos gastos públicos, de modo que a política social é banida da agenda pública e passa a assumir uma posição marginal, [...] em face do crescimento e generalização da miséria num quadro conjuntural de elevada inflação, profunda recessão e arrocho salarial sem precedentes. (SILVA, 1995, p. 55)

Compreendemos que o modelo neoliberal que preconiza um Estado mínimo, altera profundamente a relação Estado - sociedade, com o discurso da responsabilidade dos indivíduos em criar condições de vivência e sobrevivência na

sociedade enquanto que impõe a primazia do mercado. Assim, conforme os autores estudados, o Estado sofre uma correção do projeto neoliberal que no plano ideológico tem a função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria os programas sociais emergenciais através da assistência de caráter pontual e focalizado.

Conforme Silva (1995, p. 56, 57) nos primeiros anos desse período, em 1992, o presidente Itamar Franco preconiza o ideário neoliberal e a assistência federal “é centralizada principalmente pelo Ministério de Bem – Estar Social através das Agências: Legião Brasileira de Assistência -LBA e Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA” (SILVA, 1995, p. 57), apesar da tendência da descentralização e municipalização de programas.

Em 1993, enquanto política pública realizou-se uma mobilização nacional em torno da questão da pobreza e foi implantado o Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), estruturado por “pressão de forte movimento de atores importantes da sociedade civil” (SILVA, 1995, p. 58) e liderada por Herbert de Souza. Posteriormente o Programa PCFM é substituído pelo Programa Comunidade Solidária<sup>17</sup> que se direciona ao combate à miséria no país.

Segundo Silva (1995, p. 59) no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995, “faz com que o eixo central do programa do governo seja o ajuste estrutural, pela lógica da nova ordem mundial e ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. São centros econômicos e políticos do capitalismo internacional, expresso pelo Consenso de Washington<sup>18</sup> de fundamentação neoliberal com destaque para o mercado livre e aberto, e para um Estado Mínimo. Indica a estabilização econômica, reformas estruturais e investimentos estrangeiros.

---

<sup>17</sup> Em 1995 é criada a Comunidade Solidária (CS), uma instância ligada à Casa Civil da Presidência da República, que, não constituiria um programa governamental *stricto sensu*, mas uma proposta estratégica de combate à pobreza, um *condomínio de múltiplos objetivos* onde coabitam programas emergenciais e estruturais, que se insere na política social, sem, no entanto, esgotá-la [...] No Brasil, a institucionalidade proposta pela CS é provavelmente a primeira experiência que se aproxima de um formato de redes de políticas, numa ampla dimensão que envolve parceiros em diferentes setores e níveis de governo e sociedade civil. (PELIANO, 1995; RESENDE, 2000 apud BURLANDY, 2003, p.124-125, grifo das autoras). Sendo a “estratégia desse programa é a *ação coletiva*, com apelo à solidariedade e parceria da sociedade civil e do Estado, de modo que toda ação social do governo fica sob a responsabilidade de estados e municípios, em parceria com Organizações Não-Governamentais e representantes da comunidade, a quem competirá definir prioridades locais e executar programas, cabendo à união o planejamento, a assistência técnica e financeira, o controle e a fiscalização dos recursos aplicados. (SILVA, 1995, p. 62, grifo da autora)

<sup>18</sup> “O Consenso de Washington é a denominação dada a um plano único de medidas de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de desenvolvimento (Bird) e pelo governo norte-americano em reunião ocorrida em Washington em 1989, quando se inaugura a introdução do projeto neoliberal em mais de 60 países em todo o mundo”(FIORI, 1995, p.231-245 apud RAICHELIS, 1998, s/p)

Entendemos, segundo o aporte teórico utilizado, que todo esse conjunto de medidas tomadas nessa década, quanto ao ajuste estrutural e aprofundamento da questão social em relação ao quadro da miséria, a base e sustentação destas ações e decisões são de intenção política e orientação neoliberal por parte de governantes.

Ainda, nos anos 90, a assistência social passa a integrar a estrutura do Ministério da Previdência e posteriormente Ministério da Previdência e Assistência Social através da Secretaria de Assistência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Pontuamos que neste período histórico a participação social também sofreu transformações decorrentes da conjuntura, assim como nos itens anteriormente vistos que comprovam esse processo de inovação na forma de mobilização a lutar por direitos. Desta forma partimos do pressuposto que

[...] a sociedade civil configura-se como um amplo e diverso conjunto de experimentações de organização política, que abriga diferentes objetivos e projetos. [...] quanto mais fortalecida a sociedade civil, enquanto conjunto de atores ativos na participação da dinâmica político-social e na reivindicação de mudanças em direção à promoção da igualdade e justiça social, maiores serão as possibilidades de ampliação das práticas e relações democráticas. (IDÉIAS, 1998/99, p.14 e 42)

Constatamos a inovação do termo sociedade civil que agora compõe o campo efervescente em constante borbulhar de lutas e garantias de direitos sociais. Tema amplo e em constante construção que se especifica na sociedade civil organizada, expressada pelo conjunto no qual estão inseridos variedades de organizações, entidades filantrópicas e assistenciais. Os diversos grupos de manifestação cultural, bem como a considerar as associações de defesas dos direitos humanos de maneira geral, incluindo as ONGs e os diferentes movimentos sociais.

Sob esse ponto de vista, a participação social neste período histórico é de grande relevância. Inicialmente ganhou força e expressão através do DC, e consolidou-se prática do Serviço Social, como Abreu (2010, p. 105) coloca a

[...] pedagogia da 'participação' desenvolve-se e consolida-se na prática do assistente social a partir, fundamentalmente das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), sob a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora. (ABREU, 2010, p. 105)

Como já mencionamos nas décadas anteriores a participação social adquiriu expressões diferenciadas conforme o processo histórico, político e ideológico, mas, que em nenhum momento da história deixou de ter a sua importância e suas particularidades.

Visto que ao chegarmos aos **anos 90 e 2000**, Dagnino (2004) coloca que participação social enfrenta a existência de uma:

[...] confluência perversa entre dois processos distintos, políticos distintos. De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas. [...] De outro lado, [...] há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. [...] A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. (DAGNINO, 2004, p.95-97)

Observamos que a Constituição Federal possibilitou abertura para um novo modelo e significado de participação da sociedade civil que processualmente foram se formalizando através das legislações necessárias para fazer acontecer os direitos sociais positivados na carta constitucional. Também vemos que a “perversidade” do modelo neoliberal faz com que os protagonistas da sociedade civil organizada estejam atentos e mantenham projetos políticos na continuidade de manter a luta em favor da classe trabalhadora e ampliação dos direitos. Compreendemos que nessa década são os espaços de disputa que mudam e ganham novo diferencial, enquanto espaços de debate e construção política conforme interesses sociais diferentes e por vezes contraditórios.

Através da institucionalização dos Conselhos de Direitos<sup>19</sup> com participação do poder estatal e da sociedade civil converte-se um espaço de politização onde a participação efetiva-se principalmente na sociedade civil organizada, na busca respostas as necessidades sociais e fazem valer seus direitos. Ainda, nesta esfera da participação podemos considerar entre Projetos universitários, trabalhos voluntários e entre todas as organizações existentes nesse período, bem como vale ressaltar nesse contexto histórico, a importância dos Conselhos de direitos, que são uma marca da nova forma de participação da Sociedade Civil enquanto co-gestora de políticas públicas via Conselhos. Disso posto, comungamos da idéia de Abreu (2010) que o

[...] ‘novo’ conceito de participação social em detrimento do confronto aberto entre interesses contraditórios -, contribuindo, portanto para a participação integrativa das classes subalternas aos padrões de sociabilidade imposta pela acumulação do capital. (ABREU, 2010, p. 205)

---

<sup>19</sup> Sobre Conselhos: GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica* – 3ed. – São Paulo, Cortez, 2007. – (Coleção questão da nossa época; v.84) e SIQUEIRA, Rosângela Bujokas de. *Conselhos de Política e Participação Democrática: análise dos setores de saúde e assistência social em PG – PR*. 2006, 134p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006. Disponível em: [http://www.bicen-tede.uepg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5](http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5).

Assim, a partir destes novos espaços, a interferência dos assistentes sociais na atuação como conselheiros representando a instância da sociedade política como da sociedade civil, assessoria nos processos de articulação, mobilização, fortalecimento e capacitação da sociedade civil. Mediante o fortalecimento e redefinição da sociedade civil, a participação cidadã, torna-se mais complexa e contraditória devido a prevalência da lógica capitalista. Segundo Gohn (2007), a partir do momento em que os movimentos sociais, tomam consciência crítica sobre a importância da participação política, tornam-se protagonistas de sua história, gerando novos valores à uma cultura política. Observamos, que a participação conduz à mudanças e transformações sociais com impactos positivos na sociedade civil.

Nesse período, o termo sociedade civil, em meio a essas novas articulações da participação social, se redescobre neste amplo leque de novas roupagens do trabalho comunitário. Representada em temas transversais como o Terceiro Setor, que segundo Montaño (1999, p. 62-74), além do Estado e do mercado há um terceiro setor, sendo uma esfera da área social não governamental, e não lucrativa, que preserva a compartimentação Estado/sociedade típica do pensamento liberal. Remete a um processo de aumento da participação da sociedade no tratamento da refilantropização e práticas caritativas como respostas à questão social. São conjuntos de instituições, ONGs, fundações etc. que, desempenhando funções públicas, encontram-se fora do Estado, no espaço de interseção entre este e o mercado, porém, sem declarar fins lucrativos. O grande mérito do terceiro setor é sua (suposta) ausência da procura do lucro. Ele é funcional à nova lógica estratégia hegemônica do capital por estimular os laços de solidariedade local, por compensar as políticas sócias abandonadas pelo Estado e por apresentar-se como fonte alternativa de ocupação profissional.

Diante disso, observamos uma introdução do significado dado pelo Neoliberalismo, no qual a Sociedade Civil passa a exercer um papel de substituta do Estado em suas responsabilidades e atribuindo à sociedade a sua própria “manutenção”. Esta visão tem se propagado, e tem feito a sociedade absorver papéis que deveriam ser do Estado naturalizando o enxugamento do Estado diante da regulação dos direitos sociais.

Apesar do contexto contraditório, conforme acima analisado, surgiram alguns documentos importantes que caracterizam avanços no campo da assistência social

sendo: a Lei Orgânica da Assistência social (LOAS –1993)<sup>20</sup> e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS - 2004)<sup>21</sup> nas diretrizes:

- I - Descentralização político-administrativa, [...] respeitando-se as diferenças e **as características socioterritoriais locais**;
- II - **Participação da população**, por meio de organizações representativas, nas formulações das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia da responsabilidade do Estado [...]
- IV- Centralidade na família [...] (BRASIL, 2005 p. 33, grifo nosso)

Observamos que o trabalho comunitário junto ao Serviço social ganha novas perspectivas, ao mudar o foco de trabalhos na área da assistência social que passa a fazer valer a lógica do direito e da proteção social, direcionando os serviços na ótica da descentralização e incorporando o processo de territorialização e participação social. A partir da LOAS, da PNAS e pela força do Conselho Nacional da Assistência Social o Ministério do desenvolvimento Social e Combate a fome – MDS, incorpora as demandas da sociedade brasileira enquanto responsabilidade política e social e transforma as ações públicas em Política de Assistência Social, que no conjunto de diretrizes vai operacionalizar o SUAS<sup>22</sup>, cuja regulamentação legal por meio da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS<sup>23</sup> e nas demais regulamentações delas decorrentes. O SUAS fundamenta-se no compromisso e diretrizes da PNAS 2004 e vem trazer elementos para viabilizar a operacionalização da LOAS e implementar mecanismos de gestão, com propostas de levar em conta as diversidades regionais mantendo as bases nos eixos estruturantes da gestão na:

- a) precedência da gestão pública da política;

<sup>20</sup> “A Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, em observância aos artigos 203 e 204 da Constituição Federal, dispõe sobre os objetivos, princípios e diretrizes, a organização e gestão, as prestações e o financiamento da Assistência Social” (RAMOS, 2011).

<sup>21</sup> A Política Nacional de Assistência Social “busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado”. Junto ao processo de descentralização traz “detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo nas provisões das ações socioassistenciais” e “estrutura a assistência social na perspectiva socioterritorial, sendo a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais”. (MDS, Brasília, 2005, p.13; p16; p.90)

<sup>22</sup> O Sistema único de Assistência Social (SUAS) cujo modelo de gestão é a descentralizado e participativo constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção as famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe gestão compartilhada, co-financiamento nas três esferas de governo, com a participação e mobilização da sociedade civil, Ainda o SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio-assistencial.(MDS, Brasília, 2005, p.34)

<sup>23</sup> A Norma Operacional Básica do SUAS ( NOB/SUAS) disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição da República de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis. (BRASIL, 2005, p. 85)

- b) alcance dos direitos socioassistenciais pelos usuários;
  - c) matricialidade Sociofamiliar;
  - d) territorialização;**
  - e) descentralização político administrativo;
  - f) financiamento partilhado entre os entes federados;
  - g) fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;**
  - h) valorização da presença do controle social;**
  - i) participação popular/cidadão usuário;**
  - j) qualificação de recursos humanos;
  - k) informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados.
- (BRASIL, 2005, p. 87, grifo nosso)

A partir do eixo estruturante da Política Nacional de Assistência Social, e do SUAS compreendemos que o trabalho comunitário é um dos elementos que constitui a ampla área de atuação do Serviço Social. Compreendemos ainda que a partir da política pública de proteção social tem-se uma ceara muito grande com possibilidades de realizar uma intervenção na dimensão comunitária, enquanto espaços mapeados conforme riscos e vulnerabilidades sociais expresso pela via da territorialização.

E nesse sentido, a partir dos pressupostos da PNAS e do eixo estruturante do SUAS que demandam a gestão pela esfera da territorialização, espaços entre outros tantos que vem a dar visibilidade ao trabalho comunitário nas **décadas de 90 e 2000**.

Dessa forma, sobre o conceito e significado de território, dialogamos com Koga (2003) que especifica e enfatiza que o território vai além do espaço físico geográfico, pois:

[...] também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. (KOGA, 2003, p. 33)

Assim, compreendemos e comungamos do pensamento de KOGA (2003) que a questão territorial é o alicerce, o espaço onde acontecem as relações sociais entre os homens, que abrange as características, as diferenças e desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais. Este espaço de relações sociais é complementado pelo conceito de território enquanto “expressão do conjunto de relações, condições e acessos [...] com significado vivo a partir dos ‘atores que dele se utiliza’” (BRASIL, 2005, p. 43). Ou seja, o território é o lócus da solidariedade social entre as pessoas que o habita, da organização e participação dos moradores em força coletiva para

lutar por melhores condições e acesso aos serviços públicos de direitos, e o local onde o trabalho comunitário pode ocorrer.

Disso posto, compartilhamos de Koga (2003) no que se refere ao trabalho comunitário na contemporaneidade em “pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive nesse território” (KOGA, 2003, p.25).

Refletir sobre o trabalho comunitário, na contemporaneidade, na lógica da política pública, a partir do território, precisa levar em consideração o local mediante a descentralização política administrativas para micro espaços dos Estados Federados e Municípios. Compreender o pensamento do universal que compõe o macro espaço do Brasil na lógica de assegurar garantias e direitos sociais a partir da universalidade, significa conhecer a dinâmica demográfica e socioterritorial e analisar a realidade social na perspectiva de totalidade. É redirecionar olhar, pois, “partir do local não significa uma negação das questões universais, ou de uma perspectiva mais totalizante sobre a realidade” (KOGA, 2003, p. 26), atentar-se para as especificidades que compõem o território, das dificuldades e possibilidades que remetem transitar pelo processo histórico, cultural e político do universo em que vivem a população dos diferentes territórios. Nesse sentido a autora Koga (2003) complementa que:

Esse território que expande sua definição para além dos limites geográficos alcançando as gamas de relações nas suas formas objetivas e subjetivas, de vida individual e coletiva, literalmente ganha espaço à medida que se complexifica e faz voltar a reflexão sobre a comunidade. [...] o território representa uma forma de fazer valer as diferenças sociais, culturais que também deveriam ser consideradas nos desenhos das políticas públicas locais. (KOGA, 2003, p. 52-53)

Conforme as proposições de Koga (2003) compreendemos que o território é um processo em constante movimento, um processo que envolve conflitos, interesses, projetos e sonhos. Assim o território é econômico, político, cultural e social porque transcende a noção de superfície ou solo e depende de diagnóstico da realidade. Conhecer a comunidade que, na contemporaneidade, mantem - se como campo por excelência dos protagonistas que nela vivem. Então temos o território como extensão do conjunto de relações, condições, e situações similares que integram o cotidiano das pessoas que nele habitam.

É possível compreender o território como processo histórico e cultural. São dimensões que extrapolam o significado de espacialidade por apreender este espaço enquanto ambiente pulsante de construção e reconstrução da realidade social e de

ações e organização social que visam a transformação a partir do trabalho comunitário realizado na particularidade e elevado a lógica do universal.

Mediante a tais proposições que apontam para a nova lógica de pensar a comunidade, com a denominação de território, direcionamos esta pesquisa na busca de compreensão de como o trabalho comunitário vem se estruturando na contemporaneidade. Nesse sentido, optamos entre todos os trabalhos e ação que existem e demandam por políticas públicas e serviços sócio-assistenciais na perspectiva do trabalho comunitário, apreciamos os serviços sócios- assistências nos Centros de Referência de Assistência social (CRAS)<sup>24</sup>, como marco referencial dos **anos 2000**, não como único espaço, mas, como uma expressão inovadora onde são realizados os trabalhos comunitários a partir desta década.

Esta afirmação é possível, visto que a comunidade contempla a edificação das políticas sociais através do SUAS, que avança na proteção social, especificamente na proteção social básica, com referência territorializada, e através de ações, organização de comunidade e trabalho comunitário desenvolvidos na área de abrangência do CRAS. Disso posto, “o CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. (BRASIL, 2005, p. 35).

Ainda podemos identificar na Tipificação<sup>25</sup> Nacional de Serviços Socioassistenciais no CRAS que positiva os Serviços de Proteção Social Básica em: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosa (BRASIL, 2009, p.5).

Observamos que a Tipificação coloca serviços de proteção social básica que priorizam a família no atendimento integral de seus membros em comunidades situada num dado território. Assim, refletimos que o trabalho comunitário, entre tantos outros campos diferentes, também pode ser realizado no interior do CRAS através do

---

<sup>24</sup> O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma entidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. (BRASIL, 2005, p. 35)

<sup>25</sup> A Resolução N 109, de 11 de Novembro de 2009, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que consiste em tipificar e consolidar a classificação nacional dos serviços socioassistenciais, de estabelecer bases de padronização nacional dos serviços e equipamentos físicos do SUAS – organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.(BRASIL, 2009, p.3)

atendimento prestado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família- PAIF que

[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, [...] o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. [...] ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. (BRASIL, 2009, p.6)

Compreendemos assim, que através do SUAS a inserção de famílias na assistência local através do trabalho social, através dos serviços, programas, e benefícios de proteção social básica contribui para a inclusão, a equidade dos usuários compreendidos no território de vivência. Observamos que estes que compõem o trabalho comunitário na função protetiva, preventiva, os quais além de outros serviços socioassistenciais para melhorar a qualidade de vida, o trabalho social nos aspectos culturais a partir da comunidade com objetivo de motivar novas vivências. Esta lógica tem por foco a matricialidade familiar e o desenvolvimento de atividades com “crianças, familiares e **comunidade**, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil” (BRASIL, 2009, p.10) (grifo nosso).

Também, fica evidente que o trabalho comunitário ganha nova expressão pelo trabalho social, visto que encontramos a organização comunitária na perspectiva de fortalecer sentimentos de pertença com incentivo a socialização comunitária. Nesse sentido, observamos o caderno I de Assistência Social: Sistema Municipal e Gestão Local do CRAS (Caderno, p.41)<sup>26</sup> através do Sistema Único de Assistência no Paraná que socializa o debate no entorno da implantação/implementação dos CRAS, aborda os serviços socioassistenciais no atendimento sócio familiar pelo sistema municipal e gestão local. Assim, especificamos alguns procedimentos e atividades, como a acolhida, a inserção em programas, a busca ativa para a inserção das famílias, oficinas de convivência e socialização, trabalho em grupo, atividades recreativas, esportivas, lúdicas e culturais, portanto, elementos que podem constituir o trabalho comunitário. Nesta assertiva, conforme a Tipificação nacional, observamos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado pelo CRAS:

---

<sup>26</sup> Trata-se da versão da publicação do elaborada objetivando subsidiar tecnicamente aos municípios na estruturação do Sistema Municipal, prioritariamente do equipamento social que especifica a referência de direitos socioassistenciais de proteção social básica. O conteúdo são textos reflexivos sobre a Política de Assistência Social nas mais diversas conjunturas, o Sistema Municipal e Gestão Local do CRAS, o Trabalho com famílias [...] (PARANÁ, CADERNOS SUAS I: p.4-5)

[...] estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e **coletivas**, na família e no **território**. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a **convivência comunitária**. (BRASIL, 2009, p.9) (grifo nosso)

Entendemos que a intervenção realizada com indivíduos e no grupo familiar precisa considerar as singularidades, a vulnerabilidade no contexto social, os recursos, e a relação de afeto entre os membros no grupo familiar e comunitário. Para tanto através do trabalho social/comunitário em observância da disposição dos membros em interessar-se pela transformação social e reverter o quadro de vulnerabilidade para o de enfrentamento e possibilidade superação de problemas na dimensão comunitária

Consideramos ainda no Serviço de Proteção Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas que visa contribuir com a

[...] promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, [...] ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço. (BRASIL, 2009, p. 16)

Destacamos mediante estas colocações que através das diretrizes do SUAS e dos serviços de proteção social básica ofertados pelos CRAS acima vistos, possibilitam o desenvolvimento de ações socioassistenciais que evitem que as famílias e indivíduos tenham seus direitos violados ou recaiam em situações de vulnerabilidades e riscos. Para tanto os serviços voltados a fortalecer a participação, a organização social, vínculos comunitários, deixam transparecer que são pano de fundo do trabalho comunitário, pois, tem a comunidade a porta de entrada na realização de tais serviços. Portanto, estudos indicam que o Trabalho Comunitário contemporaneamente trata-se de um fenômeno

[...] como um movimento histórico, social e politicamente regido pelo desejo de resistir ao domínio em diferentes campos de força: econômico-social, político, psíquico (subjetividades), empresarial, religioso jurídico, científico-acadêmico e principalmente do Estado. (GOHN, 1995, p.181, apud PEREIRA, 2008, p.61)

Neste momento, este autor nos leva à apreensão de que o trabalho comunitário não é um saber único, mas, é o e resultado de uma série de transformações políticas e culturais de um povo. Partilhamos da idéia de que o

trabalho comunitário tem como premissa básica a valorização do que é “orgânico aos interesses das classes menos favorecidas como processo dinâmico de organização e mobilização desses segmentos, visando uma transformação do social” (PEREIRA, 2008, p. 61), contudo, compreendemos que historicamente sofreu configurações, definições e delimitações conforme interesses políticos e ideológicos.

Nesta dimensão, compreendemos que Trabalho Comunitário continua a ser o “pano de fundo” de expressão, organização e participação social, agora permeado de valores como a democracia, direitos e cidadania que fazem entender que o Trabalho Comunitário “é um aglomerado de saberes ou um conjunto de idéias políticas e filosóficas que nasceram no bojo dos movimentos sociais sob a forma de resistência da Cultura Popular e da Educação Popular” (PEREIRA, 2008, p. 63).

Pereira (2008) possibilita compreender que o Trabalho Comunitário historicamente esteve relacionado à educação popular e surgiu em inúmeros países e regiões empobrecidas visando a superação dos problemas de educação, saúde, habitação, de problemas sociais e econômicos e nas áreas urbana e rural.

Portanto, interpretar o Trabalho Comunitário, a partir do novo paradigma da esfera pública democrática e da relação Estado e Sociedade Civil, da ampliação e universalização dos direitos sociais positivados na Carta Magna de 1988 é uma demanda contemporânea. E posteriormente a criação do SUAS por meio de suas diretrizes, entendemos que a sociedade civil enquanto um campo fértil, com possibilidades de experienciar e estabelecer relações sociais que contribuem para a formação de valores e atuação para ampliar a participação no conjunto das políticas públicas, na formulação e gestão, sem que o Estado abra mão de suas responsabilidades. São inovações e a contribuição fundamental do Trabalho Comunitário diante dos valores excludentes que marcaram a formação política, econômica e cultural da sociedade brasileira.

## CAPÍTULO II

### ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS DE TRABALHO COMUNITÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL NAS DÉCADAS DE 1990 A 2010.

O Trabalho Comunitário “[...] é toda ação coletiva – que visa a passagem da imobilidade ou passividade à mobilidade organizativa e participativa. Implica em defender os direitos ameaçados, em conseguir os objetivos do coletivo, reeducar a sociedade com novos valores, desfazendo os padrões hegemônicos, preconceituosos e dominadores de uma determinada classe sobre outra”. (PEREIRA, 2008, p. 61).

#### 2.1 CONCEITUANDO METODOLOGIA

Esta pesquisa consiste na busca de alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social em Trabalho Comunitário. Neste momento faz-se necessária a sistematização de conceitos sobre metodologia para subsidiar a segunda etapa da pesquisa:- o objeto específico deste estudo.

Ao discorrermos sobre alternativas metodológicas construídas pelo o Serviço Social, partimos do pressuposto, que:

[...] o Serviço Social é uma especificidade das Ciências Sociais e, portanto, não tem uma metodologia própria e carece de uma teoria específica. Os pressupostos teóricos-metodológicos do Serviço Social fundamentam-se nas correntes das duas matrizes centrais de conhecimento social: a teoria social marxiana e as chamadas Ciências Sociais. (KAMEYAMA, 1989, p.99)

Entendemos que as ações dos profissionais do Serviço Social são de caráter interventivo e possuem a dimensão da prática e da teoria<sup>27</sup> como aspectos inseparáveis do conhecimento e da intervenção. Essa relação “representa uma força transformadora que indica à prática os caminhos da transformação”. (KAMEYAMA, 1989, p.101). E ainda “na medida em que se tem uma teoria, tem-se uma metodologia de conhecimento, já se tem o concreto pensado, como vai se transformar isso numa prática?” (KAMEYAMA, 1989, p.102-103). Nessa lógica, segundo a autora, os profissionais na prática interventiva vão difundir criticamente verdades já descobertas na transformação de fatos e realidades sociais, respaldados pela reflexão sobre a

---

<sup>27</sup> PEREIRA, Otaviano. *O que é Teoria*. 7. edição. Editora brasiliense, 1982.

maneira de realizar as ações, da metodologia a utilizar, observando o movimento histórico e atual da realidade na qual os sujeitos sociais estão inseridos.

Visto que através da dinâmica histórica da sociedade, das relações entre os homens e deles com a natureza, surgem concepções de mundo “[...] as quais estruturam as bases das ciências humanas e sociais e de seus métodos”. (BAPTISTA, 2009, p.29) que possibilitam e instrumentalizam o diálogo do profissional com a realidade na construção de métodos. Sendo a concepção de método, segundo o Dicionário das Ciências Sociais (1982), método é:

Estudo e processo racional que é preciso seguir para aceder ao estatuto da ciência ou, ainda, processo operatório necessário para obter determinado resultado. Constitui-se uma procura, um procedimento, uma investigação [...] (BIROU, 1982, p.253)

Percebemos que o método é uma disciplina, que através de um aporte teórico fundamenta e instrumentaliza uma lógica dos sujeitos a pensar e a intervir na realidade e atingir as finalidades.

E segundo Pereira (2008):

A palavra método vem do grego: meta e odos. A raiz meta significa para (preposição que da idéia de movimento), e odos quer dizer caminho. Caminho para chegar - se a algo. Caminho a ser seguido mediante uma série de oposições (táticas, estratégias) e regras fixadas de antemão, de maneira voluntaria, elaboradas para alcançar-se uma finalidade ou um objetivo. (ANDER – EGG apud PEREIRA, 2008, p.140)

Entendemos que o método em si e, sobretudo, nas Ciências Sociais, apresenta a ideia de movimento, de conjuntos de procedimentos e orientações posto em prática para investigar, para explicar os fatos e chegar a uma verdade. Neste sentido, “o método será sempre uma baliza, um guia, um caminho, um modo de aproximação, jamais um receituário de certezas e verdades”. (PEREIRA, 2008, p. 140).

Visto que há diferentes concepções filosóficas na construção de verdades, e de intervir na realidade, partimos, que todo método “está apoiado em pressupostos teóricos de alguma ciência, regido por alguma crença ideológica e destinado a produzir alguma prática. Daí, nenhuma metodologia pode ser vista como neutra pura ou inocente” e ainda “[...] não podemos conceber metodologias, métodos e técnicas divorciadas das questões ideológicas, da produção do saber e dos aspectos políticos que atravessam a prática”. (PEREIRA, 2008, p. 140)

Assim, o conhecimento ou a teoria que orienta a metodologia é ideológico<sup>28</sup>, na elaboração, na eleição e na direção dos instrumentos a se utilizar no caminho da intervenção profissional, que pode visar à transformação ou não, dos processos sociais que compõem uma determinada realidade, (considerando a dimensão histórica, cultural, social, econômica e política).

Acreditamos que a metodologia será construída com atenção do profissional para elementos que compõem

[...] o conjunto de processos, estratégias e procedimentos técnicos interventivos, eleitos a partir de pressupostos fundamentais disponibilizados por ampla base teórico-metodológica e ético-política e processados numa adequação às diversidades regionais. (MESTRINER, apud WANDERLEY, 2006, p.18)

É nesse conjunto de estratégias que os profissionais, e sujeitos envolvidos no processo de intervenção, podem estabelecer e definir a metodologia de intervenção comunitária (em conjunto com a comunidade ou com o território, através das organizações comunitárias, associações de moradores, conselhos comunitários etc.) tendo maior possibilidade para apreender ações de perspectiva crítica e inovadoras. Portanto,

Definir uma metodologia de intervenção significa exercer a difícil arte de transformar os pressupostos teóricos escolhidos em diretrizes operacionais e, detalhar processos e técnicas de abordagem no seio das relações sociais que se pretende alterar. (IEE/PUC – SP-2004, apud, WANDERLEY, 2006, p.17).

Compreendemos que na execução da metodologia de intervenção, os profissionais são regidos por princípios que podem nortear as ações profissionais contribuindo para a transformação na construção da autonomia dos sujeitos sociais, ou, ao contrário, possibilitando a resistência dos mesmos.

Tendo em vista a necessidade crescente da apreensão crítica dos fatos e segmentos da realidade na qual será empreendida uma ação, torna-se pertinente ter clareza quanto aos objetivos a serem alcançados e da “prática crítica pelo fato mesmo de se querer crítica, implica o constante repensar do caminho percorrido, a reflexão do momento, da oportunidade das ações [...]” (FALEIROS, 2002, p. 125).

Diante de uma intervenção reflexiva e crítica, “entra a estratégia e a tática que se desdobram em procedimentos metodológicos ou formas de abordagem”

---

<sup>28</sup> Sobre ideologia consultar: *O que é ideologia*. CHAUÍ, Marilena de Souza. 1ª edição 1980. 22ª edição, brasiliense 1986.

(KAMEYAMA, 1989, p.103), que configuram e transmitem a perspectiva e significado da intervenção na realidade contraditória e complexa.

Nesse processo, Kameyama (1989), aponta que:

A abordagem metodológica, neste caso, diz respeito à relação sujeito/objeto. O que interessa são as relações que o Serviço Social estabelece com o objeto de sua ação no processo de conhecimento e da intervenção, dos quais a teoria é o ponto de partida e a realidade sua referência fundamental. (KAMEYAMA, 1989, p. 104).

Identificamos que o ordenamento da ação do Serviço Social decorrerá das relações estabelecidas deste com o objeto de sua ação. No caso da dimensão comunitária, a construção/abordagem metodológica empreenderá estratégias com vista a detectar os costumes, cultura, religiosidade, aspirações, enfim, as peculiaridades e condições reais comunitárias e grupais que contribuirão a favor na maneira de incidir e processar a intervenção profissional. Nesse sentido, Pereira (2008) coloca que:

A metodologia do trabalho comunitário e social é um dispositivo alternativo a ser utilizado, visando produzir conhecimentos e formar intelectuais organicamente comprometidos com os interesses da classe dominada. (PEREIRA, 2008, p. 141)

Compreendemos a metodologia do trabalho comunitário, enquanto pressuposto de comprometimento dos intelectuais com as classes dominadas. Uma intervenção que abrange realidades e demandas diferentes, que exige a construção de metodologia a partir da realidade material dos sujeitos e a defesa de valores que contemplem uma sociedade mais livre, justa e igualitária, valores estes presentes no Código de Ética Profissional.

## **2.2 ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS DE TRABALHO NA DIMENSÃO COMUNITÁRIA**

A amostra desta pesquisa é composta por quatro revistas, sendo: Textos e Contextos; Katálisis; Emancipação, e ainda a revista Serviço Social e Sociedade e durante a coleta de dados, para delimitação da amostra, recorreremos às décadas de 1979 até 1989 (anteriores ao recorte temporal do objeto da presente pesquisa) a título de complementação do estudo realizado. Para tanto, elaboramos um quadro demonstrativo dos artigos da revista Serviço Social e Sociedade, que abordam

questões metodológicas de trabalho na dimensão comunitária, ficando assim demonstrado:

**QUADRO 01: ARTIGOS QUE ABORDAM (DIRETA OU INDIRETAMENTE) QUESTÕES METODOLÓGICAS DE TRABALHO NA DIMENSÃO COMUNITÁRIA NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE<sup>29</sup> NA DÉCADA DE 1980.**

<b>Artigo/n. / ano</b>	<b>Artigos identificados</b>
Ano III – Nº 8 Agosto de 1982  3 artigos	1 - Profissional – População: Uma luta conjunta – Maria José Simões Araujo; Neyde Crepaldi; Selma Amaral Silveira; Valéria de Lima Menezes p. 23 – 43 2 - As contradições e o espaço profissional na prática do assistente social (Fatine Chamon Alveus Siqueira; Maria Luisa de Barros Carvalho; Roseli Aparecida Gatti; Aldaíza de Oliveira Sposatti (org) p. 45-68 3 - Considerações a respeito da prática do Serviço Social em Movimentos Sociais - fragmentos de uma experiência. (Raquel Raichelis; Cleisa Moreno Maffei Rosa; p. 69 – 83
Ano IV – Nº 10 Dezembro de 1982	4 - Desenvolvimento do trabalho social na prática. ( Mariluce Bittar) p.21-40
Ano IV - Nº 12 – Agosto de 1983	5 - O Serviço Social no Hospital das clínicas da FMUSP (Marcia Belini; Sandra M.R Lins de Albuquerque) p. 140-151
Ano VI – Nº 16 Dezembro de 1984 2 artigos	6 - Uma prática alternativa de saúde (Entrevista com Amabile Furlan realizada por Myrian Veras Baptista) p. 34-49 7 - Proposta de Ação do Serviço Social em Posto de Saúde p. 147- 156
Ano VI – Nº 17 Abril de 1985	8 - Metodologia de ação do Serviço Social (Elza Maria Verlan Gieri Loscbir)
Ano VI – Nº 19 Dezembro de 1985	9 - Serviço Social Rural. (Neide Miele) p. 126-135
Ano VIII – Nº 25 Dezembro de 1987	10 - A produção e Comercialização do artesanato como proposta de trabalho para libertar mulheres faveladas consumidas pelo trabalho: um paradoxo; (Bader Burihan Sawaia) p. 110-138
Ano IX – Nº 28 – Dezembro 88 2 artigos	11 - Associações e mutirões comunitários: formas de organização popular. (Maria da Glória Gohn) p. 70 – 85 12 - Relato de uma prática no Bairro da Vila Embratel (Antonio Eliene Santos Costa) p. 95-106

Fonte: Levantamento na revista Serviço Social e Sociedade (1979 a 1989)  
Organizado pela autora, 2011.

Constatamos no levantamento realizado que há um número considerável de artigos acerca do trabalho comunitário em diferentes áreas de atuação do Serviço Social na década de 80. Observamos que os 12 artigos demonstrados acima abordam alternativas metodológicas do Serviço Social em trabalho comunitário a exemplo de uma prática visando à mobilização e organização comunitária; processo de organização da população da favela que culmina na constituição de uma Associação de Moradores; trabalho com mulheres faveladas pela mobilização de atividade autogerida e reflexiva da produção e comercialização de artesanato; trabalho de

<sup>29</sup> Justifica-se o levantamento de artigos nos anos 80 na Revista Serviço Social e Sociedade, pois, da amostra da presente pesquisa, somente esta revista era publicada. Ou seja as demais revistas Textos e Contextos, Katálisis e Emancipação tem suas publicações a partir de 2000.

educação popular à saúde estimulando a população a participar nos grupos e atividades da unidade e da comunidade; trabalho educativo junto à população rural; trabalho de aprofundamento da questão cultural da população através da convivência, de observação da comunidade e equipes de trabalho, enfim, são alternativas e aplicação de metodologias em nível comunitário que utilizam instrumentais e técnicas diversas junto à comunidade como:

[...] contatos individuais e informais, reuniões e assembléia com os diversos grupos e com a comunidade como um todo, a fim de identificarmos as lideranças ali existentes com vistas a contribuir para o fortalecimento dessas organizações [...]. (Artigo n. 12, quadro 01, p. 98)

Verificamos que os artigos apresentam os procedimentos metodológicos e os instrumentais e técnicas utilizados na intervenção, e que “qualquer proposta de trabalho comunitário sempre traz consigo um conteúdo teórico do que seja comunidade” (Artigo, n.12, quadro 01, p. 102). Inclusive asseguram a importância que o assistente social “encontre alternativas metodológicas que lhe possibilitem desenvolver um trabalho com grupos, em que a liderança [...] promova efetivamente a participação da comunidade nas decisões a serem tomadas” (Artigo, n.12, quadro 01, p. 104). É conhecido ao profissional de Serviço Social que a década de 80 foi propícia e facilitadora do trabalho na dimensão comunitária, em função da conjuntura do período, conforme já sistematizado no primeiro capítulo.

Ainda identificamos no levantamento dos artigos, nas revistas Textos e Contextos, Katálysis e Emancipação componentes da amostra de pesquisa que abordam alternativas metodológicas em diferentes dimensões do trabalho do Serviço Social (em temas diferentes, com grupos específicos) excluindo a dimensão comunitária. Razão pela qual ficaram fora da amostragem por não corresponderem ao objeto específico deste estudo, mas, que merecem ser referenciados por discutirem procedimentos metodológicos do Serviço Social. Estes estão organizados no quadro 02.

**QUADRO 02: ARTIGOS QUE ABORDAM (DIRETA OU INDIRETAMENTE) ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS EM DIFERENTES DIMENSÕES NA DÉCADA DE 2000.**

<b>Artigo/autor</b>	<b>Revista, ano e numeração</b>
1 - O trabalho com Redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. (Regina Célia Tamaso Mioto)	Katálysis - v. 5, n. 1 (2002).
2- Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos	Katálysis - v. 12, n. 1 (2009)

sujeitos políticos. (Mari Aparecida Bortoli)	
3 - A Formação Continuada em Serviço Social: Uma Experiência em Construção. (Marilene Maia; Rosangela Barbiani)	Textos & Contextos Vol. 2, Nº 2, ano II, dez. 2003
4 - Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. (Caroline Goerck)	Textos & Contextos Vol. 5, No 1 (2006)
5 - A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. (Regina Célia Tamaso Miotto, Telma Cristiane Sasso de Lima)	Textos & Contextos Vol. 8, No 1 (2009)
6 - Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? (Solange Maria Teixeira)	Textos & Contextos Vol. 9, No 2 (2010)
7 - CRAS de Saltinho: rumo ao fortalecimento da rede de serviços socioassistenciais. (Clarete Trzinski, Taise Veiverberg, Sirlei Favero Cetolin, Eliane Pinheiro)	Textos & Contextos Vol. 9, No 2 (2010)
8 – Os centros de ressocialização e o processo de trabalho do assistente social. (Eliana Ribeiro Faustino; Sandra de Abreu Pires)	Emancipação v. 7, Nº 1, 2007
9 – A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. (Charles Toniolo de Souza)	Emancipação Vol. 8, nº 1 (2008)

Fonte: Levantamento nas revistas: *Katálysis*, *Textos e Contextos* e *Emancipação* (2000).

Referências<sup>30</sup>

Organizado pela autora, 2011.

Os 09 artigos deste quadro abordam alternativas metodológicas em intervenção junto a diferentes dimensões e grupos de sujeitos sociais, com os quais o Serviço Social trabalha. Organizamos este quadro para dar visibilidade aos artigos que sistematizam alternativas metodológicas de intervenção, pois, no Serviço Social há uma lacuna de publicações nesta linha específica, ou seja, há poucas publicações que descrevem os processos metodológicos adotados pelo Serviço Social. Foi possível identificar através deles a intervenção do Serviço Social na construção de alternativas metodológicas de trabalho junto a grupo de catadores de materiais recicláveis no processo de organização do grupo, no planejamento operacional da organização do trabalho na coleta, na formação de rede e construção de parcerias enquanto subsidio na geração de trabalho e renda. Também, junto com famílias, via CRAS, num contexto mais amplo, que envolve processos de território e os

<sup>30</sup> Fontes do quadro n. 2, disponíveis em:

1- <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5870/5423>>

2- <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/10723>>

3- <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/949/729>>

4- <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1025/805>>

5- <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/5673/4126>>

6- <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7032/5781>>

7- <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7670/5790>>.

8- <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/86/84>> .

9 - <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117>>.

procedimentos metodológicos utilizados neste contexto. Sendo o trabalho profissional em ações socioeducativas, atendimentos individuais, orientações, encaminhamentos para a rede, ou seja, aborda a categoria família e os atendimentos prestados. São dados que complementam o estudo indicando a diversidade de ações e de grupos que o Serviço Social atua, com ênfase nas alternativas metodológicas de intervenção.

Na sequência do levantamento identificamos artigos que trazem **alternativas metodológicas de trabalho comunitário** e organizamos um quadro demonstrativo da amostra de pesquisa composto de oito artigos das revistas Serviço Social e Sociedade, Textos e Contextos, Katálysis e Emancipação.

#### QUADRO 03: ARTIGOS QUE ABORDAM ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS DE TRABALHO COMUNITÁRIO NA DÉCADA DE 1990 -2000.

ARTIGOS	REVISTA/IDENTIFICAÇÃO
1 - A arte como matéria prima e instrumento de trabalho para o Assistente Social - Jane Cruz Prates	Textos & Contextos Vol. 6, No 2 (2007) < <a href="http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2313/3244">http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2313/3244</a> > <b>TC - 01</b>
2 - Reciclando a cidadania em rede interdisciplinar - Andréa Jaeger Foresti, Andreza Sulzbach, Heloisa Schneider Fortes, Marilize Pacheco Alves, Simone Barros de Oliveira, Tiane Alves da Silva	Textos & Contextos Vol. 5, No 2 (2006) < <a href="http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1037/816">http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1037/816</a> > <b>TC- 02</b>
3 - Organização de moradores numa perspectiva de necessidades radicais; - Kathia Terezinha Müller	Katálysis - v. 0, n. 1, 1997 < <a href="http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5407/4766">http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5407/4766</a> > <b>K - 01</b>
4 - O associativismo civil e o direito à cidade: desafios à práxis participativa - Michelly Nezilda Cardoso	Katálysis v. 6, n. 2 (2003) < <a href="http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6500">http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6500</a> > <b>K - 02</b>
5 - A intervenção do Serviço Social junto aos Movimentos Sócio – Comunitários: A busca pelo empoderamento e construção de uma nova cultura política. - Reidy Rolim de Moura; - Rubia dos Santos	Emancipação - v. 7. Nº 1, 2007 < <a href="http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/85/83">http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/85/83</a> > <b>E - 01</b>
6- Projeto Babel: uma proposta de desenvolvimento comunitário sustentável em Baselstrasse (Lucerna Suíça) - Alex Willener	Emancipação - v.8, nº 2, 2008 < <a href="http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/126/124">http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/126/124</a> > <b>E- 02</b>
7 - informação para a comunidade: estratégia para a intervenção do Serviço Social? - Francisco Ary de Medeiros.	Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XII, n. 35 – abril de 1991 <b>SS - 01</b>
8 - A inserção do Assistente Social nos espaços de ação profissional: a organização de Conselhos Comunitários. - Sonia M. de Miranda; - Jorgina Maria da Silva.	Revista Serviço Social e Sociedade. Ano X, n. 33 – agosto de 1990 <b>SS - 02</b>

Fonte: Levantamento nas revistas: Katálysis, Textos e Contexto, Emancipação e Serviço Social e Sociedade (1990- 2010).

Organizado pela autora, 2011.

A partir da amostra de pesquisa, composta por dois artigos de cada uma das quatro revistas selecionadas, como já apontado anteriormente, constou no total de 08 artigos nas décadas de 1990 e 2000. Procedemos à organização dos dados coletados em categorias (conforme similaridade de conteúdo). Através destas categorias de análise será possível extrair as concepções e as alternativas metodológicas trabalhadas pelo Serviço Social. Foram elencadas as seguintes categorias de análise, apresentadas abaixo.

- a) Concepção de Trabalho Comunitário.
- b) Referencial teórico adotado.
- c) Alternativas metodológicas.
- d) Instrumentais e Técnicas adotados.
- e) Concepção de participação.

A partir das categorias, será exposta uma análise de cada uma separadamente para identificar as alternativas metodológicas de trabalho comunitário e as categorias procedentes destas. Para tanto, identificaremos os artigos das revistas da seguinte forma: Emancipação = E-01 e E-02; Serviço Social e Sociedade = SS-01 e SS-02; Textos e Contextos = TC-01 e TC-02; Katálysis = K-01 e K-02.

Nesta etapa da pesquisa procedemos a Análise de Conteúdo, que caracteriza a fase da interpretação, na qual se dá a reflexão e o estabelecimento de relações entre os materiais colhidos, o referencial teórico adotado e a ligação com as dimensões do Serviço Social.

Para contribuir na análise das categorias elencadas, utilizamos os fundamentos construídos no capítulo I e a orientação das dimensões que compõem o projeto profissional do Serviço Social, sendo elas: - teórico-metodológica, ético - política e técnico-operativa.

A dimensão teórica metodológica<sup>31</sup> integrante da teoria, do método, e da metodologia. Nesta dimensão, “o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com o qual trabalha” SOUZA (2008, p. 122). Analisamos que esta dimensão refere-se a fundamentos que balizam e pavimentam o caminho da reconstrução da realidade observada na perspectiva

---

<sup>31</sup> Segundo BATTINI (2009, p. 55) “a expressão ‘teórico-metodológica’ implica a presença compulsória da teoria mantendo relações internas com as leis gerais do funcionamento do social que se deseja estudar. O método, portanto, se faz no movimento teoria-prática, reproduzindo na consciência o objeto em todas as suas conexões e principais relações”.

crítica, mediante um rigor teórico e metodológico que permita ao profissional “enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais” SOUZA (2008, p. 122).

Sobre a dimensão ético - política, entendemos que:

[...] ‘as ações humanas sempre são orientadas por objetivos, metas e finalidades’, têm em sua base necessidades e interesses e referem-se sempre a um projeto que é uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar empregando os valores que a legitimam e a eleição dos meios para alcançá-la. (NETTO, 2005, p.273 apud MIOTO; LIMA, 2009, p. 33)

São as ações orientadas pelos valores profissionais e posicionamento político que auxiliam a interpretar a realidade, e apreendê-la no seu movimento constituinte para então construir perspectivas metodológicas críticas. Assim como estudado no item 2.1 deste capítulo, o Assistente Social “não é um ser ‘neutro’. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias” (SOUZA, 2008, p.121). Neste espaço complexo, que envolve jogo de forças políticas, o Assistente Social tem como base de sustentação o projeto ético político da profissão, composto por onze princípios presente no Código de Ética Profissional. A partir de então, SOUZA (2008, p.121) coloca que “é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que parecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática”. Observamos que diante da dimensão ético-política, implica ao profissional assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática, conforme já mencionamos no Código de Ética do Serviço Social.

Compreendemos a partir de Battini (2009) que a dimensão técnico-operativa é:

[...] construída pelas teorias, metodologias, instrumentos e técnicas, estratégias, táticas e habilidades enquanto mediações/ferramentas que dão suporte para realizar a ação. Com esse suposto, o sujeito desenvolve as ações por aproximações sucessivas, por meio da construção/desconstrução/reconstrução de objetos, estabelecendo síntese/totalizações/difusão do pensar/fazer, contribuindo para a reprodução social das relações sociais de produção na direção da liberdade e da justiça social (GUERRA, 2000, apud BATTINI, 2009, p.74)

Portanto, envolve compromisso profissional e a construção de oportunidades para ampliar o limite dado ou posto pelos fenômenos e sujeitos sociais. Para desenvolver esta dimensão, “o profissional deve conhecer, se apropriar, e, sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as

ações profissionais junto à população usuária e as instituições contratantes [...]”. SOUZA (2008, p. 122), segundo os objetivos, funções e requisitos teóricos e práticos para o exercício da profissão.

São dimensões que provocam inquietação, exigência, descoberta e ultrapassagem da aparência, porque instiga novas propostas de pensar e agir. Possibilitam a apreensão das explicações e determinações do real através de mediações/abstrações. Permite ao profissional, questionar e elaborar perguntas favoráveis à interpretação e construção de metodologias de intervenção.

### 2.2.1 Concepção de Trabalho Comunitário

Os 08 artigos selecionados trazem implicitamente uma conceituação teórica de trabalho comunitário e revelam que existem concepções diversas sobre o mesmo. Observamos que dos 08, apenas 02 artigos K-01 e SS-02 trazem registrados o termo trabalho comunitário.

Sendo o primeiro artigo K-01 intitulado “Organização de moradores numa perspectiva de necessidades radicais”, registra a participação dos jovens na eleição para diretoria na organização da comunidade e argumenta que esta aspiração indica *“por<sup>32</sup> uma dinâmica mais democrática no trabalho comunitário”*, e ainda *“o padrão de ação coletiva que predominava até então tornava o trabalho comunitário muito frágil e vulnerável às ações governamentais [...]”* (K-01, p. 44,45). Adiante, no mesmo artigo constatamos que *“o trabalho comunitário no Mont Serrat tem sido marcada por uma estreita relação com a Igreja Católica”* e quando mencionado os ideais democráticos, discorre que *“em sua inserção no trabalho comunitário, um esforço em conviver com a diversidade de posições [...]”* (K-01, p. 47). Bem como, encontramos a fala referente à *“formação de novo referencial ético para o trabalho comunitário e na capacitação de moradores no encaminhamento de suas lutas [...]”* (K-01, p. 48). A partir destas considerações analisamos que o artigo K-01 não conceitua explicitamente o que é o trabalho comunitário, embora tenha registrado cinco vezes esta categoria no artigo.

O segundo artigo SS-02 contempla a seguinte informação:

*Os objetivos da instituição em relação ao trabalho comunitário, orientavam para: 1) articulação das entidades sociais e organizações comunitárias, para o envolvimento no planejamento local das ações municipais; 2) democratizar as*

<sup>32</sup> Para dar destaque no conteúdo dos artigos da amostra de pesquisa, vamos apresentá-los em itálico.

*informações, subsidiando a população, visando garantir a sua real participação no processo de descentralização administrativa; 3) contribuir para a viabilização de metodologias operacionais de planejamento local e participativo. (SS-02, p.144)*

Constatamos que o trabalho comunitário a partir dos dados acima, possui forte sustentação através de trabalhos diversos na comunidade, visando à participação que é escopo fundamental desta categoria e realizado através da construção de alternativas metodológicas de acordo com o contexto e demanda comunitária, mas, sem conceituar o trabalho comunitário.

Os demais seis artigos, sendo eles: E-01, E-02, TC-01, TC-02, SS-01 e K-02 abordam indiretamente a concepção de trabalho comunitário, ou seja, utilizando-se de categorias como: *organizações comunitárias, espaço comunitário de assessoria e capacitação de organizações comunitárias, projetos enquanto aparelho organizativo de comunidade, programa organização comunitária, formação de conselhos comunitários, processo de mobilização das comunidades, realização de eventos, participação emancipatória e ativa dos sujeitos envolvidos, interlocução com a comunidade, potencial do associativismo civil, formas organizada de ações e satisfação de anseios coletivos, reconstrução de demandas comunitárias, sistemas sociais, trabalho interdisciplinar e integrado ao ambiente, e atividades grupais em centros comunitários.*

Nesse sentido o artigo E-01 apresenta o Projeto denominado Babel que *“converteu-se em um aparelho organizativo de comunidade estruturada, o qual representou permanentemente os interesses comunitários” (E-01, p. 96)*. Já no artigo E-02 temos a presença do termo *“associações comunitárias”* e o programa de Assessoria e Capacitação as Organizações Comunitárias no associativismo comunitário de Blumenau e campo de estágio supervisionado em Serviço Social.

Prosseguimos analisando K-02 que faz menção as atividades de *“atuação do Serviço Social na interlocução com a comunidade”* no projeto Experiências em Cena nos trabalhos de assessoria *“desde a mobilização das comunidades, até a realização dos eventos, procurando garantir a participação ativa dos sujeitos envolvidos” (K-02 p. 214)*. São, portanto, interpretações que se relacionam a categoria trabalho comunitário, e conforme visto na revisão de literatura no capítulo I, esta categoria vem recebendo historicamente uma variedade de denominações e continua a ser o “pano de fundo” de expressão, organização e participação social comunitária.

Os elementos do artigo K-02, sobre o associativismo local que *“atua localmente, mas também procura estabelecer uma relação com a realidade macro, e caracteriza-se pelo sentimento de solidariedade, de necessidade de associação, de convivência, de troca, numa “comum-união” (K-02 p. 219)*, nos dão indicação do que se constitui o trabalho comunitário. Ou seja, pela diversidade que compõe o espaço da comunidade, a necessidade da união daquela população a formar associações e conselhos que torna as necessidades visíveis de um micro para o macro espaço e adquire força política de mobilização e motiva ações coletivas e comunitárias com finalidade de lutar e garantir direitos e exercer ativamente a cidadania.

A partir destas indicações da amostra de pesquisa, somando a concepção de trabalho comunitário de Pereira (2008) que discorre sobre este como toda ação coletiva que visa à mobilidade organizativa e participativa com finalidades de atingir objetivos e defender direitos coletivos. Sistematizamos que o trabalho comunitário é uma prática que se efetiva na comunidade através de ações e alternativas metodológicas com foco na mobilização e organização social da população a tomar parte na participação e no cumprimento de diversas funções no conjunto das relações sociais e na representação de interesses comunitários, na defesa de objetivos e direitos coletivos da comunidade.

Conforme a sistematização sobre trabalho comunitário, compreendemos que a comunidade

[...] é um agrupamento de pessoas que vivem em uma determinada área geográfica ou território (rural ou urbano) cujos membros têm alguma atividade, interesse, objetivo ou função em comum, com ou sem consciência de pertencimento, e de forma plural, com múltiplas concepções ideológicas, culturais, religiosas, étnicas e econômicas. (PEREIRA, 2008, p. 145).

A partir deste indicativo e dos elementos dos artigos da amostra entendemos que a comunidade é uma dinâmica viva, um conjunto de relações, e condições diversas em uma unidade geográfica ou territorial que agrega histórias cotidianas singulares e universais, com diferentes valores e concepções. Porém, tornam comuns os interesses e objetivos do coletivo frente atividades comunitárias de mobilização, participação e organização social na defesa de direitos, que também são campo de atuação e intervenção do Serviço Social por meio de alternativas metodológicas na dimensão comunitária. Sendo o trabalho comunitário proposta metodológica que desperta potencialidades individuais e coletivas dos sujeitos sociais da comunidade

enquanto espaço heterogêneo e de reprodução social e histórico do cotidiano. O trabalho comunitário está relacionado em ações coletivas de representatividade, identidade e interesses contraditórios, processo ou canal articulador dos movimentos sociais e diversas organizações na comunidade com esforço de fortalecer a mobilização e conseqüentemente a esfera pública com a utilização de diferentes alternativas metodológicas para resolver as necessidades sociais e promover a luta por direitos sociais.

### 2.2.2 Referencial teórico

Conforme os argumentos dos autores da amostra, quanto à categoria referencial teórico adotado, observamos que dos 08 artigos:

- Quatro indicam de forma explícita o seu referencial: materialismo histórico, podendo ser observado na maneira de conduzir o trabalho, conforme a metodologia utilizada. Sendo eles K-01, TC-01, E-01, e SS-02. Apontamos o fragmento presente em um dos artigos que justifica este argumento

*[...] estas representações refletem valores e concepções que o homem tem sobre o mundo, sobre si próprio, sobre a natureza, expressam seus hábitos, seus costumes; logo expressam a sua subjetividade, conformada, de acordo como a concebe Marx, pelo conjunto de suas relações sociais, históricas, processuais. (TC-01, p.224)*

Este argumento do artigo TC-01 demonstra o direcionamento a partir dos fundamentos filosóficos marxista. Identificamos que na concepção marxista o homem é determinado pelas relações sociais e relações de produção que interferem na sua individualidade e nas condições de vida<sup>33</sup>. Observamos que este referencial adotado acompanhará os trabalhos de intervenção no trabalho comunitário através das demandas trazidas pelos sujeitos sociais, para a equipe ou profissionais. Também é evidente o embasamento marxista no artigo K-01 ao argumentar que

*Marx identifica as necessidades radicais às necessidades da classe operária que tenha alcançado consciência de sua missão histórica [...] o processo de transformação deve ser buscado por novas vias, que passam por que passam por mudanças profundas nos modos de vida, e o que pode ser verificado empiricamente em movimentos de comunidade, entre outros. (K-01, p. 40)*

É visto que o presente artigo aborda o referencial marxista para fundamentar a intervenção, utilizando estratégias coletivas e comunitárias na busca de

---

<sup>33</sup> Anotações em sala de aula da disciplina Laboratório de Instrumentação II, 2010- Curso de Serviço Social – Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

transformação, considerando as necessidades daquela população relacionadas às necessidades da classe trabalhadora. Também identificamos elementos nos artigos que abordam sobre a *“teoria enfocada para análise se fundamenta no materialismo histórico”* (SS-02, p. 144) e, por fim, o artigo E-01 aborda que o

*[...] objeto de intervenção do assistente social são as múltiplas faces da questão social que se expressam no contexto da comunidade [...] sendo que estas questões estão em constante movimento e transformação e podem se revelar de diferentes formas e em diferentes contextos (E-01, p. 41).*

Percebemos uma ênfase da leitura marxista nestes quatro artigos. E compreendemos que o artigo E-01 ao reportar sobre as múltiplas faces da questão social e sobre seu constante movimento e transformação, indica nas entrelinhas elementos que demonstram a mesma proximidade de conteúdo a respeito do referencial teórico marxista adotado.

- Os demais quatro artigos: SS-01, E-02, TC-02 e K-02, usam categorias deste referencial, como contradição, dialética, autonomia e emancipação interpretadas na perspectiva crítico dialética. Percebemos a presença destas categorias nos argumentos trazidos sobre a preocupação da *“crítica permanente da organização social”* (SS-01, p. 11). Na referencia ao fato que *“[...] nasceram indagações que foram convergindo para uma temática que priorizasse uma perspectiva de afirmação da vida à negação dos diferentes fenômenos sociais para enfrentamento dos mesmos”* (TC-02, p. 05). No argumento que discorre sobre a *“construção de uma democracia maior a partir daí, gerando consciência crítica, autonomia e liberdade”* (K-02, p. 215). E finalmente, sobre o interesse e curiosidade em *“manter um diálogo crítico e mediatizado com as outras áreas”* (E-02, p. 98).

Compreendemos que este quarteto de artigos explica e relaciona as interpretações revestidas pelo aporte das categorias acima citadas. Através dos argumentos referenciados, percebemos a leitura dos fenômenos sociais e da relação com os sujeitos no desenvolvimento das ações a partir da contextualização dos múltiplos determinantes sociais. São categorias que possibilitaram aos profissionais e equipes durante a sua intervenção, uma interpretação e dialogo crítico a partir das demandas surgidas aos profissionais do Serviço Social, em relação as competências e a construção de alternativas metodológicas no espaço profissional na dimensão comunitária.

Concluimos que esta categoria é de grande importância à profissão de Serviço Social, pela sua contribuição crítica no desvelamento da realidade social e na intervenção reflexiva nas demandas dos sujeitos sociais, conforme as considerações sustentadas pelos argumentos dos artigos e pelo respaldo em Iamamoto (2008) que nos auxilia a compreender que o referencial marxista possui uma relação com a profissão, pois,

[...] o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teóricos-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiados em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. (IAMAMOTO, 2009, p. 4)

Compreendemos que o referencial do materialismo histórico e de categorias como dialética, contradição e autonomia na perspectiva crítica, favorecem e contribuem no desvelamento das situações presentes nas relações de classe, de produção e de ideologias mediante a intervenção na realidade social. E o Serviço Social segundo Iamamoto (2009) terá o subsídio do referencial marxista relacionados aos valores e princípios profissionais que ganham materialidade no Código de Ética do Assistente Social que orientam a prática profissional.

A partir das reflexões foi possível identificar que existe uma constante relação dos artigos com a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social referente aos fundamentos apresentados que alicerçam o conhecimento da realidade observada na perspectiva crítica. Observamos que os artigos apresentam elementos de conteúdo teórico-metodológico que orientam e permitem ao profissional ou equipe descobrir a dinâmica da comunidade e demandas para além dos fenômenos aparentes. Ou seja, os artigos apresentam claramente a intervenção do Serviço Social que repensa a sua prática profissional tendo como base a dimensão teórico-metodológica aproximado da matriz crítica inspirada na tradição marxista.

### **2.2.3 Alternativas Metodológicas, Instrumentais e Técnicas Adotados<sup>34</sup>.**

Compreendemos a metodologia de intervenção como um conjunto de estratégias, procedimentos e orientações profissionais, que instrumentalizam uma lógica de aproximação e de intervenção na realidade a atingir as finalidades. É

---

<sup>34</sup> Para fins didáticos as categorias Alternativas Metodológicas e Instrumentais e Técnicas serão analisadas em conjunto, por acreditarmos que ambas se articulam num conjunto único.

construída socialmente, regida por alguma crença ideológica e destinado a produzir alguma prática. Portanto a metodologia partilha de diferentes concepções filosóficas na intervenção, a partir de sujeitos com diferentes conceitos de verdade e de valores.

Retomando o estudo no item 2.1, consideramos que a metodologia por meio dos instrumentos e técnicas utilizados na intervenção profissional, pode visar à transformação, ou não, dos processos sociais que compõem uma determinada realidade.

Acreditamos que a metodologia será construída com atenção do profissional para elementos que compõem a dimensão teórico-metodológica e a técnico-operativa construídas pelas teorias, instrumentos, estratégias, táticas e habilidades enquanto ferramentas que dão suporte na realização da ação. Ou seja, o profissional ou equipe irá realizar as ações mediante sucessivas aproximações dos sujeitos ou realidades sociais da qual se faz necessário uma intervenção do Serviço Social, em cada época histórica, com a representação real dos sujeitos, seus valores, sentimentos e suas percepções, na qual o Serviço Social, *“para desvendar as refrações da questão social, de seu objeto, precisa decifrá-las a partir do acesso às múltiplas fontes onde ela se expressa- [...] no movimento social e comunitário, na vida da comunidade [...]”* (TC-01, p. 227).

A partir dessa compreensão de metodologia de intervenção, observamos a diversidade de experiências apresentadas nos 08 artigos, com foco a atingir os propósitos de intervenção na comunidade. Esta análise nos possibilitou visualizar que, na descrição dos procedimentos metodológicos dos recursos e estratégias adotados pela equipe de trabalho, destacam-se fases/etapas das alternativas metodológicas descritas. Cabe destacar que estas fases/etapas não ocorrem de forma desarticulada, mas ocorrem de forma processual. A partir das alternativas metodológicas discutidas pelos autores/artigos, sistematizamos a seguinte estrutura metodológica:

- a) Conhecimento da realidade/contexto.
- b) Definição de ações a serem desenvolvidas.
- c) Execução de projetos via assessoria.
- d) Avaliação.

#### **a) Conhecimento da realidade/contexto**

De acordo com os oito artigos: E-01, E-02, SS-01, SS-02, K-01, K-02, TC-01, TC-02 podemos considerar que as alternativas metodológicas pautadas no conhecimento da realidade consistem em *“levar em consideração os aspectos geográficos da área, o desenvolvimento econômico da região, seu planejamento estrutural, os mecanismos de mercado os aspectos demográficos e migratórios”* (E-02, p, 97).

Nesse processo de aproximação e conhecer a comunidade identificamos nos artigos a permanência dos acadêmicos nas diversas comunidades atendidas para desenvolverem a observação de campo, o estudo da comunidade, o levantamento de demandas, e uma pesquisa sobre áreas de exclusão social e o envolvimento junto às áreas sociais nos conselhos específicos. Também foi considerado o *“conhecimento e interação da realidade, aproximação e articulação entre as comunidades da periferia”* (K-02, p, 43). A elaboração das reivindicações, leituras e problematização da realidade, *“aproximação dos entrevistados e a articulação de índices que explicitavam a desigualdade no Brasil [...]”* (TC-01, p, 230).

Nestes artigos aparece com clareza a necessidade de levar em conta a rede de serviços no território e *“a produção de um conjunto da realidade”* (E-01, p. 26). De perceber as especificidades das comunidades por meio da *“observação da dinâmica social da comunidade”* (E-02, p. 93). E argumentos alegando que *“buscou-se pesquisar e mapear o maior número possível de grupos e organizações existentes [...] frente ao resultado do mapeamento realizado, pode-se vislumbrar o potencial individual e coletivo dos diferentes grupos [...]”* (K-02, p, 219.220). Também *“o estabelecimento de um diagnóstico da realidade urbana e captando as reivindicações trazidas pelas comunidades e ampliando a caracterização da realidade através do levantamento e cadastramento das organizações sociais”* (SS-02, p. 145). O *“desvendamento histórico e processual das expressões dos sujeitos [...] processos reflexivos e mediações com realidades similares, [...] coleta de dados direta junto a moradores de rua adultos [...] estabelecer os primeiros vínculos”* (TC-01, p.227, 229).

Ainda neste processo de conhecimento da realidade, identificamos nos artigos o reconhecimento de demandas das comunidades, a percepção de carências e o conhecimento do processo histórico de formação das organizações de moradores, *“através de um processo de aproximação entre as comunidades da periferia”* (K-01, p, 43,47), bem como *a aproximação com o trabalho da pastoral*. Argumentos que apresenta, a

*[...] descrição do cotidiano [...] contexto de sua interação [...] conhecer adequadamente as condições do meio, onde esse homem, em situação de desemprego estaria realizando o seu esforço de sobrevivência [...] levantamentos e observações realizados pelos alunos de Práticas de Serviço Social e de pesquisa em Serviço Social, registrados em diários de campo e em relatórios e pela aplicação de questionários do estudo sobre 'Participação de população de bairro em associações de moradores locais' [...] revisão de literatura, análise de experiências (SS-01, p. 8, 10, 11,13)*

O conhecimento da realidade através de diferentes estratégias e recursos é uma etapa importante do trabalho comunitário. Nesta também aparece a pesquisa como elemento fundamental vinculada ao projeto de assessoria que desenvolve

*[...] a execução de uma pesquisa intitulada 'bancos de dados sobre áreas de exclusão social' aonde mediante preenchimento de formulários os (as) acadêmicos (as) vão às residências dos moradores e fazem o levantamento de dados que possibilitarão após a sua tabulação, o mapeamento das situações de vulnerabilidades evidenciadas nos locais, proporcionando a elaboração de novos projetos. (E-01, p. 29).*

Segundo os argumentos do artigo E-01 e a contribuição do artigo K-02 sobre *“um mapeamento dos grupos e das organizações da sociedade civil existentes na região a ser trabalhada, tornou-se uma pré-condição [...]”* (K-02, p. 219). Identificamos que a pesquisa e o mapeamento tiveram destaque visto que proporcionaram a elaboração de novos projetos, bem como a busca do conhecimento através da participação nas reuniões de associação de moradores, de visitas domiciliares e visitas realizadas nas comunidades.

Concluimos que esta etapa é fundamental e se caracteriza como a primeira no processo de construção de alternativas metodológicas, ou seja, é uma etapa que permite, num primeiro momento conhecer a realidade para então intervir conforme as necessidades dos sujeitos de uma comunidade dinâmica e dotada de características específicas. Esta etapa/fase permite ao profissional visualizar características locais com possibilidade de um planejamento da intervenção a partir da mesma. Dessa forma nos apoiamos no artigo E-01 para reforçar esse argumento no que se refere às alternativas de intervenção encontrada pelos professores e estagiários dos cursos de Serviço Social e de Direito ao *“acompanharem as discussões onde buscaram levantar questões que possibilitassem o enfrentamento das problemáticas locais”* (E-01, p.29), que dá visibilidade e materializa a importância desta fase/etapa de conhecimento da realidade.

## **b) Definição de ações a serem desenvolvidas.**

Nos oito artigos da amostra identificamos que quatro, sendo eles: K-02, SS-01, E-01, e E-02) descrevem as alternativas metodológicas a partir da realização de atividades via projetos (estes serão estudados na próxima fase/etapa). Os outros quatro K-01, SS-02, TC-01 e TC-02 abordam atividades criadas com ênfase nas ações a serem desenvolvidas na comunidade, a exemplo de organizações comunitárias, formação/criação de Conselhos Comunitários como podemos conferir nos argumentos seguintes, contudo, não negamos que algumas destas ações desenvolvidas tenham partido inicialmente de projetos.

Compreendemos que o processo de mobilização social e organização, compõem os diversos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, e são consideradas como práticas educativas e concentram uma função pedagógica dos assistentes sociais que são construídas no desenvolvimento da intervenção profissional na sociedade brasileira. A assimilação e materialização da mobilização social e organização na prática profissional caracteriza-se pela

[...] incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, no sentido gramsciano, como sociabilidade. (ABREU, 2002, apud ABREU; CARDOSO, 2009, p. 595).

Assim, a mobilização social e a organização nos distintos espaços de intervenção do Serviço Social assinalam um dos principais espaços para as lutas sociais das classes subalternas em suas expressões, estabelecimentos de vínculos e compromissos com a perspectiva societária tendo por base o projeto ético-político profissional na execução destas práticas educativas e pedagógicas.

Nesse sentido identificamos na amostra por meio do artigo K-01 argumentos sobre as organizações de Moradores no Município de Florianópolis onde *“a gênese das organizações de moradores no município resultou de um projeto acadêmico de Curso de Serviço Social, que se desenvolveu no decorrer da década de 60 e 70”*, posteriormente partiu para *“uma política de ação comunitária”* onde *“havia um conjunto de procedimentos metodológicos necessários para a organização de um conselho comunitário em determinado bairro ou localidade”* (K-01, p. 42). Na organização deste Conselho Comunitário que *“servia de mediação entre comunidade e o poder público”* (K-01, p. 44), encontramos alternativas metodológicas como a mobilização na formação de uma organização que

*[...] na medida em que se manifestaram na comunidade posições contrárias à forma como a 1ª diretoria vinha encaminhando os trabalhos, teve início um processo de mudanças significativas na orientação dessa organização [...] os jovens que começaram a assumir o processo eram o setor da comunidade mais susceptível a mudança [...] os protestos contra a inauguração de uma obra pública [...] representava a vontade de alguns moradores de mudar a relação de submissão ao poder público. [...] O conselho foi se estruturando de forma mais descentralizada e horizontal, através de formação de grupos e comissões. [...] Organização de Cooperativas de produção e de Consumo [...] Criação de uma nova estrutura organizativa. [...] Elaboração de uma proposta de alternativa de educação [...] os problemas e carências educacionais foram adquirindo maior visibilidade com as reuniões que o Conselho Comunitário começou a promover com as entidades ligadas ao setor. [...] resultando na formação de uma Comissão de Educação. A partir dos encontros, a Comissão sentiu a necessidade de elaborar uma proposta concreta de uma nova escola, [...] foi então elaborado um projeto de uma escola integrada (pré-escola, 1º Grau, educação complementar, etc) com preocupação de que os programas e métodos se adequassem ao contexto local e às experiências de vida das crianças da comunidade. [...] a Comissão tem estendido as discussões do projeto para outras entidades [...] a constituição de redes confere a esse movimento de educação comunitária maior consistência, [...] 2º Encontro de Educação promovido pela Comissão. [...] A escola se transforma [...] num espaço privilegiado de aprendizagem social, [...] foi sendo ampliado a sua rede de relações, interagindo-se com outras forças sociais e políticas [...] relação com a Igreja Popular [...] aproximação com o trabalho pastoral, [...] iniciativa de criação da Comissão das Igrejas se apresentava como uma forma de reconhecimento da pluralidade de orientações de religiosidade da população e de suas formas de sincretismo, [...] Relações com outras Organizações e Movimentos Populares, [...] o Conselho do Mont Serrat foi participando gradativamente de 'redes mais amplas de pressão e resistência', [...] vinculação estreita com os partidos políticos no poder, [...] a não vinculação partidária passou a ser enfatizada nas reuniões da diretoria com a comunidade. [...] elaboração de emendas populares para a Lei Orgânica do Município. (Revista K-01, p. 42-50)*

A partir da experiência apontada no artigo K-01, consideramos as alternativas metodológicas de intervenção construídas a partir da mobilidade organizativa e consideramos que tal experiência pode ser possível de relacionar-se com as idéias de Pereira (2008) o qual aborda o trabalho comunitário como ação coletiva que visa conseguir objetivos coletivos por meio daquelas séries de ações e procedimentos na formação do Conselho.

Nesse sentido o desenvolvimento de ações, identificamos no artigo SS-02, confere o argumento acima por meio do programa de Organização Comunitária que favoreceu a formação de um Conselho Comunitário através das Equipes de Ação Comunitária, composta por assistentes sociais. Nesse sentido o artigo SS-02 procede ao relato da experiência na formação de Conselho em uma freguesia no município, a exemplo de o *“envolvimento da população, e a organização do trabalho se daria por (regiões) garantindo a participação mais direta e sistemática” [...]* (SS-02, p. 145). Para tal atividade a equipe desenvolveu alternativas e realizou atividades como

*[...] o I Fórum de discussão do Conselho Comunitário [...] reunião da comissão e a mobilização para o Seminário, [...] reuniões nas associações de moradores e encontros setoriais [...] realização de quatro reuniões definindo o anteprojeto de estatuto do Conselho, [...] a elaboração de um plano de atendimento a curto e longo prazo, a promoção do I Encontro de Moradores e a realização da I e II Assembléia Comunitária (SS-02, p. 145-149)*

Identificamos na amostra os instrumentais e técnicas utilizados no processo metodológico e também neste processo de formação do conselho, “a assessoria técnica, em conjunto com a Equipe da Ação Comunitária, atuou nas relações comunitárias entre as organizações, como articulador, com os membros do conselho” (SS-02, p. 149). Ou seja, o uso de alternativas articuladas nas relações e mobilizações comunitárias.

Ressaltamos a argumentação de Kameyama (1989) sobre a relação sujeito/objeto na abordagem metodológica do Serviço Social, compreendemos esta relação presente nos artigos da amostra que contemplam a relação de conhecimento da comunidade, onde os sujeitos estão inseridos, e após definem as ações de intervenção respaldadas pelas dimensões teórico-metodologica e técnico-operativa. Essa relação do Serviço Social com os sujeitos é demonstrada pelo artigo TC-01 que aponta a “expressão dos sujeitos através da arte é importante material para a análise do Serviço Social” e contempla alternativas inovadoras registrando um diferencial entre as experiências relatadas pelo uso da criatividade, da técnica, do conhecimento dos sujeitos e da realidade da comunidade que permitiu definir tais processos. As alternativas metodológicas utilizadas na experiência de TC-01 contempla o

*[...] uso de filmes, letras de música, fotos e outros registros, [...] trechos de música popular, [...] para além da análise e interpretação, fundamentais à realização de uma intervenção consequente, estas fontes podem ser transformadas em estratégias e utilizadas como instrumentos para o desenvolvimento de processos sociais que instiguem processos reflexivos [...] a dramatização, por exemplo, de cenas cotidianas pode e muito auxiliar grupos a perceberem representações preconceituosas, [...] utilizamos o teatro experimental como instrumento e, a partir do congelamento de cenas e de sua problematização e da criação de novas cenas sugeridas pelos grupos como alternativas diversas de conduzir as situações explicitadas, [...] o uso do grafodrama [...] em uma oficina que tinha por objetivo realizara a capacitação de entrevistadores [...] a técnica utilizada foi a dramatização. Um grupo de alunos representou os entrevistados e uma dupla encenou o processo de abordagem. Utilizando a estratégia de congelamento de cenas [...] a verificação deste sentimento possibilitou que os pesquisadores desencadeassem um processo de reflexão com o grupo sobre o processo de qualificação de estratégias para aproximação dos entrevistados. (TC-01, p. 227-229).*

Visto a contribuição destas alternativas, prosseguimos a análise do artigo TC-02, que partiu de um projeto piloto desenvolvido na comunidade em Porto Alegre cuja meta de trabalho da ONG REDECRIAR *“está pautada no crescimento do número de atores capacitados para multiplicação do projeto em outros espaços comunitários”* (TC-02, p.13). E segundo este artigo a ONG criou um ciclo de ações através de trabalhos em redes e execução das ações utilizando módulos que trabalham a temática do desenvolvimento sustentável com *“finalidade de possibilitar maior qualidade de vida e consciência de preservação ambiental, a um público alvo [...] e associações comunitárias se configuram como espaço de intervenção da ONG”* (TC-02, p.07-09). Identificamos que a metodologia de trabalho prioriza *“ações lúdico-educativas de conteúdo socioambiental”*. Sendo que *“[...] nos primeiros encontros do grupo, visando à aproximação da prática do conceito de cidadania”* (TC-02, p. 08), e o trabalho em redes sociais, pois,

*[...] a medida que parte da realidade do território, das forças em presença, da conjuntura levando em conta as redes primárias existentes, de auto-ajuda, a rede de serviços no território e atores que podem se implicar na ação de forma direta e indireta. (TC-02, p. 10)*

Identificamos que o artigo traz explícito que a metodologia de trabalho adotado pela REDECRIAR esta pautado no trabalho de rede e na articulação dos serviços realizados na comunidade/território, por meio da intervenção *expressa nas intervenções em circuito* e traz a descrição do passo a passo das atividades, sendo

*[...] num primeiro momento, os sujeitos são convidados a se imaginarem nas diferentes situações representadas por imagens que demonstram as consequências das relações estabelecidas entre Homens & natureza configuradas pela Fase 1 do ‘Circuito Sensibilizatório’. Essa fase abre espaço para a socialização das demandas com as quais cada participante se identifica e se mobiliza para modificar. A Fase 2 inicia um processo de organização das informações presentes na legislação, as quais se configuram como parte de um caminho de enfrentamento àquelas demandas apresentadas na Fase 1. Na Fase 3, há um estímulo para desempenhar, na prática cotidiana doméstica e comunitária parte das ações sugeridas na fase anterior, culminando com um ‘Jogo’, na Fase 4, sintetizando todo o conteúdo apreendido até então. (TC-02, p.11).*

O mesmo discorre sobre o Circuito Metodológico que estimula a criatividade dos sujeitos por meio de alternativas *“expressa em teatros, desenhos, maquetes [...] são utilizados objetos recicláveis para a produção personalizada de utilitários como lixeiras, instrumentos musicais, brinquedos e até mesmo peças do vestuário renovadas. (TC-02, p.12).* São alternativas metodológicas que conciliam *“[...] a preservação dos recursos naturais ao enfrentamento de demandas sociais*

*provenientes de problemas econômicos da população atendida” gerando “impacto sobre a população já atendida pelo projeto se evidencia na integração de ações comunitárias e no processo de criação de uma logomarca comunitária” (TC-02, p. 17).* Visto que o presente artigo descreve alternativas metodológicas, com viés crítico e analítico, as quais consideram as ações construídas por equipe inter e multidisciplinar, e pelo modo de abordar e intervir em questões ambientais.

Compreendemos que os argumentos destes quatro artigos expressam as alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social em trabalho comunitário e os instrumentais técnicos utilizados nas mesmas. Percebemos, pela amostra, que o trabalho segue uma orientação interventiva crítica por meio do desenvolvimento de ações conforme o processo do conhecimento da realidade, pela definição das ações e das prioridades a serem desenvolvidas, estabelecendo um procedimento metodológico com a utilização de instrumentos e técnicas operacionais construídas juntamente com a comunidade para viabilizar a mobilização e favorecer a participação comunitária.

### **c) Execução dos projetos via assessoria**

Identificamos que a prática da assessoria acompanha várias metodologias de intervenção do Serviço Social na amostra através de artigos que apresentam fragmentos indicando o “envolvimento das organizações comunitárias, lideranças, representantes de entidades sociais” (SS-02, p. 144), e indicam os “representantes eleitos pelas comunidades” [...] destacando que nos “encontros setoriais houve, grande representatividade das comunidades envolvidas [...] (SS-02, p.146, 147). Identificamos elementos acrescentando que a partir dos “contatos diários foi escolhida uma animadora para a comunidade” (E02, p. 94). Também relatos sobre o “Conselho Comunitário do Mont Serrat, que tem se destacado pela liderança junto às organizações de moradores da periferia [...]” “tem atuado na formação política de liderança das comunidades e assessoria na criação e desenvolvimento de organizações populares [...] (K-01, p. 39,43). Também identificamos elementos no artigo E-01 que aborda a “capacitação as organizações comunitárias [...] e assessoria as organizações comunitárias [...]” (E-01, p. 27) e a respeito da participação acrescenta “a maioria são lideranças comunitárias ou membros das diretorias das

associações” (E-01, p.30), neste mesmo artigo observamos elementos que discorrem sobre a “reconfiguração de papéis, buscando por partes dos líderes comunitários, uma ação mais propositiva, crítica, e reflexiva [...]” e ainda argumentos sobre “os representantes das Associações de Moradores, bem como as lideranças tiveram a oportunidade de conhecer as propostas do Governo Federal [...]” (E-01, p. 42,43). Enfim, os exemplos acima demonstram experiências do Serviço Social em práticas de assessoria as lideranças comunitárias e também no movimento da prática desempenha atividades de “interlocução com a comunidade e mobilização das comunidades” (K-02, p. 214) que justificam a informação que “nos últimos anos, com mais intensidade, temos assistido no Serviço Social referências ao exercício profissional no campo de assessoria/consultoria” (MATOS, 2009, p. 514).

Por meio da amostra compreendemos que a prática profissional também está legada com a assessoria/consultoria com perspectivas política fundamentada conforme já visto pelo aporte teórico que balizaram estas experiências e que permitem argumentar que são “ações profissionais também importantes, como o trabalho em comunidade, com movimentos sociais e a importância da supervisão de programas e de profissionais” (MATOS, 2009, p.517).

Nesse processo de estudo refletimos sobre a temática assessoria, considerando as características, objetivos e interesses dos segmentos que solicitam e participam no processo de alguma mudança. As assessorias são solicitadas ou indicadas, “[...] na maioria das vezes, com o objetivo de possibilitar a articulação e a preparação de uma equipe para construção do seu projeto de prática por meio de um *expert* que venha assisti-la teórica e tecnicamente” (VASCONCELOS, 1998, p. 129). Nesse sentido de acompanhamento sistematizado, a autora aborda a assessoria/consultoria estão voltadas “para a busca de totalização no processo de prática, no sentido de apontar, resgatar e trabalhar as deficiências, os limites, recursos e possibilidades da equipe, socializando conteúdos, instrumentos de indagação e análise” (VASCONCELOS, 1998, p. 133). Destacamos a importância da prática de assessoria pelo Serviço Social às lideranças comunitárias, lembrando de uma questão da prova do ENADE que aborda este tema<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> **Questão 13** - Capacitação e fortalecimento de lideranças; apoio sistemático no encaminhamento de ações imediatas; assessoramento na condução de processos de luta por conquistas, garantia de direitos e melhoria de condições de vida; assessoramento na participação coletiva de sujeitos envolvidos em dinâmicas decisórias - este conjunto de processos interventivos é operacionalizado por assistentes sociais junto  
(A) à família.  
(B) ao universo de organizações da sociedade civil.

A partir da compreensão da assessoria como um contato, acompanhamento organizado e sistemático na elaboração de projetos de prática a partir das necessidades, prosseguimos essa fase/etapa por meio dos artigos K-02, SS-01, E-01 e E-02. Torna-se possível identificarmos argumentos que demonstram alternativas metodológicas construídas por meio de projetos/subprojetos desenvolvidos nas comunidades.

Consideramos que o processo metodológico é orientado pelo conhecimento possuidor de um cunho ideológico na construção de alternativas metodológicas e na eleição de instrumentais e técnicas de intervenção segundo a composição de uma determinada realidade, e conforme a orientação ético-política do profissional haverá um compromisso, ou não, na transformação da realidade social apresentada. Nesse sentido, identificamos na amostra elementos que completam esta afirmação por meio de artigos como E-01, que aborda a intervenção parte da *atuação junto a União de Associação de Moradores, para sensibilização da organização comunitária e social, a partir da capacitação técnica e assessoria contínua e sistemática*. Identificamos por meio deste artigo, que os profissionais ou equipe (professores extensionistas e acadêmicos do estágio supervisionado em Serviço Social) *buscam sensibilizar a comunidade para que esta perceba a mobilização social, e por meio da reflexão e formação dos membros da comunidade, favoreçam a discussão sobre a importância da organização e participação comunitária*, para o enfrentamento de problemáticas que envolvem o local.

O artigo E-01 aborda projetos a exemplo do programa realizado pelos professores de Serviço Social *“Programa de Assessoria e Capacitação as Organizações Comunitárias de Blumenau” (E-01, p. 27)*. Segundo dados, o programa contava com dois projetos de intervenção do Serviço Social por meio de projetos de assessoria e capacitação técnica as organizações comunitárias, podendo ser visto neste argumento:

*O Projeto de Capacitação as organizações Comunitárias capacita as comunidades escolhidas a partir da indicação da UNIBLAM- União Blumenauense de Associação de Moradores e entidades afins. Num segundo momento é elaborado o roteiro do curso que será desenvolvido nestas comunidades, que somando as necessidades locais incorporarão o conteúdo*

---

**(C) às organizações populares.**

(D) aos gestores de políticas estatais.

(E) aos partidos políticos. (ENADE, 2004, p. 9)

Disponível

[http://enade.anhangueravirtual.com.br/file.php/1/provasanteriores/servicosocial/Enade%20SERVICOSOCIAL\\_04.pdf](http://enade.anhangueravirtual.com.br/file.php/1/provasanteriores/servicosocial/Enade%20SERVICOSOCIAL_04.pdf) Acesso em 10 set. 2011.

em:

*dos módulos a serem trabalhados. Os encontros acontecem quinzenalmente com horários definidos a partir das demandas dos próprios participantes. No projeto estão previstas as realizações de 08 encontros por comunidade, sendo que em cada comunidade será trabalhado um módulo/temática. . Ao final do curso os participantes recebem certificados [...] (E-01, p. 30)*

Destacamos que o presente artigo também apresenta os projetos como meio de conhecimento da realidade e um instrumento/técnica importante para o desempenho da intervenção, tanto que o artigo informa que a equipe “*durante a execução das atividades sentiu a necessidade de ampliar o número de projetos envolvidos, bem como a equipe de trabalho. [...] o programa incorporou dois novos projetos articulados aos cursos de comunicação social e direito*” (E-01, p. 27).

Identificamos que a intervenção na dimensão comunitária via projetos, realiza-se também por meio de outras atividades definidas após o conhecimento e da definição das ações. É uma etapa que faz parte do processo metodológico do trabalho comunitário. A exemplo podemos citar as campanhas educativas presente no projeto da experiência do artigo E-01, 29

*[...] a campanha contra violência doméstica, onde as estagiárias fazem visitas domiciliares e buscam a sensibilização dos moradores, divulgando os espaços de discussão sobre a temática; palestras; oficinas em parcerias com ambulatório [...] (temáticas relativas à saúde), e o Programa da Assistência Sócio Jurídica [...] (temáticas tais como família, álcool e drogas, idosos entre outros). (E-01, p. 29)*

Do mesmo modo que por meio da “*assessoria na elaboração de projetos para viabilização de recursos para a comunidade, produção de materiais como folders, cartazes painéis informativos e Convites para eventos das comunidades*” (E-01, p. 29). E ainda segundo argumentos de E-01, identificamos a intervenção profissional ocorre também pela assessoria na “*elaboração da documentação da própria Associação de Moradores como atas, estatutos e regularizações, processo importante para que as ações não se percam e a associação torne-se mais forte*” (E-01, p. 29). E ainda o trabalho de assessoria

*[...] as comunidades no que se refere à regularização fundiária, contando com a parceria do curso de Direito [...] e do Núcleo de Estudos Urbanos – NEUR do curso de arquitetura. Durante as visitas realizadas as comunidades, os professores buscam orientar os membros das comunidades sobre as formas de regularização, encaminhamento a justiça, acesso a defensoria pública, entre outros. (E-01, p.30).*

E ainda argumentos que descrevem o processo metodológico de trabalho, conforme o artigo E-01, sobre o

*[...] material didático elaborado pelos professores de Serviço Social como livros de capacitação com figuras ilustrativas e linguagem acessível. São*

*utilizadas também, vivências, simulações, dinâmicas de grupos, vídeos que possibilitam que estes encontros sejam em forma de oficinas, onde os participantes tornam-se protagonistas. (E-01, p. 31)*

No artigo E-02 identificamos a implementação do Projeto Babel, construído por equipe multidisciplinar formada por professores de Ciências Sociais Aplicadas, que aceitaram o “*desafio de trabalhar com a comunidade*” sendo o *principal objetivo do Projeto Babel “desenvolver um trabalho que trouxesse benefícios para os diferentes grupos que vivem na comunidade [...]” (E-02, p.93)*. Segundo dados do artigo, o projeto foi possível por meio dos três subprojetos estruturado em fases em função da realidade da comunidade, onde buscou metodologias para “*fomentar a participação progressiva da população tais como: desenvolvimento de cenários, grupos de intervenção, análise da comunidade realizada pelas crianças e pelos jovens*” (E-02, p.93).

Identificamos as alternativas metodológicas a partir da

*[...] ênfase à organização de uma rede de contatos que priorizou os grupos imigrantes para que eles se engajassem no projeto. A partir desses contatos diários foi escolhida uma animadora para a comunidade, pelo prazo de três anos [...] seis possíveis cenários foram pensados para servir de instrumentos de ação [...] cada cenário centrou-se em aspectos diferentes no processo de desenvolvimento da comunidade, como, por exemplo, ‘Educação, Cultura e Redes Sociais’, ou, ainda, ‘Melhoria das condições de espaços públicos’[...] foram realizadas em torno de trinta reuniões grupais, nas quais os cenários foram discutidos. Nas reuniões ficou estabelecido como o grupo diferenciaria o que era desejável, aceitável e indesejável na comunidade. [...] (E-02, p. 94,95).*

Através dos dados identificamos que na construção de metodologias os instrumentos são inerentes as mesmas e estas são apresentadas através de projetos e de subprojetos. A exemplo dos três subprojetos relatados em E-02 identificamos que a construção de metodologias partiu da necessidade da comunidade conforme os projetos descritos. Em “*As Crianças de Babel*” que depois de identificadas as dificuldades no rendimento escolar e a ausência de lazer a equipe realizou

*[...] acompanhamento e coordenação, as organizações privadas, municipais e religiosas envolvidas com ações na área da criança formaram uma rede de trabalho, na qual duas escolas tiveram papel importante. [...] através da rede foi possível conseguir que uma fundação financiasse o primeiro projeto de lazer na comunidade [...] atividades desenvolvidas como jogos, esporte, circo e “[...] dentre as diversas atividades do projeto, destaca-se a Copa Anual de Futebol, na qual participam em torno de 200 crianças de diferentes nacionalidades”. (E-02, p. 94, 95).*

Do subprojeto “*fazendo Arte em espaço público*” na transformação da passarela “em algo mais acolhedor pelas crianças do projeto Babel” que buscou por meio de

*[...] parcerias com a Escola de arte e Desing [...] sob a coordenação de um dos professores, as crianças da comunidade foram até a passarela e começaram a projetar como elas transformariam aquele local escuro e sombrio. As crianças delinearam suas idéias trabalhando com argila. Em seguida, mostraram seus modelos aos estudantes de arte e design, os quais a partir das amostras das crianças ré - projetaram a pintura da passarela. (E-02, p. 96).*

E por fim o terceiro subprojeto “*Comida & Negócios*” discorre sobre pequenas lojas étnicas na comunidade que vendem produtos específicos e devido às migrações dificultaram o estabelecimento de uma propriedade econômica e a raiz cultural. Por meio de alternativas como “*[...] através deste projeto, foram organizadas visitas da população a essas pequenas lojas [...] recebiam informações sobre os produtos e receitas [...] tinham a oportunidade de degustar alguns dos pratos típicos. (E-02, p.96).*” Aqui fica claro que via projetos e subprojetos a equipe e profissionais, visando à formação de uma rede de trabalho, a oferta de uma série de atividades, parcerias, delineação de idéias e a construção de metodologias para suprir as necessidades da comunidade.

Por meio dos dados do artigo K-02, identificamos procedimentos de trabalhos de assessoria nos processos de *mobilização das comunidades* e a contribuição para o *fortalecimento do interesse em torno da discussão das questões da cidade*, por meio de realização de *eventos, atividades de extensão, ação de assessoria a comissão organizadora do I Fórum da Cidade, ação ampliada de mobilização sócio-comunitária, construção e garantia de uma participação qualificada dos sujeitos envolvidos*, favorecendo autonomia destes. Prosseguindo com a criação e realização de *Seminários Regionais*, da divisão da cidade em regiões, da *divulgação do Estatuto da Cidade*, e da discussão das prioridades de cada região. A realização dos Seminários regionais do fórum da cidade para *fomentar a luta pelo direito a cidade, utilização do Estatuto da Cidade* enquanto instrumento de fortalecimento do movimento socioeconômico e popular. E também a formação do

*[...] fórum Nacional de Reforma urbana [...] a discussão em diferentes movimentos e disseminação da idéia de enfrentamento a exclusão social nas cidades [...] aprovação da lei que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, [...] a criação de espaços de debates, onde a população possa participar e expressar suas opiniões no que diz respeito ao futuro da cidade. (K-02, p. 217).*

Estas considerações são relevantes, visto que argumentam sobre os procedimentos adotados, sobre as ações que foram priorizadas e desenvolvidas nas comunidades. Argumentos que *explicitaram o “intercâmbio com outras comunidades e a realização de propostas concretas ao poder público para enfrentamento dos problemas sociais da comunidade, como a elaboração de emendas populares para a Lei Orgânica do Município”* e a elaboração de propostas alternativas que potencializem mudanças sociais como *“um Centro de Educação gestada na comunidade”* (K-02, p. 217).

Referendamos o artigo SS-01 que argumenta sobre a implantação de plantões, e a intervenção por meio de repasse de informação aos desempregados sobre seus direitos, através de prestação de orientação e *“ambientação”* e a realização de contatos e intercâmbios da equipe com a comunidade para a discussão sobre uma ação conjunta. São um campo de ação

*[...] considerado como campo de estágio curricular para o curso de Serviço Social [...] realizada a Semana de Debates [...] a realização de 80 entrevistas entre desempregados [...] realização de palestras e seminários e elaboração e divulgação de textos [...] implantação do Núcleo de Informações para essa comunidade. (SS-01, p. 12,13)*

Compreendemos que a partir da construção de alternativas metodológicas orientadas em ações comunitárias se configuram como respostas a demandas no enfrentamento de problemas sociais percebidos no local, nas comunidades. Onde o conhecimento da realidade faz parte deste processo assim como a definição de ações a serem desenvolvidas, execução de projetos via assessoria e avaliação do trabalho desenvolvido. A construção de metodologias de intervenção é um desafio aos profissionais de Serviço Social, pela dinâmica de como se apresentam as comunidades e as problemáticas sociais que exigem um enfrentamento muitas vezes na imediatez. Por meio dos argumentos da amostra, constatamos que as alternativas metodológicas construídas e utilizadas na intervenção comunitária demandaram um processo de trabalho que exigiram um tempo maior, espaço físico, recurso humano e outros recursos necessários para o desempenho das atividades. Entendemos que a intervenção comunitária exige tempo e responsabilidade profissional em visualizar a metodologia que melhor contribuirá para o desenvolvimento das atividades, conforme o perfil da população comunitária e das dificuldades e características daquele território e principalmente da problemática social que se tornou visível naquele território. Somando-se a esses pressupostos está o

indicador de que todo o processo metodológico deve considerar a participação comunitária, ou seja, do sujeito, no qual o Serviço Social potencializa suas ações embasadas na dimensão ético-política.

Através dos artigos observamos que o profissional adota alternativas metodológicas, com instrumentos e técnicas de intervenção partindo da demanda da população, da própria realidade comunitária, ou seja, confirmamos o exposto no primeiro item deste capítulo, quando argumentamos que não existem metodologias prontas e acabadas, mas, que demanda um caminho a percorrer na sua construção e acompanhando a realidade específica de intervenção. Estas requerem tempo, estudo e constante avaliação do processo de intervenção, a exemplo das experiências relatadas nos artigos da amostra da pesquisa.

#### **d) Avaliação**

Os artigos apresentam dados possíveis de identificar que a equipe e profissionais avaliaram a ação desenvolvida e o processo interventivo, ou seja, a avaliação acompanhou o movimento das ações executadas na intervenção mediante a construção de alternativas metodológicas. Observamos o argumento de E-01 informando que *“no terceiro semestre farão avaliação do projeto, relatório final das atividades”* (E-01, p. 29), indicação que priorizaram a avaliação no fim da execução do projeto. E ainda a informação *“[...] a partir dos relatos durante as atividades realizadas do programa nas comunidades, constata-se a partir do relato destes moradores que estas participações não tem retorno, ou mesmo não acontece um diálogo com as associações de moradores [...]”* (E-01, p. 40). Ou seja, nesse fragmento fica evidente que o tempo todo a equipe estava analisando as ações desenvolvidas a partir da expressão dos sujeitos participantes.

Também identificamos na amostra a avaliação da equipe que desenvolveu sobre o próprio projeto Babel destacando que *“o projeto converteu-se em um aparelho organizativo de comunidade estruturada, o qual representou permanentemente os interesses comunitários, sem intervenção externa da equipe do projeto”* (E-02, p. 97). Através da avaliação, considerando o contexto e a população daquele território, foi possível visualizar que o projeto tem sido referencia em varias áreas, e ainda *“a avaliação do projeto mostrou que a população inteira da comunidade nem sempre comungou as mesmas idéias em relação ao futuro desejável do local.”* (E-02, p.98).

Percebemos que a avaliação implicou em analisar o desempenho das atividades, e a resposta da comunidade, a exemplo dos argumentos que trazem análises *das atividades realizadas demonstrando que “[...] o conselho comunitário não caracterizou um canal de participação popular”* e o *“envolvimento da comunidade não ocorreu [...] não se deu de forma significativa, tendo em vista a pouca representatividade [...]”*. Identificamos ainda que a ação, e o desempenho profissional também foram avaliados. E nesta avaliação foi visualizada a falta de engajamento profissional e da comunidade, como demonstra os argumentos ao relatar que a *“prática se caracterizou por ação descontínua, desencadeada pela conjuntura apresentada no momento e não determinada pela correlação de força da comunidade”* (SS-02 p. 151). E argumentos que, ora se posicionam pela atuação profissional no trabalho comunitário exercido na tentativa de aproximação e envolvimento com a comunidade, ora, relatos apontando que o trabalho profissional não possibilitou o diálogo e articulação com a comunidade, podendo ser visto pelos argumentos que demonstram esta ambiguidade por meio da *“atuação dos assistentes sociais ocorreu como agente aproximador entre as organizações comunitárias [...], e os assistentes sociais se “ausentaram do papel de agentes desencadeadores e articuladores, pois não se estabeleceu a formação de vínculos políticos para fortalecer a autonomia, a independência ideológica da população a sua organização”*. (SS-02, p. 151). E *“a atuação do assistente social não teve como referencial teórico o parâmetro anteriormente definido na sua metodologia de trabalho comunitário”* (SS-02 p. 151).

Observamos que a avaliação é importante para reconstruir experiências passadas ou presentes conforme as exigências do momento sentidas na comunidade, conforme demonstra o artigo SS-01 que por meio

*[...] da avaliação da experiência anterior, os plantões na comunidade deixaram de ser prioritários enquanto funcionamento de um posto de informação para ser enfatizada a observação de aspectos da ecologia local, passando o retorno das informações sobre a comunidade para a população e órgãos locais [...]* (SS-01, p. 14)

Dessa forma identificamos que, especificamente neste artigo, entre tantas outras possibilidades, a categoria avaliação ganha destaque, pois, possibilita revisões para mudar o rumo e planejamento da intervenção em favor da construção de novas alternativas metodológicas para corresponderem as reais necessidades das comunidades.

Nesse sentido a contribuição do artigo TC-02 colocando que na intervenção comunitária o maior desafio dessa jornada se

*[...] expressa nos fundamentos éticos de cada ação profissional, visto a capacidade geradora de transformações que o efeito multiplicador da metodologia adotada desempenha em um trabalho coletivo [...]. A responsabilidade e o compromisso individuais (de cada membro da equipe profissional) constituem-se como núcleo de uma microrrealidade, participe de um processo que alcança demissões macrosociedades. (TC-02, p. 17)*

E por meio da avaliação/análise e conclusão é provável realizarmos leitura do Serviço Social, que foi e continua sendo uma profissão, que trabalha na discussão da importância na organização comunitária e da participação na vida pública, mediante o argumento referente ao profissional de Serviço Social que

*[...] contribui no processo de empoderamento mediante a realização de atividades que buscam resgatar nos atores envolvidos concepções de autonomia, emancipação, direitos, respeito às diferenças, ética e valores, trabalho coletivo, mobilização, participação entre outros. Estas categorias, além de estarem no código de ética profissional, estão em constante evidência na formação do Assistente Social. (E-01, p. 43).*

A avaliação faz parte das alternativas para propor novas alternativas metodológicas, conforme a interpretação dos artigos, observamos a necessidade da reflexão a respeito dos instrumentais, pois, “no momento da execução da ação profissional, o Assistente Social constrói suas metodologias de ação, utilizando-se de instrumentos e técnicas de intervenção social”. (SOUZA, 2008, p. 123). E ainda fechamos a interpretação e reflexão desta categoria, reafirmando os argumentos da amostra e comungando do raciocínio que aponta

*[...] mais do que copiar e seguir manuais de instruções, o que se coloca para o Assistente Social hoje é sua capacidade criativa, o que inclui o potencial de utilizar instrumentos consagrados da profissão, mas também de criar outros tantos que possam produzir mudanças na realidade social, tanto em curto quanto em médio e longo prazo. (SOUZA, 2008, p. 124).*

Para tanto, significa dizer que o instrumento é todo o aparato ou ferramentas utilizados para se chegar a uma finalidade e produzir ou não mudanças na realidade social da comunidade/território. Interpretamos através desta categoria, que os instrumentais e meios de trabalho profissional com referenciais críticos (que dão suporte para a realização do trabalho) a contribuir para o processo do trabalho comunitário pelo fortalecimento dos sujeitos envolvidos, conquista de direitos, trabalho coletivo e mobilização, entre outros.

Nesse sentido, compreendemos a possibilidade de mobilizar estratégias diversas de intervenção profissional, contendo a sensibilidade de contemplar a

realidade concreta da comunidade com suas problemáticas sociais particulares e relacioná-las a conjuntura histórica. Nesse sentido é importante ressaltar que são argumentos que evidenciam a ligação com a dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa, demonstrada na construção de alternativas metodológicas até então apresentadas.

É pelo aporte técnico-operativo o assistente social tem a possibilidade, no trabalho comunitário, de fortalecer a prática na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da comunidade pela maneira particular de atuar, de refletir e interpretar o mundo e os sujeitos sociais a partir das determinações históricas do processo de produção capitalista. Visto através dos artigos que o assistente social revela-se comprometido com os movimentos populares e sociais, organizações, associações e conselhos comunitários identificados com a transformação, democracia e justiça social fundamentados na dimensão ético-política por meio dos princípios que norteiam a profissão e presentes no Código de Ética Profissional.

Em concordância com os argumentos trazidos nesta pesquisa, quanto a alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social na dimensão comunitária e a relação com a dimensão técnico-operativa pelos atributos e propriedade trazidos nos argumentos da amostra, afirmamos que o Serviço Social como profissão comprometida com a transformação social *“vem buscando contribuir com a construção de uma cultura democrática, favorecendo a participação de uma cultura democrática, favorecendo a participação e potencializando sujeitos para a luta por direitos”* (K-02, p. 214). Enfim, por meio das dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política demonstrada nos artigos através do conhecimento da realidade, estabelecimentos de prioridades/ações desenvolvidas, execução de projetos e avaliação do trabalho desenvolvido, a fim de responder e corresponder a demandas comunitárias criando e recriando perspectivas de relações sociais participativas.

#### **2.2.4 Concepção de Participação**

Todos os artigos trazem um elemento chave para o trabalho comunitário: a participação social. Pois, esta é inerente a processos que envolvem sujeitos sociais e o trabalho de profissionais. Nessa categoria identificamos a existência de diferentes aspectos que compõem a participação social nos 08 artigos. Identificamos que K-01

traz particularidades quanto à perspectiva da participação com autonomia na estruturação gradativa de um *“novo padrão de interação com essas organizações, na tentativa do poder municipal de se adequar às novas formas e demandas dessas organizações”*. (K-01, p.44). Observamos segundo argumento a preocupação em demonstrar a perspectiva da qual concebe a participação, como meio de provocar um novo padrão de interação, demonstrando nas entrelinhas a força mobilizadora desta.

Compreendemos que o Código de Ética Profissional traz a defesa e o aprofundamento da democracia e a socialização da participação. Esse argumento é conferido nos artigos, K-02 e SS-02, que apresentam a concepção de participação referenciando primeiramente o Serviço Social *“como profissão comprometida com a transformação social, vem buscando contribuir com a construção de uma cultura democrática, favorecendo a participação”* (K-02, p. 214). Nessa perspectiva de potencializar e favorecer a participação das pessoas através de trabalhos comprometidos com uma cultura democrática e socializadora de saberes. Identificamos que *“é preciso fomentar a construção de diferentes espaços de participação, para que as pessoas possam expor o que sentem e o que desejam, contribuindo, assim, para este despertar enquanto sujeito”*. (K-02, p. 215). E ainda argumentos afirmando que a *“consciência só pode ser adquirida através da própria experiência de participação”* (K-02, p. 216).

Os argumentos apresentados relatam sobre formas e espaços de participação como movimento condicional para construção de uma cultura democrática que precisa ser trilhada, e nesse sentido,

*[...] a organização e o fortalecimento da sociedade civil para a luta pela participação, correspondem a uma resposta à política autoritária e manipuladora, que busca fazer do cidadão um mero expectador das decisões tomadas por poucos, mas que influenciarão diretamente suas condições de vida.* (K-02, p. 218).

E ainda podemos refletir que a categoria participação é considerada enquanto condição humana de organização e fortalecimento da sociedade civil organizada, aliada a ideia de movimento, de ação. Nesse sentido, constatamos uma participação dimânica no sentido que ela

*[...] está intrinsecamente ligada à mobilização, [...] para a construção desta tão sonhada participação democrática é preciso trabalhar uma nova subjetividade coletiva, atingindo ‘o imaginário coletivo, o desejo da sociedade’.* (K-02, p. 218).

Visto que esta categoria vem a dar visibilidade à discussão realizada no primeiro capítulo deste trabalho, no sentido da participação elencar diferentes

perspectivas acompanhando o processo histórico e emitindo força, mobilização, organização e lutas coletivas, tornando o desejo de superação das demandas comunitárias envolvendo diferentes segmentos da sociedade.

Identificamos o argumento afirmando que “[...] a participação é uma necessidade do sujeito, que, para se colocar como tal, precisa expressar sua subjetividade [...]” e que “a valorização deste potencial humano, hoje anulado, que proporcionará uma transformação” (K-02, p. 218). E adiante a participação é considerada como um “processo fundamental para a efetivação de novos projetos da sociedade” e possui função educativa “no que se refere à continuidade da práxis participativa, como elemento fundamental para a emancipação dos diferentes grupos sociais” (K-02, p. 218).

Também o artigo SS-02 apresenta a participação popular em relação ao Serviço Social como “um processo dialético compreendendo: mobilização, engajamento, organização, conscientização e participação, e o assistente social um agente externo desencadeador e articulador desse processo” (SS-02, p.151). Nesse sentido, percebemos a participação articulada no envolvimento das organizações comunitárias e populares. Identificamos a participação na dimensão do planejamento local, “[...] a participação da população na preocupação, elaboração e no desenvolvimento de propostas e alternativas de atuação do poder público” (SS-02, p.145).

Os artigos apontam uma leitura crítica sobre a participação da comunidade, a qual possui elementos diferentes, não ocorrendo de forma mecânica devido à formação cultural e política brasileira que não favoreceu processos participativos à população. A exemplo, o argumento sobre o envolvimento da comunidade, na qual a participação não se caracterizou “como luta, combate, mobilização, pressão, poder, ou seja como articulação de forças em torno de interesses de classes, para conquista do poder e reconhecimento” (SS-02, p.172). E ainda de relatos sobre a falta de participação e do diálogo entre os moradores da comunidade e os membros da diretoria das associações concluindo que “a participação não é representativa, mas concentra-se na figura do seu representante sem que haja uma discussão sobre os posicionamentos que se deve ter frente às políticas [...]” (E-01, p.40).

Compreendemos que o processo da participação é gradual e combina na mobilização de interesses comuns, assim como demonstra os artigos TC-01 e TC-02, que discorrem sobre o envolvimento dos sujeitos no trabalho comunitário. Os artigos

dão visibilidade à *“participação nas reuniões das associações de moradores [...]”* onde população e equipe buscam levantar *“questões que possibilitem o enfrentamento das problemáticas locais [...]”* (E-01, p.29). E ainda argumentos analisando o processo participativo através da *“participação média nos encontros é de 15 moradores e, a maioria são lideranças comunitárias ou membros das diretorias das Associações”* (E-01, p. 29,30).

Também uma menção relacionada aos *“vários tipos de cidadania, em suas múltiplas referências, remetem-nos para a participação ampla e democrática”* e quando argumentam sobre o trabalho em rede e do movimento da informação, referem que esta deve implicar *“a participação efetiva dos profissionais e usuários envolvidos na elaboração de estratégias de enfrentamento a determinadas demandas”*. (TC-02, p. 8,9).

Já visto que o processo de participação social perpassa as fases do trabalho comunitário nos diferentes contextos conjunturais brasileiros, tendo seu auge a partir da década de 80. Assim, compreendemos que a participação é um processo novo na constituição democrática brasileira e por essa razão, ainda não seja incorporada como cultura política, mas que está em constante movimento. A respeito dessa reflexão, trazemos argumentos de 02 artigos, E-01 e E-02, que abordam a necessidade fomentar a participação dos membros da comunidade no trabalho comunitário durante todo o processo interventivo. Percebemos esta reflexão na amostra que indica *“fomentar a participação progressiva da população”*. Bem como autores que apontam de forma indireta através de categorias como compromisso e envolvimento. Apontamos o argumento que afirma esta suposição em falar do projeto que foi construído *“na convicção de que ele teria sucesso somente se as pessoas e instituições fossem envolvidas na comunidade, bem como pelo comprometimento [...]”* (E-02, p. 91, 94). E, *“a população da comunidade ou as organizações que faziam parte do trabalho estavam envolvidas na implementação dos projetos”*. [...] (E-02, p.95). Posteriormente identificamos que o projeto *“proporciona, sobretudo, o desenvolvimento de uma nova forma de participação, colaborando no processo de encontro com sua própria identidade e tornando-se a partir disso, integrado a sua comunidade”* (E-02, p.95) e conclui que os primeiros passos do trabalho tornaram-se possível pela alternativa metodológica adequada que proporcionou que *“todas as forças da comunidade, suas diferentes classes, gerações e representantes da população [...] participassem do projeto”* (E-02, p.98).

E finalmente o artigo SS-01 não traz explicitamente a categoria participação, embora faça menção ao *"exercício de cidadania"* (SS, p. 15), sendo possível interpretarmos como um exercício paralelo a diversas formas de participação.

A partir dos argumentos da amostra compreendemos que a participação social vem favorecendo uma nova interação entre os sujeitos e organizações na comunidade, somando as reflexões sobre o comprometimento demonstrado pelo Serviço Social, enquanto profissão que busca contribuir com processos democráticos, através da relação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Dessa forma torna-se possível proporcionar meios de uma intervenção que fomenta os diferentes espaços de participação para que os sujeitos tenham esta experiência e fortaleçam espaços possíveis na sociedade civil. Possibilidades apresentadas por meio de lutas a exigirem respostas diante das necessidades sociais e das condições de vida que os sujeitos sociais são submetidos devido à ordem capitalista e os ditames do neoliberalismo. Assim, o Assistente Social por meio do incentivo a participação social favorece a construção de uma cultura democrática.

Nesse sentido entendemos a participação como um

[...] processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. (GOHN, 2005, p.30)

Entendemos a participação como processo sociopolítico e cultural que está ligado à idéia de mobilização, elaboração de estratégias e alternativas metodológicas no enfrentamento de demandas sociais por meio da articulação de forças em torno de um interesse de classe. Desta forma, a participação se mostrou presente nas ações/intervenções mediante alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social segundo as necessidades dos sujeitos manifestadas nas comunidades trabalhadas conforme demonstrado na amostra. Também compreendemos que o assistente social é um profissional articulador e desencadeador desse processo de participação.

As cinco etapas/fases organizadas a partir dos relatos dos artigos selecionados nos instrumentalizam para pensar possíveis alternativas metodológicas na dimensão comunitária, permeados pela categoria participação dos grupos comunitários, que vivenciaram as realidades que o Serviço Social pode intervir profissionalmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa por meio dos autores utilizados na revisão de literatura e da pesquisa bibliográfica possibilitou a compreensão e a sistematização, das diferentes interfaces do trabalho do Serviço Social na dimensão comunitária. Na contextualização histórica identificamos que o trabalho comunitário manteve uma vinculação com a prática profissional do Serviço Social, inicialmente por meio da atuação do Serviço Social Rural, da difusão da literatura através de autores que preocuparam-se em sistematizar ainda que timidamente, a prática profissional de trabalho comunitário. Como discorremos no primeiro capítulo, houve aumento de produção e sistematização das metodologias profissionais pelo Serviço Social aconteceu principalmente na década de 80, (embora já houvesse produção do Serviço Social em décadas anteriores), resultado do Movimento de Reconceituação que motivou um processo de reflexão pelo viés crítico da prática profissional condizente com a realidade histórica brasileira.

Conforme assinalada na revisão de literatura, no final da década de 70, o Serviço Social recebeu a influência de Gramsci que favoreceu uma perspectiva dialética e a concepção de um Estado ampliado e a sua relação com as expressões da Sociedade Civil. Também acompanhamos que, em particular neste período, reaparece a Sociedade Civil enquanto campo de lutas e que a década de 80, (com a abertura democrática) proporcionando um espaço para novas formas organizativas da população. O Serviço Social acompanhando esse movimento, manteve diálogo e demonstrou compromisso com a classe dominada, por meio dos princípios materializados pelo Código de Ética Profissional positivado nos anos 90.

Acompanhamos que o Serviço Social avançou na sua qualificação profissional e com a Constituição Federal de 1988 as novas determinações conjunturais passam a dominar conteúdos para reorientar metodologias no trabalho comunitário. Amplia o foco na politização das relações sociais e das relações da Sociedade Civil com o Estado no sentido de pensar as políticas públicas, pelo viés dos direitos sociais, da participação e da cidadania/democracia.

Disso posto, refletimos que a categoria profissional deu um grande salto na incorporação da perspectiva crítica/dialética na prática profissional e progrediu na construção e sistematização do conhecimento. Através da pesquisa identificamos que

realmente existe uma lacuna de publicações sobre processos metodológicos empreendidos pelo Serviço Social, especificamente a partir da década de 90. Conforme destacamos, no segundo capítulo, que na década que compreende o nosso objeto de pesquisa (90 e 2000) não encontramos uma quantidade significativa de artigos que reportam sobre as alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social em especial na dimensão comunitária. Refletimos que os avanços no campo da assistência social a partir da LOAS, da PNAS e das legislações complementares a elas aplicáveis, propiciaram abertura para um novo e significativo modelo de participação da Sociedade Civil através da institucionalização dos Conselhos de Direitos. Estes instrumentos propiciam uma ampliação do campo de atuação do serviço Social que envolve diferentes terminologias do trabalho comunitário, e que por meio de temas diversos ou paralelos, referentes a estes, fazem parte das produções contemporâneas do Serviço Social.

Através da pesquisa identificamos que a construção de alternativas metodológicas do Serviço Social na dimensão comunitária está diretamente ligada ao compromisso profissional e o direcionamento das dimensões que compõem a profissão e que proporcionam a criação de alternativas metodológicas críticas e reflexivas, que contribuem para a construção de uma cultura democrática. Também favorecem a mediação de forças sociais e comunitárias, fortalecendo a classe trabalhadora na luta pelos seus direitos através de práticas que se relacionam por meio das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. As alternativas podem ser entendidas por um conjunto diversificado de práticas interventivas através de metodologias processuais como o conhecimento da realidade, dos procedimentos, instrumentais e técnicas utilizadas no desenvolvimento de ações conforme a demanda e a participação da comunidade.

Através da amostra de pesquisa compreendemos que o processo metodológico, realiza-se articulado ao conjunto de técnicas e instrumentais de intervenção, e não pode ser visto, nem executado em momentos separados. Didaticamente separamos o processo metodológico em etapas como: conhecimento da realidade/contexto, definição de ações a serem desenvolvidas, execução de projetos via assessoria e avaliação, para facilitar o processo de análise das alternativas estudadas.

Completamos que, a realização desta pesquisa, por meio da revisão de literatura no primeiro capítulo e da pesquisa bibliográfica e da análise dos dados da

amostra no segundo capítulo, foi possível identificar que a categoria participação atravessa, com diferentes perspectivas, enquanto peça fundamental, a estrutura metodológica de intervenção na dimensão comunitária. As alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social, conforme demonstradas pela amostra, proporcionaram o entendimento que o Serviço Social através da intervenção junto às organizações comunitárias e por meio da intervenção na comunidade *“que buscam a conquista da cidadania com base na participação, demonstra seu comprometimento com a transformação. Para isso, atua na criação de possibilidades democráticas, que potencializam a autonomia, a interação, o respeito e a luta pela participação”* (K-02, p. 220). Essa compreensão expressa valores profissionais que compõem o Projeto Ético Político da profissão.

Por meio das experiências relatadas, identificamos que alguns artigos, apresentam elementos como território (mesmo este argumento não aparecendo em destaque na amostra), segundo Koga (2003) vai além do espaço físico e geográfico, pois, representa o chão do exercício da cidadania, da vida ativa, das desigualdades sociais. Alcança a gama de relações e numa perspectiva mais totalizante sobre a realidade no contexto sócio-histórico atual e que sinaliza pensar a comunidade a partir do território.

Identificamos que a fase/etapa da avaliação é de suma importância, pois, além de avaliar o processo metodológico desenvolvido demonstra que as metodologias construídas pelo Serviço Social também apresentam dificuldades: pela própria dinâmica da comunidade que não foi estimulada a trabalhos e decisões coletivas, ou pela falta de engajamento da equipe ou pela população em não tomar parte na participação do processo de intervenção coletiva e democrática. Também por meio dos elementos contidos na amostra identificamos que as alternativas metodológicas construídas pelo Serviço Social, em nenhum momento, apresentaram modelos fechados com etapas rígidas, mas, experiências que possuíam uma estrutura flexível. E com proposta de construção de alternativas em conjunto com a comunidade a partir das necessidades e demandas reais sentidas pela população dos territórios em questão.

Os artigos selecionados nos levam a considerar que a construção de alternativas metodológicas de intervenção do Serviço Social na dimensão comunitária foi permanentemente adequada às exigências de um trabalho crítico, coerente e correspondente às demandas e características das conjunturas nas quais as

experiências aconteceram. Em face desta afirmação somamos os argumentos de Maciel (2010) ao relatar sobre o trabalho profissional refere que este

[...] trabalho supõe a criação/recriação de modalidades interventivas correlatas a essas exigências, como construção coletiva, da qual participam os demais sujeitos envolvidos. Neste sentido, a profissão busca responder com aos compromissos com os interesses e necessidades das classes subalternas na destruição da cultura dominante e construção de uma nova cultura, mediante atuação profissional qualificada, teórica, técnica e principalmente, ético/política. (MACIEL, 2010, p. 220).

A pesquisa nos demonstrou que a construção e sistematização de alternativas metodológicas de trabalho comunitário pelo Serviço Social, nas décadas pesquisadas, é significativo em termos qualitativos, pois, por meio de sua produção intelectual e trabalho técnico possibilita processos de “luta na universalização das políticas sociais e democratização da gestão social” (Maciel, 2010, p. 230). Sendo que esta inserção vem configurando um “espaço privilegiado de expressão e avanço da construção do atual projeto ético-político-profissional” (Maciel, 2010, p. 230), no sentido de construção de uma nova cultura de intervenção pelo Serviço Social, assim como, de uma nova sociabilidade.

Concluimos enaltecendo a importância do processo de pesquisa em termos de aprendizagem e do processo metodológico desenvolvido. Temos a considerar que a pesquisa ampliou o conhecimento e contribuiu para a formação profissional. Constituiu-se um exercício de análise crítica e de sucessivas aproximações com o objeto de estudo a fomentar questionamentos e a eleição de um processo metodológico na busca de fortalecer os grupos comunitários trabalhados. E na condição de pesquisadora comungo da idéia que “não tenho caminho novo. O que eu tenho de novo é o jeito de caminhar” (MELLO, 2009) em um lugar e num espaço profissional com possibilidades de criar novas experiências metodológicas.

## REFERÊNCIAS

ABREU. M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ABREU. M. M; CARDOSO. F. C. Mobilização social e Práticas Educativas. In CFESS (Organizadores). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, - Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760.p (Publicação Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V.1)

AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 8ª ed. São Paulo : Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Participação Social**. São Paulo, Cortez Editora, 1977.

ARCOVERDE, A. C. B. Desenvolvimento de Comunidade e movimentos sociais. **Serviço Social e Sociedade**, n. 44, ano XV, p. 141 – 154, abril, 1994.

BARROCO. M. L. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999, 200p.

BATTINI. O. Atitude investigativa e prática profissional. In BAPTISTA, M. V. e BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social**, São Paulo. Veras Ed, 2009.

BAPTISTA, M. V. A relação teoria/método: base do diálogo profissional com a realidade. In BAPTISTA, M. V. e BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social**, São Paulo. Veras Ed, 2009.

BIROU. A. **Dicionário das Ciências Sociais**. Publicações Dom Quixote, Lisboa, abril de 1982.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social, PNAS 2004**, Brasília, Novembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica. NOB/SUAS**, Brasília, novembro de 2005.

BRAVO, L. **Trabalhando com a comunidade: um manual de operacionalização de serviço social de comunidade** – 2ª. Ed. – Rio de Janeiro, DISTRILIVROS – Livraria, Editora Ltda. 1983.

BURLANDDY.L. **Comunidade Solidária: Engenharia Institucional, Focalização e Parcerias no combate à fome, à pobreza e à desnutrição**. 2003. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/burlandyld.pdf>> Acessado em 30/07/2011

CHAUÍ. M. S. **O que é Ideologia**. 1ª. Edição, 1980, 22ª. edição, brasiliense 1986.

DAGNINO. E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp.95-110. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>>. Acesso em: 13/05/2009.

ENADE, **EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES**, 2004. Disponível em: <[http://enade.anhangueravirtual.com.br/file.php/1/provasanteriores/servicosocial/Enade%20SERVICO\\_SOCIAL\\_04.pdf](http://enade.anhangueravirtual.com.br/file.php/1/provasanteriores/servicosocial/Enade%20SERVICO_SOCIAL_04.pdf)> Acesso em 05 out, 2011.

FALEIROS. V.P. **Estratégias em Serviço Social**. 4ª. Edição – São Paulo, Cortez, 2002.

GIL. A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. As relações Sociedade Civil e Estado nos anos 90: perspectivas sobre participação. **Serviço Social e Sociedade**, n. 36, ano XII, p. 13-20, agosto, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo, Cortez, 2005, (Coleção questões da nossa época; v.123)

\_\_\_\_\_. GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica** – 3ed. – São Paulo, Cortez, 2007. – (Coleção questão da nossa época; v.84)

**IDÉIAS**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: UNICAMP, 1998/1999. Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática. v. 5, P. 13-42 “Sociedade civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira”.

IAMAMOTO. M. V. C. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In CFESS (Organizadores). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, - Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760.p (Publicação Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V.1)

KAMEYAMA. N. Concepção de teoria e Metodologia p. 99- 116. In CADERNOS ABESS n.3. **A Metodologia no Serviço Social**. Cortez Editora, setembro de 1987 a março de 1988.

KOGA. D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

MATOS. M. C. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In CFESS (Organizadores). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, - Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760.p (Publicação Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V.1)

MELLO. T. **Poema**. Disponível em: <<http://www.humanosdireitos.org/atividades/entrevistas/32-Thiago-de-Mello-e-entrevistado-pelo-MHuD.htm>> Acesso em: 28 set. 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa Social**; teoria, método e criatividade, 24<sup>a</sup> Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1994.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** – Texto da Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>>. Acesso em 11/07/2011

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>> Acessado em 27 junho. 2011.

\_\_\_\_\_. Sistema Único de Assistência Social Proteção Social Básica - **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: 2009. 72 p. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/guias/orientacoes-tecnicas-centros-de-referencia-de-assistencia-social-cras/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras-2013-orientacoes-tecnicas>>. Acesso em 11/07/2011.

MONTAÑO, C. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil” : Estado e “terceiro setor” em questão. **Serviço social e Sociedade**, n. 59, ano XX, p. 47 – 79, março, 1999.

PARANÁ. SUAS/PR, Sistema Único de Assistência Social. **Centros de Referência CRAS de assistência social**. Cadernos Suas I: Assistência Social Sistema Municipal e Gestão Local do CRAS.

PEREIRA. O. **O que é Teoria**. 7.edição. Editora brasiliense, 1982.

PEREIRA. W. C. C. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: 3. Ed. Vozes: PUC Minas, 2008.

RAICHELIS. K. **Esfera Pública Democrática e Conselhos de Assistência Social: Caminho da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

RAMOS. E. M. R., **A Assistência Social no Brasil**. Disponível em: <[http://www.lfg.com.br/artigo/20090130165802896\\_direito-previdenciario\\_a-assistenciasocial-no-brasil--elisa-maria-rudge-ramos.html](http://www.lfg.com.br/artigo/20090130165802896_direito-previdenciario_a-assistenciasocial-no-brasil--elisa-maria-rudge-ramos.html)> Acesso em 28 de junho. 2011.

RIOS. J. A. **Educação dos Grupos**. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1957.

RIZZINI. I. **Pesquisando, guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1999

RODRIGUES. W. C. **Metodologia Científica**, FAETEC/IST – Paracambi. 2007. Disponível em: <<http://www.ebras.bio.br/autor/aulas/metodologia-cientifica.pdf>> (acessado em 12/08/2010)

SILVA E SILVA, M. O. Contextualizando o Serviço Social no Processo Histórico Brasileiro. In:\_\_\_\_\_. **O Serviço Social e o Popular resgate – teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 23-70.

SILVA. M. L. L. **Serviço Social de Comunidade numa visão de práxis**. São Paulo, Cortez Editora, 1983.

SIQUEIRA. R. B. **Conselhos de Política e Participação Democrática: análise dos setores de saúde e assistência social em PG – PR**. 2006, 134p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006. Disponível em: <[http://www.bicentede.uepg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5](http://www.bicentede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5)>. Acesso em 28 maio 2011.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo, Cortez Editora, 1987.

\_\_\_\_\_.O Serviço Social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. **Serviço Social e Sociedade**, n.44, ano XV, p. 77-113, abril. 1994.

TRIVIÑOS. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS. A. M. Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 56, ano XIX, p.114- 134, março 1998.

VIEIRA. B. O. **Introdução à Organização de Social da Comunidade**. Rio de Janeiro, Serviço Social do Comércio, 1958.

WANDERLEY. M. B. Metodologias de Trabalho com Famílias, 2006, Curitiba – PR. In PARANÁ. SETP Secretaria de Estado do trabalho Emprego e Promoção Social. SUAS/PR, Sistema Único de Assistência Social. **Caderno II: Trabalhando com Famílias e instrumentos de gestão do CRAS**, Curitiba, 2006.

## REFEREÊNCIA QUADRO 02

BORTOLI. M.A. - Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Katálysis** - v. 12, n. 1 (2009). Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5870/5423>>. Acesso em 10 abril. 2011.

FAUSTINO.E.R; PIRES.S.A. Os centros de ressocialização e o processo de trabalho do assistente social. **Emancipação**. v. 7, Nº 1, 2007. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/86/84>>. Acesso em 10 abril. 2011.

GOERCK.C. Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. **Textos & Contextos**. Vol. 5, No 1 (2006).Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1025/805>>. Acesso em 10 abril. 2011.

MAIA. R. A.; BARBIAN. M.A. A Formação Continuada em Serviço Social: Uma Experiência em Construção. **Textos & Contextos**. Vol. 2, Nº 2, ano II, dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/949/729>>. Acesso em 10 abril. 2011.

MIOTO. T. C. R. O trabalho com Redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. **Katálysis** - v. 5, n. 1 (2002). Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5870/5423>>. Acesso em 10 abril. 2011.

MIOTO. T.; LIMA. T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos & Contextos**. Vol. 8, No 1 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/5673/4126>>. Acesso em 10 abril. 2011.

TEIXEIRA. S. M. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos**. Vol. 9, No 2, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7032/5781>>. Acesso em 10 abril. 2011.

TRZINSKI. C; VEIVERBERG. T. et al. CRAS de Saltinho: rumo ao fortalecimento da rede de serviços socioassistenciais. **Textos & Contextos**. Vol. 9, No 2, 2010 Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7670/5790>>. Acesso em 10 abril. 2011.

SOUZA. C. T. A Prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, 8 (1) p. 119-132, 2008. Disponível em:<<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em 10 abril. 2011.

## REFERÊNCIA AMOSTRA

CARDOSO. M. N. O associativismo civil e o direito à cidade: desafios à práxis. Revista **Katálysis**, v.6, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6500>>

FORESTI. A. J; SULBZCH. A. et al. Reciclando a cidadania em rede interdisciplinar. Revistas **Textos & Contextos**, Vol. 6, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1037/816>>. Acesso em 23 maio, 2011.

MEDEIROS. F. A. Informação para a comunidade: estratégia para a intervenção do Serviço Social? Revista **Serviço Social e Sociedade**. Ano XII, n.35 – abril de 1991.

MIRANDA. S. M; SILVA. J. M. A inserção do Assistente Social nos espaços de ação profissional: a organização de Conselhos Comunitários. Revista **Serviço Social e Sociedade**. Ano X, n.33 – agosto de 1990.

MOURA. R. R.; SANTOS. R. A intervenção do Serviço Social junto aos Movimentos Sócio – Comunitários: A busca pelo empoderamento e construção de uma nova cultura política. Revista **Emancipação**, v. 7, n. 2, 2003. Disponível em:<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/85/83>>

MULLER. K. T. Organização de moradores numa perspectiva de necessidades radicais. Revista **Katálysis**, v.0, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5407/4766>>

PRATES. J. C. A arte como matéria prima e instrumento de trabalho para o Assistente Social. Revista **Textos & Contextos**. Vol. n.2, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2313/3244>>

WILLENER. A. Projeto Babel: uma proposta de desenvolvimento comunitário sustentável em Baselstrasse (Lucerna Suíça). Revista **Emancipação**, v. 8, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/126/124>>

**ANEXO A – Declaração de Compromisso Ético**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**  
**SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO**

Responsabilizo-me pela redação deste Trabalho de Conclusão de Curso, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha autoria estão citados entre aspas e está indicada a fonte e a página de que foram extraídos (se transcritos literalmente) ou somente indicadas fonte e ano (se apenas utilizada a idéia do autor citado). Declaro, outrossim, ter conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

---

LUCIANE KULEK

RA: 081040765